

as periferias urbanas (Ciclo 2 “Territórios”) e conhecer melhor o trabalho de movimentos sociais de base atuantes em favelas do Rio de Janeiro e as formas com que se relacionam com as sociedades em movimento nas quais estão inseridas (Ciclo 3 “Movimentos”).

Até que ponto a compreensão de processos de territorializações resistentes contribui para a construção de uma Geografia libertária e libertadora, em movimento, (qu)e torna possível fortalecer o trabalho de movimentos sociais de base?

**TIMO BARTHOLL**, geógrafo pelas Universidades de Tübingen/Alemanha (diploma) e Federal Fluminense, Niterói/Brasil (doutorado), atualmente Pesquisador Associado da Universidade de Loughborough/Inglaterra no projeto Nutri-Cities que explora relações existentes e possíveis entre territórios periféricos urbanos, a agroecologia e o horizonte da soberania alimentar. Integrante do Coletivo Roça! com base na Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Busca articular, numa perspectiva emancipatória, a atuação em movimentos sociais de base com fazeres geográficos em movimento.

**Q**ual ciência queremos e precisamos que possa fortalecer as lutas das classes periféricas? Qual epistemologia, quais ferramentas metodológicas, conceituais e teóricas temos e/ou devemos desenvolver para fortalecer a ciência em sua função de servir a essas classes e suas lutas?

A proposta neste Ciclo 1 “Saberes” da coleção “Saberes, territórios, movimentos” é refletir questões como estas a partir da convicção de que Geografia(s) em movimento(s) podem e devem ser uma ferramenta de luta do e para o movimento social. Militantes de movimentos sociais podem ser pesquisadores, e pesquisadores podem ser militantes numa perspectiva de articulação de movimento social e Geografia, na qual lutamos para transformar, investigamos para compreender e refletimos para participar de um diálogo de saberes que potencializa a luta popular.

ISBN 978-85-69437-49-9



9 788569 437499

SABERES | TERRITÓRIOS | MOVIMENTOS  
CICLO 1

**ROÇA!**  
Produtos Naturais e Orgânicos



Todo  
SARA  
NA LO  
agrícola  
O cultivo  
Bem-estar  
CERVEJA ARTE  
DIVERSOS EST  
OFICINAS  
COMO FAZER CERVEJA  
INFORME-SE AQUI



## POR UMA GEOGRAFIA EM MOVIMENTO

### A ciência como ferramenta de luta

TIMO BARTHOLL



CONSEQUÊNCIA

Até que ponto e de que maneira favelas são territórios constituídos por práticas resistentes, de forma implícita e explícita, que contribuem para a construção de uma outra (so)ci(e)dade – de todos e todas, horizontal, descentralizada, autogerida, solidária e justa?

Abordar – seja na questão acima, no âmbito de uma pesquisa, na vida – periferias urbanas como “territórios de resistência” representam, ao mesmo tempo, perspectiva de análise científica, proposta de luta e projeção de outros futuros possíveis. O objetivo específico da pesquisa que fundamenta a coleção “Saberes, territórios, movimentos”, organizada em três ciclos, tem sido acompanhar, refletir e discutir o trabalho de movimentos sociais de base que atuam em favelas no Rio de Janeiro para alcançar um melhor entendimento das formas de resistência e territorialização, expressas na relação “favela como território” e “movimento social de base que nele se territorializa”.

Experiências de uma investigação militante levam à necessidade e possibilidade de melhor compreender a função da ciência como possível ferramenta de luta (Ciclo 1 “Saberes”, apresentado neste livro), refletir a multiterritorialidade de relações de dominação e resistência que constituem

## **Por uma Geografia em movimento**



TIMO BARTHOLL

# **Por uma Geografia em movimento**

A ciência como ferramenta de luta

CONSEQUÊNCIA

© 2018 Timo Bartholl

Direitos desta edição reservados à  
Consequência Editora  
Rua Alcântara Machado, 36 sobreloja 210  
Centro - Cep: 20.081-010  
Rio de Janeiro - RJ  
Brasil  
Contato: (21) 2233-7935  
ed@consequenciaeditora.com.br  
www.consequenciaeditora.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,  
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

*Conselho editorial*

João Rua  
Alvaro Ferreira  
Ruy Moreira  
Carlos Walter Porto-Gonçalves  
Marcelo Badaró Mattos  
Marcos Saquet

*Coordenação editorial:* Consequência Editora

*Revisão:* Priscilla Morandi

*Capa e projeto gráfico:* Letra e Imagem

*Diagramação:* Luiz Oliveira

*Imagem de capa:* Luiz Baltar | [www.luibaltar.com.br](http://www.luibaltar.com.br)

Legenda da imagem de capa: Instrumentos do Bloco Se Benze Que Dá na  
concentração do seu desfile no carnaval de 2016 em frente ao  
Espaço Comunitário Roça! no Morro do Timbau, Maré, Rio de Janeiro.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

B286p	Bartholl, Timo Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta / Timo Bartholl. – Rio de Janeiro : Consequência, 2018. 168 p. : il. ; 16m x 23cm. – (Saberes, Territórios, Movimentos; v.1) Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-85-69437-49-9 1. Ciências Sociais. 2. Geografia. 3. Movimentos Sociais. 4. Resistên- cia. 5. Favela. 6. Periferia. I. Título. CDD 303.484 CDU 316.42
2018-581	

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

### ***Saberes, territórios, movimentos***

*Por uma “Geografia em movimento”.*

*“Geografia(s) e(m) movimento(s)”.*

*Pôr a “Geografia em movimento”.*

*“Geografias” no plural: sujeitos múltiplos fazem múltiplas Geografias.*

*“Geografia e movimentos sociais”:  
relação da ciência com os movimentos sociais.*

*“Geografias em movimentos sociais”:  
Geografias que fazemos junto aos movimentos sociais. Movimentos  
sociais que fazem suas Geografias.*

*“Geografias em movimentos” cíclicos de ação e reflexão,  
articulando prática e teoria, fazeres e saberes.*

*Geografias, sujeitos, saberes e territórios em movimento(s):  
resistir e construir.*



## SUMÁRIO

<i>Apresentação: Saberes, territórios, movimentos</i> .....	13
CAPÍTULO 1. Geografias em movimento .....	21
Geografia, vivência, militância .....	21
Da crítica à Geografia à Geografia (que) crítica (para transformar) .....	27
Geografias e(m) movimentos.....	45
Movimento social, Geografia, ideologia .....	58
CAPÍTULO 2. Pesquisa em movimento: investigação militante.....	73
“Apenas aquele que odeia realmente conhece”: <i>conricerca</i> .....	82
“Pesquisa-ação como pesquisa social crítica”: <i>Aktionsforschung</i> .....	89
“Como investigar a realidade para transformá-lá?": <i>investigación acción participativa</i> .....	94
“[...] Impossível entender uma vizinhança sem ser um vizinho”: <i>action oriented social research</i> .....	100
“Um foco na luta a partir da perspectiva da luta”: <i>militant research</i> .....	106
“A partir de la potencia de estos saberes subalternos”: <i>militancia de investigación</i> .....	110
CAPÍTULO 3. Saberes e sujeitos em movimento.....	115
Desconstruir para reconstruir: diálogo de saberes .....	115
Saberes-com e saberes-fazeres .....	134
Sujeitos em movimento(s).....	140
<i>Referências bibliográficas</i> .....	151





Ao meu pai,  
que tanto me ensinou.

E à minha mãe que continua  
me ensinando a sentipensar.



*Ciertamente, no todos los barrios y ciudades autoconstruidas representan la misma trayectoria y en varios casos parecen muy lejos de conformar formas de poder popular o autogobierno local. Pero parece fuera de duda que en esos espacios anidan potencias de cambio social que aún no hemos sido capaces de descubrir en toda su magnitud.*

(Raúl Zibechi, 2009, p. 41)



## APRESENTAÇÃO

# Saberes, territórios, movimentos

*La novedad que ilumina las luchas sociales de los últimos veinte años es que el conjunto de relaciones sociales territorializadas existentes en zonas rurales (indígenas pero también sin tierra) comienzan hacerse visibles en algunas ciudades como Caracas, Buenos Aires, Oaxaca, siendo quizás El Alto en Bolivia la expresión más acabada de esa tendencia. (ZIBECHI, 2009, p. 40).*

*Lo que aprendí [junto a los colectivos que tuve la posibilidad de visitar en múltiples rincones de América Latina] me reafirmó en la convicción de que en América Latina, al calor de las resistencias de los de abajo, se han ido conformando “territorios otros”, diferentes a los del capital y de las multinacionales, que nacen, crecen y se expanden en múltiples espacios de nuestras sociedades. (Ibid., p. 5).*

*Como, em territórios de resistência (favelas), práticas de resistência explícita de grupos que realizam trabalho de base articulam-se com uma diversidade de práticas resistentes, implícitas e explícitas, das classes periféricas?*

Início com uma questão que resume em poucas palavras o eixo ao redor do qual giram, há uma década, desde 2008, minha atuação e reflexão a partir de vivência e militância no Morro do Timbau, uma das favelas da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. É uma questão que fundamenta o que considero um projeto independente de pesquisa de longa duração que pode ser apelidado de “Favelas: territórios de resistência” e no âmbito do qual, entre os anos de 2011 e 2015, cheguei a realizar uma investigação militante como pesquisa de doutorado, sob orientação e com o apoio do querido geógrafo Rogério Haesbaert na Universidade Federal Fluminense (Niterói) e muito inspirado em trabalhos do jornalista e cientista social uruguaio Raúl Zibechi.<sup>1</sup> A questão deriva da experiência de vivência e

<sup>1</sup> Apresento autores que cito no texto a partir do país de origem e atuação principal para ilustrar a interdisciplinaridade e internacionalidade das discussões aos quais me conecto neste trabalho e a fim de facilitar para o leitor contextualizar cada contribuição referenciada.

militância em territórios periféricos e busca trazer conceitos genéricos, de luta, ao encontro de pesquisas e formulações conceituais e teóricas de uma geografia e ciência social crítica comprometida com a transformação social (auto)emancipatória. É uma questão que orienta uma busca na qual se analisa para poder avaliar e tenta-se compreender para fortalecer a luta popular sob permanente contato da ação com a reflexão e vice-versa.

Abordar, na vida tanto quanto no âmbito da pesquisa, as periferias urbanas como “territórios de resistência” é ao mesmo tempo análise científica, proposta de luta e projeção de outros futuros possíveis. Analisar o território em suas dimensões de categoria analítica, da prática e normativa, parece fundamental para compreender as transformações em curso nas periferias tanto no campo como nas cidades.

O objetivo específico da pesquisa que fundamentou a tese “Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas”, que foi concluída em 2015, foi acompanhar, refletir e discutir o trabalho de movimentos sociais de base que atuam em favelas no Rio de Janeiro para alcançar um melhor entendimento das formas de resistência e territorialização, expressas na relação “favela como território” e “movimento social de base que nele se territorializa”. No âmbito de uma rede de pessoas e grupos com os quais existem laços de colaboração, apoio mútuo e construção coletiva foi realizada uma investigação militante cujas experiências dão corpo a esta tese. Parto da esperança de que a compreensão de processos de territorializações resistentes como esses possam contribuir tanto para uma Geografia libertária e libertadora, em movimento, quanto para o próprio trabalho dos movimentos sociais de base.

Interessa-me refletir até que ponto e de que maneira favelas, em sua condição de territórios periféricos urbanos, são territórios de resistência constituídos por práticas resistentes, de forma implícita e explícita, que podem contribuir para a construção de uma outra (so)ci(e)dade – de todos e todas, horizontal, descentralizada, autogerida, solidária e justa.

Para não ser redundante, sempre somente a primeira citação de um autor é acompanhada pela origem e formação/atuação principal. A própria ideia de sujeito em movimento que utilizo neste trabalho deixa claro que com isso não pretendo reduzir os autores citados à sua atuação principal. Entendo que cada um(a) das autoras e dos autores são sujeitos múltiplos, entre outros militantes, cientistas de uma certa área ou outra etc. Obras somente referenciadas em parêntesis ou citadas em notas de rodapé não são incluídas nisso.

Através dum *outro* olhar, que tem nas resistências nesses territórios seu ponto de partida, suponho que seja possível também perceber a dominação sob um outro olhar, possibilitando um reinterpretar de projetos de urbanização e integração social, propostos e impostos pelos centros, como meios diferenciados que podem diretamente ou indiretamente contribuir para (ou acabam tendo o efeito de) controlar e oprimir, bem como abafar e esconder as práticas vivas das favelas, que poderiam apontar – como questionamento, crítica e proposta – para uma mudança radical da vida urbana e da sociedade como um todo. Em diálogo com Raúl Zibechi (2009, p. 13):

*Si a comienzos del siglo xxi algún fantasma capaz de aterrorizar a las elites está recorriendo América Latina, es seguro que se hospeda en las periferias de las grandes ciudades. Del corazón de las barriadas pobres han surgido en las dos últimas décadas los principales desafíos al sistema dominante...*

Focar as reflexões no conceito “território de resistência” tem dois objetivos principais. Por um lado, interessa verificar se abordar as favelas como territórios de resistência, propositalmente de maneira genérica, nos torna capazes de pensar e entender melhor as suas relações socioterritoriais em sua complexidade. A questão é: onde os conceitos nos travam e onde potencializam o nosso trabalho de capturar, teoricamente, o que está acontecendo e o que pode vir a acontecer nas favelas cariocas (e na cidade como um todo)? Por outro lado, a pergunta explícita e implícita é: como o conceito território de resistência pode contribuir enquanto saber teórico-conceitual na construção de formas e práticas para a atuação dos movimentos sociais urbanos, enquanto saber que dialoga com saberes-fazeres destes movimentos?

O trabalho da tese, como um todo, é composto por três partes principais representadas no título da tese: 1) “investigação militante”, 2) “territórios de resistência” e 3) “movimentos sociais de base”. A primeira parte foca reflexões acerca de perspectivas de articular ciências (Geografia) e lutas sociais. Saberes e sujeitos encontram-se em constante movimento e, com isso, surge a necessidade de construir saberes-com junto a movimentos sociais de base, fazendo “Geografias em movimento(s)”. Na segunda parte, parto de um olhar crítico sobre a questão das favelas no mundo em diferentes escalas, com foco nas favelas do Rio de Janeiro, e reflito brevemente sobre formas de dominar (n)as favelas. A partir daí, interessa-me compreender

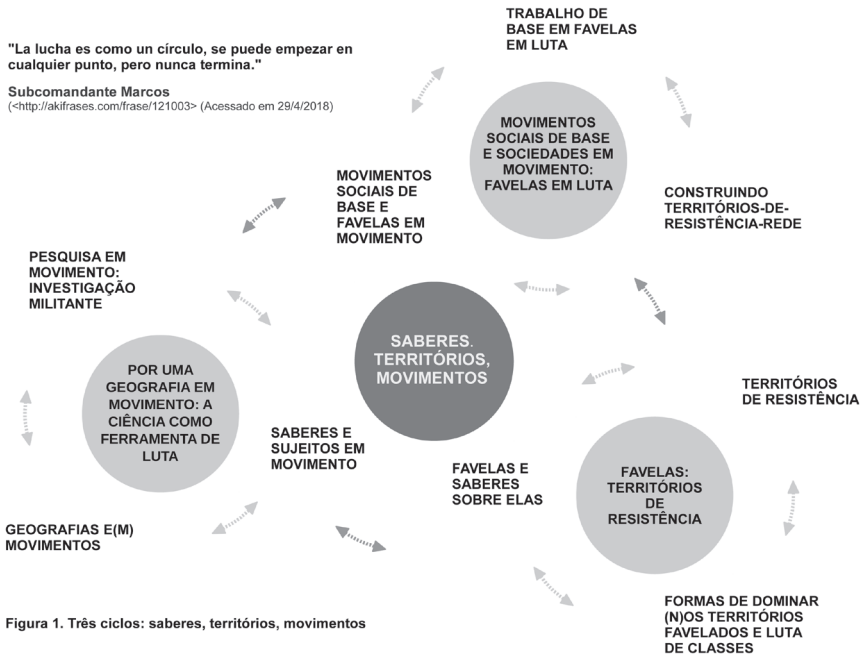


melhor o papel da periferia na luta de classes e como uma multiterritorialidade de relações de dominação-subordinação/resistência constitui-se em territórios periféricos. Na terceira parte, o foco está diretamente nas práticas de resistência de movimentos sociais de base que se territorializam em favelas em movimento. Como se dá sua inserção em territórios densos de resistências implícitas (como explícitas) é uma questão refletida a partir de experiências de grupos atuantes em favelas cariocas, tais como a Comunidade Popular Chico Mendes, do Movimento das Comunidades Populares (MCP) (Favela Chico Mendes, Pavuna), o coletivo Us Negin Q Não C Kala (Penha), o coletivo Ocupa Alemão (Complexo do Alemão) e o coletivo Roça! (Morro do Timbau, Maré), do qual faço parte. São iniciativas que permitem refletir as relações entre múltiplas formas de resistência e como estas entram em jogo na constituição de territórios-de-resistência-rede nos quais estes grupos se inserem e que são construídos por eles.

Nos dois anos passados desde a conclusão da tese, tenho seguido dois caminhos principais de compartilhamento de seus resultados. Por um lado, disponibilizei o trabalho na íntegra, vídeo da defesa e de debates e artigos relacionados no *site* [www.territoriosresistencia.wordpress.com](http://www.territoriosresistencia.wordpress.com). Por outro lado, tive a oportunidade de compartilhar esta experiência de investigação tanto em salas de aula como em encontros e congressos. Foram momentos que fomentaram o desejo de compartilhar ainda de forma mais compacta os resultados deste processo e que reforçaram uma ideia que já vinha se formando no próprio processo de escrita: desmembrar as três partes do trabalho que têm uma articulação forte ao mesmo tempo que mantêm sua autonomia umas referentes às outras. Decidi, assim, montar uma pequena trilogia, pensada e organizada em ciclos: “Saberes, territórios, movimentos”, para tornar os resultados do trabalho o mais acessível possível para potenciais grupos de interessados: Ciclo I - “SABERES”: “Geografia(s) e(m) movimento(s)”, Ciclo II - “TERRITÓRIOS”: “Favelas: territórios de resistência” e Ciclo III - “MOVIMENTOS”: “Movimentos sociais de base e sociedades em movimento: favelas em luta”.

Espero que este primeiro ciclo, “SABERES”, que discute a relação entre Geografia e movimentos sociais e o método da investigação militante, possa ser de interesse tanto para pesquisadores das diversas áreas das ciências sociais que olham para o diálogo com os movimentos sociais quanto para militantes destes movimentos que visam um envolvimento cada vez maior em pesquisa

e ciência social. Já o segundo ciclo, que reflete favelas como territórios entre dominação e resistência, pode ganhar mais interesse de quem trabalha na interface de ciências sociais e movimentos sociais e nisso interessa-se pelo papel do território com foco nas lutas urbanas, ou simplesmente quem se interessa pela dinâmica socioespacial de periferias urbanas. O terceiro ciclo conterà textos de autorreflexão dos grupos mencionados, colaboradores da investigação. Diálogo e convivência junto a estes grupos darão possibilidade de refletir a relação de movimentos sociais de base e “sociedades em movimento”, reflexões que buscam contribuir com o fortalecimento do trabalho destes movimentos através de uma compreensão geograficamente orientado que reflete como suas práticas espaciais podem favorecer a inserção *em* e fortalecimento *de* territórios-de-resistência-rede. Espero conseguir concluir os ciclos II e III em breve e que, de uma forma ou outra, esta pequena trilogia possa contribuir ao debate do papel da Geografia frente e junto à atuação dos movimentos sociais e seus militantes tanto quanto o papel dos movimentos sociais frente e junto a reflexões da Geografia e dos geógrafos, campos de atuação e reflexão que podem se entrelaçar de forma inter e intrassubjetiva.



Neste primeiro ciclo, referente à discussão da relação da ciência com movimentos sociais, o diálogo principal é estabelecido com e ao mesmo tempo a partir da Geografia. Porém, as principais questões discutidas, como o horizonte metodológico e o horizonte do diálogo de saberes, não somente são interdisciplinares por natureza, como se inspiram em uma diversidade de campos das Ciências Sociais e com estes buscam dialogar. Em termos gerais, a questão principal é a relação das ciências em geral (se bem que o mundo das ideias aqui de certo é o das Ciências Sociais) com classes periféricas – “sociedades em movimento” –, seus territórios, suas resistências e lutas. Se a Geografia tem muitas contribuições específicas a fazer para cuidar desta relação ou não, a meu ver demonstra-se na inserção da mesma nos processos concretos. Há uma tendência, na Geografia em geral, de levar discussões prolongadas sobre o porquê da relevância da Geografia (“A espacialidade disso e daquilo não é vista por outras ciências...”, “Só o geógrafo vai saber de...” etc.), perdendo-se tempo e energia, às vezes, para simplesmente fazer Geografias que possam ser relevantes.<sup>2</sup>

Não conseguirei neste primeiro ciclo aprofundar a discussão do que entendemos como “movimento social”, entendendo e esperando que cada leitor(a) preencherá esta lacuna com a sua compreensão do que considerar movimento social/militância/vivência a partir de suas próprias práticas e experiências. Pessoalmente, a minha relação tem sido com o que considero “movimentos sociais de base”, ou seja, que têm e mantêm um trabalho de base territorial(izado) em territórios habitados e construídos pelo que Raúl Zibechi (2015<sup>3</sup>) tem proposto de chamar “sociedades em movimento” em

2 Não que haja momentos e contextos em que essa discussão não seja muito necessária, como, por exemplo em tentativas recentes no Brasil, de tirar cada vez mais a Geografia de currículos escolares: um claro sinal de que a nossa ciência incomoda aos dominantes, ou seja, um sinal ruim no sentido de que estamos perdendo terreno nesta disputa, ao mesmo tempo que um reconhecimento de que a nossa ciência tem sua importância para com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

3 Este livro, *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*, é uma versão em português que traduzi, junto a Rodolpho Jordano Netto e Eduardo Tomazine Teixeira, em 2015 e que foi possível publicar no Brasil graças à iniciativa e ao apoio de Isabella Mota e Luís Octaviano, da Editora Consequência, em colaboração com o autor Raúl Zibechi. Faço referência à versão em espanhol onde me refiro a passagens que comecei a citar quando ainda não tinha a versão em português publicada. Salvo esses casos, utilizo como referência o livro em português.

diálogo com a ideia de “movimento societal” do filósofo e cientista político Luis Tapia (2009) e “movimento socioterritorial” do geógrafo brasileiro Bernardo Mançana Fernandes (2005). São conceitos que se referem a dinâmicas em meio às classes periféricas cujas lutas são chave para qualquer perspectiva possível de derrubar e superar o capitalismo globalizado rumo a uma sociedade auto-organizada e igualitária.

As reflexões que dão corpo a “Saberes, territórios, movimentos” evidentemente são impensáveis e seriam impossíveis sem as múltiplas resistências das classes periféricas em seus territórios. Agradeço imensamente a vizinhas e vizinhos, amigas e amigos, companheiras e companheiros com os quais tive a sorte poder conviver e colaborar em coletivos, movimentos, redes e articulações, na favela e a partir dela.

Da mesma forma agradeço aos colegas de espírito e de ofício, cientistas sociais comprometidas e comprometidos, que tive a sorte de conhecer e com os quais sigo tendo a oportunidade de aprender. Agradeço especialmente a Rogério Haesbaert e à todas e todos do nosso núcleo de pesquisa NUREG no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Muitas as pessoas queridas, que contribuíram de uma forma ou outra com este trabalho. Entre elas, agradeço especialmente companheiras e companheiros do coletivo Roça! com os quais sigo aprendendo a cada dia, agradecendo especialmente à Geandra Nobre por ter fundado e construído junto um coletivo que tem agregado pessoas maravilhosas no decorrer dos anos e segue integrando um esforço maior e comunitário de fazer do território em que vivemos um território de vida e de emancipação. Também agradeço aos muitos movimentos e coletivos de favelas como o bloco Se Benze Que Dá que nos incentivam a manter o ritmo da resistência como também companheiras e companheiros de movimentos sociais da cidade e do campo, de sindicatos e organizações políticas, de universidades, escolas e instituições comunitárias, sempre buscando somar na luta.

Para a coleção “Saberes, territórios, movimentos” agradeço imensamente aos amigos Isabella Mota e Luís Octaviano, da *Consequência*. A sinceridade com que fazem o que acreditam, dedicando-se à disseminação do pensamento questionador e crítico.

E para este livro agradeço especificamente ao companheiro e fotógrafo Luís Baltar pelo seu trabalho junto aos movimentos de resistência e pela foto da capa.

A vocês e às muitas e aos muitos que não menciono aqui um sincero obrigado!

## CAPÍTULO 1

# Geografias em movimento

### Geografia, vivência, militância

*[...] é apenas tomando uma posição parcial que se torna possível compreender o todo e transformá-lo [...]. (ROGGERO, 2014, p. 14).*

Entendo que um trabalho de pesquisa nunca é livre de ideologia, e a ideia da objetividade e da neutralidade do olhar científico é mais uma invenção-construção (uma ferramenta de dominação) do que algo que possa (ou deveria) existir de fato. Portanto, é importante explicitar o tipo de relação entre prática, teoria e ideologia que alimentam as reflexões deste trabalho e, neste sentido, compartilho um pouco da trajetória e do contexto em que se desenvolveu.

Vivência e militância, que utilizo como conceitos genéricos neste livro, para a minha pessoa e trajetória, referem-se a uma década de vivência e participação em movimentos sociais de base no Morro do Timbau, que faz parte da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Conheci a Maré cinco anos antes de vir morar aqui, em 2003, durante um ano de intercâmbio na Geografia da UFRJ (eu sou do norte da Alemanha e me formei em Geografia na Universidade de Tübingen em 2006), através de um colega do curso de graduação da UFRJ que era da Maré e me convidou a conhecer o trabalho da ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Naquele momento estava para acontecer, protagonizado por professores, ex-alunos (que tinham conseguido ingressar em uma universidade) e alunos do Curso Pré-Vestibular, o “Primeiro Dia do Universitário da Maré”, e tive a oportunidade de acompanhar a preparação do mesmo. O encontro ocorreu em um galpão abandonado, já que as atividades de engenharia naval já não eram mais exercidas nesta

área da cidade que outrora dava margem à Baía de Guanabara, hoje em dia barrada pela via expressa Linha Vermelha. Em mutirão, em meio a muita poeira e num calor do tipo “verão na Zona Norte do Rio”, o galpão rapidamente perdeu seu caráter de abandono e começou a abrigar outra vida enquanto espaço cultural nos anos a seguir para, finalmente, transformar-se no Museu da Maré,<sup>1</sup> que se tornou um ponto de referência de memória coletiva de insistências e resistências dos moradores da Maré.

Participando das primeiras atividades no espaço em 2003, fiz amizades e fui acolhido com carinho. A sinceridade e o comprometimento de moradores de diversas favelas da Maré naqueles dias contribuíram para a criação de um laço aparentemente muito forte com este território. Recebi na época uma carta de despedida assinada pelas novas amigas e novos amigos em formato de um documento em que constava, simbolicamente e de forma irônica e carinhosa, que receberia o status de “Cidadão Mareense”, sem que naquele momento nenhum de nós imaginava que este gesto previa que anos depois eu realmente chegaria a morar aqui. Naquele momento, a Maré territorializou-se no tempo-espaço da minha trajetória e, alguns anos depois, quando voltei ao Rio para tentar uma vida aqui, talvez este movimento transatlântico fosse mais do que uma volta à cidade do Rio de Janeiro; seria, antes, uma ida-volta à própria Maré, um território de resistência que tanto me vem ensinando desde que o conheci. Digo “tentar uma vida” ciente de que, para quem vem de um contexto de classe média da Europa Central, esse é um “tentar” movido pela opção enquanto privilégio de poder escolher, e não pela necessidade, seja ela econômica, política, social ou cultural, portanto sendo um “tentar” que tem volta, caso julgado necessário.

Em 2008, logo ao chegar ao Rio, consegui hospedagem na casa de um amigo que mora no Morro do Timbau. Iniciei atividades como professor de inglês no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e fui conhecendo e me integrando a processos de mobilização e trabalho de base nas favelas da Maré. A partir daí, fui criando laços cada vez mais fortes com a favela do Timbau, seus moradores e seu território, que fizeram com que eu acabasse ficando por aqui mesmo. Desde então, moro no Morro do Timbau.

Compartilho esta trajetória por acreditar que ela facilite para o leitor contextualizar a abordagem e o tipo de trabalho geográfico-militante que

1 Disponível em: <<http://www.museudamare.org.br>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

compartilho na trilogia “saberes, territórios, movimentos”. Importante para a minha relação Geografia - movimentos sociais certamente foi, nesta trajetória, o fato de ter ficado sem vínculo formal com a academia durante os anos de 2006 a 2011. Com isso, inseri-me no trabalho de movimentos sociais de base relacionados ao meu local de moradia, Timbau, e, para além, sem que houvesse uma intervenção direta de demandas de cunho acadêmico (“Estou aqui para estudar isso ou aquilo”, “Participo do movimento porque o escolhi como ‘objeto’ da minha pesquisa”).

Para a posterior formulação desta proposta de pesquisa, a contínua inserção na base teve um papel importante que fez com que as questões surgissem diretamente das experiências desta inserção e da necessidade de compreensão de práticas resistentes concretas. A partir daí, em um processo de reaproximação à academia – um processo nada imediato ou fácil –, foi possível ir encontrando pontos de conexão entre saberes-fazeres periféricos e movimentos sociais com saberes críticos científicos-geográficos.

O trabalho tem seu fundamento numa proposta do diálogo de saberes emancipatórios, baseado numa perspectiva de articular “epistemologias do sul” (SOUSA SANTOS,<sup>2</sup> 2009, p. 21) e práticas de resistência que podem encontrar nas Geografias críticas uma ferramenta de análise e luta. Sob este pano de fundo, a proposta do projeto foi desvendar ciclos de reflexão-ação inseridos na práxis concreta de lutas onde a abordagem metodológica de investigação militante cria uma ponte entre as práticas de resistência em favelas com fazeres geográficos críticos. Nisso, teve importância também a experiência de uma pesquisa anterior, realizada nos anos 2005 e 2006, quando participava do processo organizador do V Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ) no Fórum Social Mundial em Porto Alegre e pesquisei o AIJ como cidade experimental em busca de novas formas de convívio. Sobre a relação do sujeito pesquisador com os processos que investiga, naquele momento concluí que:

*A ordem de importância é decisiva: o interesse próprio, composto pelo interesse pessoal e pelo interesse político no sentido da participação em esforços coletivos, está à frente de interesses acadêmicos ou científicos [...]. Não participo*

2 Cito Boaventura de Sousa Santos com seu duplo sobrenome para facilitar a distinção de outro autor muito referenciado no texto, Milton Santos.



*de um processo por querer investigá-lo, mas o investigo por fazer parte dele.*<sup>3</sup>  
(BARTHOLL, 2005, p. 71).

Uma relação intrínseca com os processos que investigamos, porém, torna difícil distinguir estritamente o que é o trabalho empírico realizado pelo sujeito-pesquisador e o que é a inserção e atuação do sujeito-militante: em que momento estamos pesquisando e em que momento estamos militando? Temos, assim, na combinação e na integração dos dois momentos, o atuar principal desta forma de pesquisa, na qual milita-se investigando e investiga-se militando e continua-se militando (e, de uma forma ou outra, investigando) para além da conclusão de um projeto; este pode ter um prazo de término, a luta de certo não o tem. Se a pesquisa-ação clássica trabalha com uma ideia de ciclos de investigação, podemos constatar que existe, numa investigação militante, uma relação multidimensional e multiescalar (em termos espaciais e temporais) de ciclos maiores e menores que constantemente (re)relacionam prática e teoria.

Cada processo ou atuação de militância pode trazer novas questões para a reflexão teórica, e cada reflexão teórica pode trazer novos impulsos para a atuação a cada momento do processo, de tal forma que muitos dos “resultados” deste processo dão-se sobretudo no próprio caminhar, e não nos textos acadêmicos frutos do processo. A reflexão da relação de saberes que discuto neste primeiro ciclo, “Saberes”, expressa que considero a reflexão teórica realizada pelo indivíduo cientista uma possível forma de “saber-com” que pode dialogar com outros saberes, enquanto só a participação ativa e contínua na prática concreta gera “saberes-fazer”. Num processo onde saberes perdem sua autoria individual(izada), eles podem coletivizar-se e transformar-se em saberes coletivamente construídos. Em processos emancipatórios, saberes, neste contexto, não podem ou devem ser abordados como algo que “produzimos”, um verbo que remete a uma produção sob lógica mercadológica e que, de fato e infelizmente, bem descreve

3 Tradução livre. No original: “Die Reihenfolge ist entscheidend: das Eigeninteresse, zusammengesetzt aus persönlichem und politischem Interesse im Sinne der Teilnahme an kollektiven Anstrengungen, steht vor akademischen oder wissenschaftlichen Interessen. [...] Ich nehme nicht an einem Prozess teil, weil ich ihn untersuchen möchte sondern untersuche ihn, da ich an ihm beteiligt bin”.

muitos dos saberes, aí sim, “produzidos” nas academias. Saberes emancipatórios, frutos da incessante reflexão de práticas de resistência (ou a partir destas, as formas de dominação), são saberes que se geram ou são gerados a partir da prática e que, a partir de sua geração, fortalecem nossas práticas autoemancipatórias.

Morar em uma favela no Rio de Janeiro significa sentir que as relações de dominação em jogo são tudo, menos um jogo. Baseio-me, para refletir a vivência destas relações, em um conceito aberto da luta de classes, uma luta de muitas lutas, não para legitimá-lo e validá-lo enquanto construção teórica abstrata, mas por acreditar que isso pode ajudar a compreender um processo baseado em relações econômicas, sociais, políticas e culturais fortemente heterônomas, marcadas por dinâmicas de dominação territoriais e (des)territorializantes violentas que têm no Estado e suas instituições um de seus agentes principais. Conviver em uma favela significa mergulhar em uma complexidade de relações – de vivência, de poder, de resistência –, tendo como pano de fundo formas de exploração e dominação que têm no território uma ferramenta de opressão ao mesmo tempo em que os “des-territorializados de cima para baixo” respondem, por sua vez, utilizando-se do território para insistir e lutar “(re-)territorializando-se” (HAESBAERT, 2011), resistindo de baixo para cima, criando formas mais ou menos explícitas, mais ou menos visíveis, mais ou menos transformadoras e potentes que levam a culturas e práxis de resistência constituindo territórios de resistência. Nisso, a minha inclinação de refletir as resistências nestes territórios de forma “espacializada” deve-se certamente tanto ao fato de pensá-las enquanto geógrafo, quanto é verdade constar que faço Geografia *por* vivenciar as experiências e por tender a interpretar o meu ser e agir no mundo de forma espacializada. Não é a única e nem necessariamente a melhor forma de abordagem, mas certamente é a melhor forma com a qual eu posso contribuir com um esforço maior de diálogo entre uma diversidade de saberes, onde uma complementaridade de lutas implica uma construção coletiva de saberes que ganham força não por si só ou por sua mera existência, mas mostram ou não força na sua relação de contribuir com práticas resistentes e a formulação aberta e coletiva de saberes-fazeres de grupos e movimentos em suas lutas autoemancipatórias.

Desde que vim morar na Maré, tive a possibilidade (considerando as pessoas que pude conhecer, um privilégio) de participar em processos de

resistências territorializadas, entre outros, em desfiles e campanhas do bloco de samba *Se Benze Que Dá*,<sup>4</sup> que luta através do samba pelo “direito de ir e vir” nas favelas da Maré, ou contra “O muro da vergonha”<sup>5</sup> que foi construído à beira das linhas expressas do Rio para esconder as favelas, apagá-las do imaginário da cidade (pelo menos aos olhos dos que transitam por ela). Além da experiência com o bloco *Se Benze Que Dá*, participei da construção coletiva do espaço comunitário “Sobrado”,<sup>6</sup> em 2009, realizado em um galpão precariamente equipado que alugamos coletivamente durante um ano. Em seguida, a partir de 2010, em uma escala bem menor, visando uma maior chance de trabalhar a longo prazo e com os “pés bem no chão”, formamos, com um grupo inicial de quatro pessoas, o coletivo “Roça!”, que tem na economia coletiva seu meio de busca de autossustentação econômica e autonomia política e que encontrou na “Loja da Roça!”<sup>7</sup> sua forma de territorializar-se em meio ao contexto de convivência-resistência da favela do Timbau. Através deste coletivo temos nos articulado com pessoas e grupos de diversas favelas e outras partes da cidade, mais especificamente entre 2012 e 2014 na Rede Economias Coletivas e nos anos 2013-2014 no Fórum Popular de Apoio Mútuo, articulações que levam, aos finais de 2014, na formação da Articulação de Grupos Autônomos (AGA).

A partir destas experiências concretas de trabalho de base dão-se a necessidade e o interesse em compreender os territórios em que estamos inseridos e que construímos juntos (Ciclo II: “TERRITÓRIOS”) e as formas possíveis de fortalecimento das resistências das classes periféricas (Ciclo III: “MOVIMENTOS”) e que levam à reflexão do possível papel da Geografia (Ciclo I: “SABERES”) junto aos movimentos sociais (“Geografias em

4 Este bloco, uma ferramenta de luta social, formado por moradores e amigos das favelas da Maré, realiza desfiles pela Maré em época de carnaval lutando “pelo direito de ir e vir” nas favelas e contra a repressão e opressão sofridas pelos seus moradores. Página web do bloco: <<http://blocosebenzequeda.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2018. A página está inativa há alguns anos, mas serve como registro e lugar de memória da atuação do bloco.

5 Filme produzido pelo Bloco *Se Benze Que Dá* como parte da campanha contra o “muro da vergonha”. Disponível no portal YouTube: <<https://www.youtube.com/watch?v=HX5tyi-TD2vg>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

6 O antigo blog deste espaço continua acessível na internet, um tipo de acervo on-line desta experiência: <<https://sobradoinfo.wordpress.com/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

7 O blog do coletivo encontra-se em: <<http://www.roca-rio.com>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

movimento”), baseado no horizonte metodológico da investigação militante (“Pesquisa em movimento”) e no diálogo de saberes (“Saberes e sujeitos em movimento”), temas que estruturam o trabalho a seguir.

### **Da crítica à Geografia à Geografia (que) critica (para transformar)**

*[...] Qualquer que seja o imenso valor que terá a ciência para o povo no período pós-revolucionário, no momento atual, isto é, antes da revolução que o colocará em pé e lhe dará a possibilidade real de instruir-se, ela não tem para ele absolutamente nenhum sentido; é-lhe simplesmente inacessível e inútil. O governo compreende demasiado bem o interesse do estado e não abrirá às massas as portas da ciência viva e libertadora. Quanto à ciência morta, a ciência falsificada, cujo único objetivo é introduzir no povo todo um sistema de falsas noções e concepções, ela seria para este último verdadeiramente funesta; ela lhe inocularia o vírus oficial, de todo modo, o desviaria, ao menos por um tempo, do que é hoje a única coisa útil e salutar: a revolta. (BAKUNIN, 2009, p. 24).*

*Sem dúvida, a Geografia sempre se entendeu como política no sentido de tentar submeter-se ao espírito político da época e como tal se mostrava a favor do estado e da estabilidade do sistema dominante. Quanto mais a Geografia conseguia fazê-lo, maior era sua reputação pública.<sup>8</sup> (BROGIATO, 2005, p. 45).*

O geógrafo estadunidense David Harvey (2015, p. 3) concorda com o geógrafo alemão Heinz Peter Brogiato citado acima:

*Geografia, parecia, teve como destino eterno cumprir o papel de descrever o mais acurado possível a base física material necessária para o exercício do poder político, independente de sua forma.<sup>9</sup>*

8 Tradução livre. No original: “Ohne Zweifel hat sich die Geographie immer als politische empfunden und versucht, ihre Aufgaben dem jeweiligen politischen Zeitgeist unterzuordnen und sich somit als staatsbejahend und systemstabilisierend zu erweisen. Je stärker dies der Geografie gelang, desto größer war ihre öffentliche Reputation”.

9 Tradução livre. No original: “Geography, it seemed, was forever destined to fulfill the role of describing as accurately as possible the physical material base required for the exercise of political power, of no matter what sort”.

No Brasil, como em outros países, a partir dos anos 1960 começaram a aumentar vozes críticas diante desta Geografia dominante e da dominação:

*E a Geografia, tantas vezes a serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser: uma ciência do homem.* (SANTOS, 2002, p. 261).

Na Geografia, em diversos contextos surgiram perspectivas críticas que renovaram o arcabouço teórico e conceitual no que diz respeito a conceitos-chave como espaço, território ou lugar. Foi com os movimentos sociais dos anos 1960 que surgiu uma corrente de Geografia radical nos países anglófonos e também na Espanha e França, com uma vertente predominantemente marxista e outra, minoritária, libertária ou autônoma (PEET, 1977; BREITBART, 1989; LACOSTE, 2001; SMITH, 2001; HARVEY, 2001; MITCHELL, 2006; PICKERILL & CHATTERTON, 2006; BELINA, 2008; SOUZA, 2012).<sup>10</sup>

A história dessas Geografias, que nascem na perspectiva de crítica a Geografias tradicionais, e as formas sob as quais elas surgiram e se estabeleceram não somente podem inspirar o nosso fazer geográfico em dias atuais, como revela o significado de relações entre movimentos sociais e dinâmicas de resistência e seus reflexos para dentro das Ciências Sociais e da universidade.<sup>11</sup>

10 Discuto Geografias críticas em dois trabalhos anteriores (BARTHOLL 2005 & 2008).

11 Refiro-me nesta parte principalmente às Geografias críticas brasileira e norte-americana, ciente de que com isso não dou a merecida atenção a contribuições importantes de outros países, em outros idiomas. Além da falta de maior conhecimento dessas outras Geografias, de certo, a Geografia destes dois países de dimensões continentais tem vivenciado uma geografação do pensamento crítico e uma “criticização” do pensamento geográfico desde as décadas de 1960/1970, que se destaca entre as múltiplas Geografias ao redor do mundo, experiências que são ricas e estimulantes para continuar pensando as relações da Geografia e possíveis contribuições da mesma com a diversidade de lutas sociais contemporâneas. De forma nenhuma sugiro, com um certo “pingue-pongue” entre contextos geográficos e de Geografias distintos, que não haja especificidades e particularidades importantes a serem consideradas – a principal delas seja, talvez, a própria diferença das formas de luta e dos movimentos sociais que se expressam também em outras relações dos geógrafos com elas.

*É difícil imaginar, em 1967, uma disciplina mais chata do que a Geografia. Porém, a influência do movimento anti-guerra no EEUU, os movimentos feminista e ambiental, a Primavera de Praga em 1968, o movimento anti-imperialista, radicais descobrindo socialismo e marxismo – todas essas erupções sociais amplas no final da década de 1960 e início de 1970 completamente transformaram a disciplina. Tiveram uma influência maior sobre a Geografia do que sobre qualquer outra Ciência Social no mundo anglófono.*<sup>12</sup>

Esta avaliação do geógrafo estadunidense Neill Smith (2001, p. 6), neste caso para a Geografia anglófona, aponta para o significado da relação movimentos sociais – Ciências Sociais em geral e Geografia Crítica em específico. As universidades enquanto entidades públicas ou privadas e, com isso, ensino e pesquisa universitários em uma sociedade de classes são atravessados pelas lutas desta sociedade. O conhecimento e como este é gerado (“produzido” segundo a lógica dominante de mercantilização dos saberes) está em disputa. Em épocas de maior mobilização social, as contradições – e, com isso, as resistências emergentes – influenciaram geógrafos e a forma de pensar e fazer Geografia. “*Radical*” e “*Marxist geography*”, tais como surgiram nos países anglófonos do norte global, assim podem ser lidas como respostas às mobilizações políticas mais amplas que estavam em curso nesses países, ou também em termos internacionais em geral, culminando em um ano 1968 marcado por revoltas e ondas de protestos ao redor do globo. Mobilizações sociais implicaram uma reconfiguração das relações Geografia-sociedade (PEET, 1998, p. 109).

*Aqueles que se envolveram com o movimento radical tiveram que reeducar a si mesmos no sentido mais fundamental – isto é, submeter-se a um processo de autocrítica devastadora e tentar reestruturar seus pensamentos, suas per-*

12 Tradução livre. No original: “It is difficult to conceive of a discipline more uncool than geography in 1967. And yet, the influence of the anti-war movement in the US, the feminist and environmental movements, the Prague Spring of 1968, the anti-imperialist movement, radicals discovering socialism and Marxism – all of these wider social eruptions in the late 1960s and early 1970s completely transformed the discipline. They had a greater effect on geography than on any other social science in the Anglophone world”.

*sonalidades, sua maneira de relacionar-se com outras pessoas e com o mundo externo.*<sup>13</sup> (PEET, 1977, p. 9).

Esta “reeducação” levou o geógrafo estadunidense Richard Peet a formular uma abordagem de Geografia Radical que parte do pressuposto de que:

*[...] primeiro, [...] não existe uma coisa como ciência objetiva, livre de valores e politicamente neutra, e sobretudo a Ciência Social serve algum objetivo político. Segundo, [...] é a função da ciência convencional e estabelecida servir ao sistema social estabelecido, convencional e, de fato, de facilitar sua sobrevivência.*<sup>14</sup> (PEET, 1977, p. 6).

Porém, em graus maiores ou menores, fundando a Geografia em uma base materialista, processo que Peet denomina “*breakthrough to Marxism*” (grande avanço ao marxismo), não necessariamente se rompeu com o objetivismo na Geografia, tal como o mesmo Peet reconhece (e acaba se contradizendo neste sentido) em outro lugar, onde afirma, referindo-se ao geógrafo dinamarquês Steen Folke que em um artigo de 1972 argumentou que “*radical geography must be Marxist*” (Geografia radical tem que ser marxista), que o materialismo histórico:

*[...] é objetivo no sentido que providencia um entendimento correto dos mecanismos, contradições e direções do desenvolvimento da sociedade capitalista.*<sup>15</sup> (PEET, 1977, p. 19).

13 Tradução livre. No original: “Those who have become involved in the radical movement have had to reeducate themselves in the most fundamental way – that is to subject themselves to a process of devastating self-criticism and to attempt to restructure their minds, their personalities, their ways of relating to other people and to the external world”.

14 Tradução livre. No original: “[...] first, [...] there is no such thing as objective, value-free and politically neutral science, indeed all science, and especially social science, serves some political purpose. Second, that it is the function of conventional, established science to serve the established, conventional social system and, in fact, to enable it to survive”.

15 Tradução livre. No original: “[...] is objective in the sense that it provides a correct understanding of the mechanisms, contradictions, and directions of development of capitalist society”.

Peet vai ao ponto de defender que a combinação da perspectiva materialista e do método dialético permitiria desenvolver:

*[...] teoria não-ideológica; isto é, o materialismo dialético é a base filosófica de uma Ciência Social verdadeiramente científica.<sup>16</sup>*

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2012) nisso nos ajuda a contextualizar as iniciativas críticas na Geografia em uma fase marcada pelos debates contrastando e dicotomizando entre abordagens ditas modernas e outras ditas pós-modernas nas Ciências Sociais que estariam localizadas, em termos de ontologia, entre um materialismo objetivo, ou mecanicista ou dialético e um idealismo subjetivo e, em termos de epistemologia, entre o racionalismo objetivo e o empirismo ou objetivo ou subjetivo. Segundo Haesbaert (Ibid., p. 27):

*Fica claro, por exemplo, que tanto a “objetividade” quanto a “subjetividade” inserem-se em duas perspectivas possíveis, uma de caráter ontológico, outra de base epistemológica – questão que raramente distinguimos. Para o materialista, a “realidade objetiva” é determinada pela dimensão material e a ela se reduz (na visão “mecanicista”, ou ele admite a dimensão ‘ideal’ enquanto determinada pela esfera material (na visão dialética). Para o idealista objetivo, a realidade é objetiva, existe fora da consciência, mas é determinada por esta. Enquanto para o racionalista (objetivo) só é possível entender de modo efetivo a realidade através de uma óptica geral, “totalizante” (teorias, leis), para o empirista objetivo o conhecimento se dá por uma leitura única, padrão (comum a todos os pesquisadores), porém particularizada (sem a possibilidade de atingir teorias gerais).*

Ainda segundo Haesbaert (Ibid., p. 28), cada combinação possível no que diz respeito à posição filosófica do trabalho geográfico propicia outra capacidade e outras formas da apreensão da complexidade do real. Com isso, no próprio campo das Geografias que surgiram num espírito de oposição à Geografia positivista representante dos interesses das classes domi-

16 Tradução livre. No original: “[...] non-ideological theory; that is, dialectical materialism is the philosophical basis of a truly scientific social science”.



nantes, há diferenças e divergências de abordagem e, com e por isso, ideológicas. Se, dialogando com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), o campo universitário é um campo social indissociável dos demais campos que compõem a sociedade, a universidade ao mesmo tempo que articulada se difere dos demais campos por contar com uma série de lógicas, normas e leis próprias de se fazer ciência e de atuar na academia (BENSAÏD, 2006, p. 19). É neste sentido que o geógrafo brasileiro Antonio Carlos Robert Moraes (1997, p. 30) acentua:

*Assim o que é Geografia dependerá da postura política, do engajamento social de quem faz Geografia. Assim, existem tantas Geografias, quanto forem os posicionamentos sociais.*

Talvez, numa lógica de modismos paradigmáticos que tendem a produzir paradigmas dominantes, se um pensamento dominante (no nosso caso, a Geografia positivista) vem a ser substituído por outro pensamento, e este também torna-se dominante, sem com isso colocar em questão a própria forma de se produzirem conhecimento dominante ou melhor relações de dominação na academia, ocorrerão novas marginalizações de formas do pensar e do conhecer, como discute, entre outros, o geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2012, p. 14) ao apontar para “a marginalização do pensamento libertário” na Geografia Crítica (Marxista). Os geógrafos Linda Peake, atuante no Canadá, e Eric Sheppard (2014, p. 5), atuante nos Estados Unidos, em retrato recente e interessante da história da Geografia Crítica anglófona, apontam para tendências semelhantes de tendências de marginalização e, como Souza, apontam para o papel da revista geográfica estadunidense *Antipode*, que teria dado, desde sua fundação em 1969, cada vez menos atenção à diversidade de abordagens radicais, conforme vinha ocorrendo um “[...] endurecimento da ortodoxia, conforme a crítica marxista dos capitalismo veio a dominar a *Antipode*”.<sup>17</sup>

Nisso, desafios atuais para o pensamento geográfico emancipatório são o de não entrar na armadilha de uma disputa intercorrentes e tentar criar uma corrente dominante e o de não contribuir com uma hiper-ideologiza-

17 Tradução livre. No original: “[...] hardening of orthodoxy, as a Marxist critique of capitalism came to dominate *Antipode*”.

ção da própria Geografia. Afirmar que a Geografia como qualquer ciência é diretamente influenciada pela ideologia não significa que há uma necessidade de travar disputas para defender a ideologia “certa” para a Geografia *em si*, uma discussão a ser aprofundada mais adiante.

Diante de contradições relacionadas a “propostas [...] diferenciadas” (CAMPOS, 2001, p. 21) referentes às questões epistemológicas, ontológicas e ideológicas da Geografia Crítica, de cunho mais interno da disciplina, a articulação direta da Geografia com lutas e movimentos sociais contemporâneos, da teoria com a prática, certamente pode contribuir para que não nos prendamos ao universo fechado da Geografia acadêmica ou ao pensamento radical de origem ocidental, entrando numa disputa pela hegemonia paradigmática/teórica/ideológica e, sim, que busquemos compreender (e fazer uso) da Geografia Radical e do pensamento revolucionário enquanto ferramenta de luta que possa contribuir com e fortalecer processos maiores, coletivos, na qual construímos saberes entre saberes, sempre ancorados em práticas nas quais estamos inseridos e/ou com as quais estamos em diálogo.

Referente à Geografia, o geógrafo brasileiro Rui Ribeiro de Campos (2001, p. 21) defende:

*Unidos estão [geógrafos críticos] na oposição à injusta realidade social e espacial existente, e na crença do conteúdo político do discurso científico e de que o conhecimento geográfico pode ser instrumento de combate.*

Rogério Haesbaert (2012, p. 47), por sua vez, propõe superar “quere-las pessoais fragmentadoras” no campo da Geografia universitária, para mudar

*[...] de direção a nossa arma: em vez de apontá-la para nossos colegas, em disputas infrutíferas e voltadas quase sempre para vaidades pessoais dentro do restrito círculo acadêmico, a levássemos para o verdadeiro campo de batalha – a própria sociedade onde, além dos verdadeiros interessados em nossos projetos, estão também os verdadeiros inimigos a serem atacados.*

Se é na relação com a sociedade de classes que se revela o caráter dos saberes gerados nos meios acadêmicos, vai ser ali que devemos, sim, nos posicionar claramente, fazer devidas críticas e diferenciar entre saberes

emancipatórios que dialogam e saberes de dominação que fragmentam e contribuem com a opressão direta ou indiretamente. É certo que as classes dominantes sempre que possível procuram fazer uso da ciência ao seu favor:<sup>18</sup>

*Na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida. Daí que vão se apropriando cada vez mais da ciência também, como instrumento para suas finalidades.* (FREIRE, 2014, p. 65).

Em oposição a este uso dominante e dominador das ciências e do conhecimento, a Geografia Crítica no Brasil, como em outros países, ganhou importância a partir da década de 1970 não somente para pensar a realidade (e sua espacialidade) pelo ponto de vista dos oprimidos e não dos opressores (nas palavras do educador e pedagogo brasileiro Paulo Freire), como também para fortalecer as suas lutas contra a opressão. No Brasil, esse processo também pode ser lido, como no caso da Geografia anglófona, como uma resposta ou um reflexo de mobilizações sociais e de resistência que voltaram a se articular às escondidas nas bases em meio à ditadura militar, que somente chegaria ao fim em 1985. Nisso, a Geografia Crítica surge igualmente num contexto da necessidade de repensar o papel da ciência em geral, e o geógrafo brasileiro Ruy Moreira (2011, p. 87), inspirado no colega francês Yves Lacoste (2001), com sua obra referência *A Geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra*, acentua uma questão-chave da busca que partiu da crítica à Geografia para construir uma Geografia que critica para transformar:

*A Geografia: o que é, para que serve e a quem serve?*

18 Da mesma forma que tendem a atacar educação e ciência quando aparentam perder o controle sobre os discursos científicos, como podemos ver em iniciativas conservadoras recentes como o “Escola sem partido” ou também no desmonte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma escola que popularizou seu corpo discente e com isso seus focos de estudo e pesquisa, ao menos nas Ciências Sociais, incomodando para além do “aceitável” setores de direita em instâncias decisivas para a manutenção do funcionamento da instituição.

Rompendo com o neopositivismo, base da chamada *new geography*, abordagens críticas para analisar as relações socioespaciais ganharam força e vieram a formar uma importante – senão a mais importante – corrente da Geografia Humana brasileira das últimas décadas (SANTOS, 2002; CAMPOS, 2001; MOREIRA, 2011).

*Um instrumento de ação popular poderoso como o saber geográfico não pode mais continuar usurpado.* (MOREIRA, 1982a, p. 4).

Neste espírito, o geógrafo brasileiro Milton Santos empenhou-se na formulação de uma “Geografia Nova” (SANTOS 2002), um processo que vive um momento importante no Encontro Nacional de Geografia de 1978 em Fortaleza, no qual seu colega Carlos Walter Porto-Gonçalves (1982, p. 72) discute a situação da Geografia proclamando: “A Geografia está em crise. Viva a Geografia.” reivindicando como saída da “crise da Geografia” sua superação como produtora de saberes de dominação através de uma “Geografia da crise”, comprometida com a afirmação de uma teoria do espaço que seja *do e para o* homem, e não com o espaço da sua opressão (p. 93) e com base em uma recuperação do “espaço geográfico para uma teoria social crítica” (PORTO-GONÇALVES, 2002a, p. 226).

Com este processo, ganha força também o diálogo não somente interdisciplinar da Geografia com outras disciplinas das Ciências Sociais, mas também o diálogo intradisciplinar entre perspectivas críticas através da história do pensamento geográfico, identificando que, desde seu vir a existir, a Geografia, como campo de conhecimento, teve, além de seu papel principal da produção de saberes de dominação, sempre linhagens minoritárias que buscaram tornar a Geografia uma ferramenta de crítica e emancipação:

*Diante da marcha triunfante do imperialismo, os geógrafos dividiram seus pontos de vista. De um lado, aqueles que lutavam pelo advento de um mundo mais justo, onde o espaço seria organizado com o fim de oferecer ao homem mais igualdade e mais felicidade: são os casos de Elysée Reclus e Camille Vallaux. Será que pode se também incluir Kropotkine [...]? Por outro lado, aqueles que preconizaram claramente o colonialismo e o império do capital e aqueles, mais numerosos, que se imaginando humanistas não chegaram a construir uma ciência geográfica conforme a seus generosos anelos.* (SANTOS, 2002, p. 30).

Richard Peet (1977, p. 2) também destaca a importância de reconhecermos e dialogarmos com geógrafos que articularam seu pensar a agir em prol de transformações radicais com sua forma de fazer Geografia no decorrer da história da disciplina:

*Seria arrogante para radicais contemporâneos proclamar que fomos os primeiros de ver o potencial revolucionário na Geografia. Teve geógrafos radicais que vieram antes de nós e em muitos sentidos ainda estamos recuperando com seus níveis de compreensão. Geógrafos radicais foram especialmente importantes no pensamento anarquista do fim do século XIX.*<sup>19</sup>

O geógrafo canadense Simon Springer (2014), passados mais de 40 anos desde a sua publicação, responde a um texto do geógrafo dinamarquês Steen Folke (1972) e argumenta (reproduzindo o título do artigo de Folke substituindo a palavra “Marxism” por “anarchism”): “Why a radical geography *must* be anarchist” (por que a Geografia Radical tem que ser anarquista). O antropólogo estadunidense David Graeber (2011), em 2004, já tinha apresentado uma reflexão um pouco mais aprofundada e detalhada semelhante à de Simon Springer no sentido da proposta de pensar na construção de uma “Antropologia Anarquista”. Relacionar os campos da teoria, da ideologia e da prática, discussão que aprofundo no próximo capítulo, não necessariamente deve passar, porém, pelo processo de misturá-los de tal forma que as diferenças de cada um corram o risco de desaparecer, o que pode levar (e não em poucos casos leva) a tendências de confundir a função de cada um destes campos, onde teóricos/acadêmicos acabam se achando no lugar legítimo de poder e querer definir ou dar rumo a práticas de resistência, ao mesmo tempo que a ciência pode ser reduzida a uma função de “comprovar” qual ideologia seria a mais certa, a que mais “tem razão, cientificamente provado”. David Harvey em 2015 responde ao texto

19 Tradução livre. No original: “It would be arrogant for contemporary radicals to claim that we were the first to see revolutionary potential in geography. There were radical geographers who came before us and in many ways we are still catching up with their level of insight. Radical geographers were especially prominent in the upsurge in anarchist thinking of the late nineteenth century”.

de Springer em uma carta aberta intitulada “Listen, anarchist!”<sup>20</sup> (Escuta, anarquista!) e cita o escritor anarquista estadunidense Murray Bookchin alegando que simpatizaria, apesar de não concordar plenamente com o mesmo, ao escrever que:

*“[...] o futuro da esquerda, na última análise, depende de sua habilidade de aceitar o que é válido tanto no marxismo como no anarquismo para o tempo do presente e para o futuro que está vindo a vista [...]”. Temos que redefinir “qual abordagem pode incorporar o melhor da tradição revolucionária marxista e anarquista através de maneiras e formas que falam do tipo de problema que encaramos no presente”.*<sup>21</sup>

O texto de Harvey traz elementos interessantes para pensar sobre possibilidades e limites desta perspectiva e apresenta algo raro, por se tratar de uma reflexão de um pensador marxista que de fato leu e, portanto, refere-se a obras do campo anarquista. O próprio marxista autonomista irlandês John Holloway, que há muitos anos vive e trabalha no México e que causou muita polêmica dentro do campo marxista com seu lema “Mudar o mundo sem tomar o poder” (HOLLOWAY, 2005, título de seu livro, criticado pelo próprio Harvey em seu texto), responde às críticas do campo anarquista de que ele teria desenvolvido suas ideias libertárias sem dialogar com autores do campo anarquista – apesar de dialogar com muitas de suas ideias – oito anos depois de publicado seu livro pela primeira vez, dizendo que isso se deveria ao fato dele ter vivido dentro da teoria marxista (HOLLOWAY, 2010, p. 282), dando a entender que, por isso, não teria tido tempo/possibilidade (?) de ler obras de autores anarquistas. A justificativa de Holloway (Ibid., p. 186-187) em resposta a críticas do campo anarquista parece uma saída “barata”:

20 Com esse título responde, por sua vez, a um texto de Bookchin de 1972 intitulado “Listen, Marxist!” (Escuta, marxista!).

21 Tradução livre. No original: “[...] the future of the Left, in the last analysis, depends upon its ability to accept what is valid in both Marxism and anarchism for the present time and for the future coming into view [...]. We need to define ‘what approach can incorporate the best of the revolutionary traditions Marxism and anarchism in ways and forms that speak to the kinds of problems that face the present’”.

*É o presente argumento um argumento anarquista? Não importa, parcialmente por que as distinções antigas caíram, e de toda forma rotulando vai contra o pensar [...].<sup>22</sup>*

Em vez de diminuir as críticas a uma questão de rótulo, a tese de Holloway certamente poderia ser enriquecida e fortalecida se este dialogasse mais com um campo do pensamento revolucionário que em seu cerne carrega exatamente a questão pelo autor discutida de “como mudar o mundo sem tomar o poder”.

Harvey, por sua vez, dialoga de forma razoavelmente aberta com ideias anarquistas, ao mesmo tempo em que discorda exatamente desta possibilidade, de “mudar o mundo sem tomar o poder”. Ele defende que haveria muitos “exemplos de usos progressistas do poder de Estado para fins emancipatórios”.<sup>23</sup> Curioso que Harvey se baseia neste argumento em exemplos da América Latina dos governos ditos progressistas, justamente em um momento em que parte da própria esquerda, até este ponto defensores do progressismo, se viu forçada, pelos graves problemas postos e pelas contradições evidentes da política de conciliação de classes através da tomada do poder governamental dos setores “progressistas”, de ao mínimo repensar a sua relação com o Estado.<sup>24</sup>

22 Tradução livre. No original: “Is the present argument an anarchist argument? It does not matter, partly because the old distinctions have broken down, and in any case labeling runs counter thought [...]”.

23 Tradução livre. No original: “[...] examples of the progressive uses of state power for emancipatory ends”.

24 Felipe Miguel, em seu artigo “A esquerda depois do PT”, escreve: “Na visão política de Dilma e seu círculo, os movimentos populares não existem. Todas as equações que fazem para sair da crise incluem os mesmos elementos: os grandes grupos econômicos, as elites políticas tradicionais, as oligarquias partidárias. Por mais que a conta nunca feche, não se cogita agregar um novo fator”. Esse texto foi publicado no blog de Leonardo Boff em 30/09/2015: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2015/09/30/a-esquerda-depois-do-pt-prof-luis-felipe-miguel/>>. Acesso em: 26 nov. 2015. Com o avanço de forças de direita e das classes dominantes sobre a política brasileira desde o impeachment da presidente Dilma, em 2015, esta necessidade de questionar e criticamente refletir estas contradições parece ter caído ao esquecimento em detrimento de um único objetivo possível para o ano de 2018, a defesa e reeleição de Lula. Dois artigos de Eliane Brum provocam manter viva a reflexão das contradições e crítica tentativas do ex-presidente Lula de tentar se transformar em “mito em vida”. Vide da autora os artigos: “Lula, o inconciliável” <<https://brasil.elpais.com/>

Harvey admite que, além de muitas pontes e possibilidades de diálogo e inspiração mútua,<sup>25</sup> a questão do papel do Estado talvez seria e continuaria sendo a maior controvérsia, e argumenta que o anarquismo do tipo Proudhoniano careceria de uma teoria coerente e que as propostas de (auto-) organização baseadas exclusivamente na horizontalidade não seriam capazes de organizar grandes populações tais como se encontram em áreas metropolitanas com milhões de habitantes. Aqui baseia sua crítica mais em autores como Springer, enquanto desconsidera que o próprio anarquista francês Pierre Proudhon (2001, contracapa) apresenta uma ideia de organização que se baseia no “princípio federativo”, que não é uma negação de qualquer forma de governar, e sim uma proposta de autogoverno:

*[...] todas estas divisões de partidos entre as quais a nossa imaginação cava abismos, todas estas divergências de opinião que nos parecem insolúveis, todos estes antagonismos de sorte que nos parecem sem remédio, encontrariam de repente a sua equação definitiva na teoria do governo federativo.*

Harvey (2015, p. 19) alega que, para anarquistas, a oposição ao Estado e a negação de instituições hierárquicas seria uma “posição ideológica inegociável”, e parece ignorar que não se trata meramente de uma negação que “se inventou” a nível da ideia, e sim, que se baseia em inúmeras experiências de processos e tentativas de transformação radical que apostaram na tomada do poder estatal para, em seguida, substituir um sistema de dominação por outro, evidências empíricas inegáveis. Seria fácil inverter o argumento: seria o caso que pensadores críticos como Harvey não abrirem mão da figura do Estado não por questões empíricas, mas por questão de ideologia? Uma pura questão de “semântica” (como sugere Harvey, que

brasil/2018/04/10/opinion/1523379689\_775390.html> e “Lula, o humano” <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/09/politica/1523288070\\_346855.html?id\\_exter](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/09/politica/1523288070_346855.html?id_exter)>. Acesso em: 25 abr. 2018.

25 Em seminário organizado pela editora Boitempo em julho de 2015, em São Paulo, David Harvey afirma que para “organizar a classe trabalhadora” precisaria de “novas estratégias territoriais para a luta de classe”, necessitando levar ao encontro “o melhor do Marxismo e do anarquismo” para dar conta desta tarefa. O vídeo do seminário com legenda em português está disponível em: <<http://davidharvey.org/>>. Acesso em: 25 abr. 2018. As citações são uma tradução livre da sinopse do filme, disponível no site.



considera formas de auto-organização, como a dos zapatistas uma forma de criação de um “*state within the state*” [Estado dentro do Estado])? Somente até certo ponto, considerando que Harvey vê também uma perspectiva de transformação na conquista de governo do partido Syriza, na Grécia. Talvez seja o caso, então, de redefinir o que se entende por Estado e a relação com ele, mas, se nesse conceito cabem, como perspectiva de transformação, tanto a conquista de governo de um Estado capitalista como a Grécia (em crise ou até falência ou não) como a construção de formas de autogoverno como a dos zapatistas, certamente há questões em aberto e diferenças não fáceis de superar.

Marcelo Lopes de Souza (2010, s.p.) discute estas diferenças e faz críticas contundentes em relação a um “otimismo exagerado” de David Harvey referente aos governos chamados “de esquerda”, que muitas vezes se baseariam em análises “descontextualizadas”, como é o caso na análise da questão urbana no Brasil, onde Harvey afirma – para Souza, de forma equivocada – que uma “pressão de movimentos sociais” teria sido uma ferramenta eficaz para garantir o “direito à cidade” nas metrópoles. O que interessa aqui, para além da questão das próprias discordâncias, é a questão da possibilidade de diálogo entre campos distintos do socialismo. Lopes concorda com a possibilidade deste diálogo e baseia-se no fato da própria obra de Marx ser composta – referindo-se às discussões em obras de Cornelius Castoriadis – por um Marx de viés claramente autoritário (e, não menos importante, acrescentaria, tanto a nível da teoria como a nível da prática política), porém também outro Marx, mesmo que de menor aparência, mais aberto e libertário. Por isso, Souza (Ibid.) conclui:

*[...] se aceitarmos que Marx teve, pelo menos, uma veia (sufocada) compatível com o pensamento libertário, seria tão absurdo, assim, imaginar que libertários e marxistas heterodoxos (os “conselhistas” clássicos, por exemplo, mas também intelectuais da estirpe de um Edward P. Thompson, de um Henri Lefebvre, de um Herbert Marcuse, de um Raymond Williams, de um João Bernardo) podem e devem, pelo menos, ser vistos como interlocutores uns dos outros e, na presente conjuntura histórica, quiçá também como parceiros em várias tarefas?*

Não pretendo aqui aprofundar este debate,<sup>26</sup> mas entrei nele, mesmo que de forma rasa, para exemplificar quais as perspectivas e desafios do atuar e pensar revolucionário e seus reflexos para o campo da Geografia nos dias de hoje. Para dar conta destes desafios referentes ao campo de saberes geográficos, Harvey apresenta uma proposta que me parece viável e que desafia a tese de Simon Springer de que a Geografia *tem* que ser anarquista:

*Mas isso [as diferenças] não excluem a colaboração e a ajuda mútua com respeito para as muitas outras lutas anti-capitalistas nas quais estamos engajados. Discordância sincera não deveria ser uma barreira para a colaboração fértil. Portanto a conclusão à qual chego é: deixe Geografia radical ser só isso: Geografia radical, livre de qualquer “ismo” em particular, nada mais, nada menos.<sup>27</sup>*

26 Há duas coletâneas de entrevistas, organizadas por Phillippe Kellermann (2012 e 2013) – que infelizmente somente estão disponíveis em alemão –, que aprofundam a discussão da possibilidade de diálogo entre marxismo e anarquismo. O site *Passa Palavra* é uma plataforma onde se encontram textos que contribuem com este diálogo: <<http://passapalavra.info/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

27 Tradução livre. No original: “But this does not preclude collaboration and mutual aid with respect to the many other common anti-capitalist struggles with which we are engaged. Honest disagreements should be no barrier to fertile collaborations. So the conclusion I reach is this: let radical geography be just that: radical geography, free of any particular “ism”, nothing more, nothing less”.

No texto, Harvey faz muitas referências a um texto recente de Murray Bookchin (2014), apontando que este teria, afinal, rompido com o anarquismo. Essa prática, de dialogar com alguém que representaria um campo que já não parece representar “tanto”, lembra do diálogo com obras tardias de Karl Marx, onde o mesmo parece apresentar uma revisão de sua própria relação com o Estado (inspirado na experiência da Comuna de Paris). Isso remete a três pontos cruciais: (1) o caráter múltiplo do próprio sujeito-autor no espaço-tempo de sua trajetória, (2) à primordial importância do andar da história que se dá pelos fatos criados pela prática dos sujeitos, da qual a teoria se alimenta e com a qual dialoga e (3) a complexidade de relações intra e intercorrentes do pensamento revolucionário, que se torna mais complexa ainda ao comparar a prática proposta com a prática realizada. Harvey, por sua vez, aponta *para* e dialoga *com* múltiplas formas de auto-organização horizontal de recentes mobilizações ao redor do mundo, sem deixar de continuar vendo na participação da gestão do Estado uma perspectiva necessária (HARVEY, 2012).

Em livro publicado recentemente, Marcelo Lopes de Souza (2017, p. 19) opta por um termo que remete a uma compreensão mais ampla e que é menos atrelado ao próprio anarquismo enquanto campo ideológico: “Geografia libertária”. Nisso, Souza concorda que o objetivo não deveria ser o de reivindicar todo um campo da ciência:

*Cabe salientar desde já, no entanto, que não desejo, com o título Por uma Geografia libertária, cometer o desatino de propor que a disciplina acadêmica “Geografia”, em seu conjunto, assuma feições libertárias e reivindique o espírito libertário; isso seria delirantemente irrealista e, ainda por cima, soaria exclusivista, como se fosse um projeto político-intelectual válido e factível, em meio a uma sociedade heterônoma, tentar “purgar” uma disciplina acadêmica de suas tradições e de seus cacoetes conservadores.*

Um diálogo aberto entre correntes do pensamento revolucionário levaria a uma relação de crítica mútua, ao mesmo tempo que demandaria uma disposição autocrítica por todos os lados. Nisso, se Harvey supõe que um dos principais problemas do anarquismo é sua relação com o poder, interpretando a negação do poder autoritário (o poder da dominação) basicamente como uma negação a qualquer forma de poder, em resposta a uma análise crítica das relações entre a teoria marxista e as práticas e experiências políticas nas quais esta foi fundamental, que levaram a diversas das experiências de dominação mais violentas da história moderna, não basta tratar desta relação reduzindo-a a um breve parenteses: “*marxismo, for all its past faults, [...]*” (marxismo, além de todas suas falhas passadas, [...]) (Ibid., p. 1). Se pelo lado do pensamento anarquista é aceitável o desafio que Harvey coloca, de que há que aprofundar teorias de execução de poder (um poder-com e não um poder-sobre, um autogovernar-se e não um governar/ser governado) e de possibilidades de transformação emancipatória e de auto-organização de um mundo habitado por mais de sete bilhões de seres humanos, o desafio colocado ao marxismo é re-relacionar prática e teoria para superar interpretações que permitem legitimar diversas formas de autoritarismo e dominação como meios necessários para o fim da superação do capitalismo.

A relação entre os campos diferentes de tradição de esquerda torna-se mais complexa e desafiadora diante do eurocentrismo muitas vezes explí-

cito, outras vezes latente das tradições do pensamento revolucionário ocidental no encontro com outras matrizes de saberes genericamente revolucionários, como saberes que se originam da longa história de lutas negras, indígenas ou camponesas e que se reencontram e se reformulam também nas práticas e territorializações resistentes nas grandes cidades. Neste sentido, teoria revolucionária não tem (e não deve ter) a função de “ter razão”, e sim de “pensar junto”, entendendo que a superação da hierarquização de saberes passa por colocar em xeque e em questão a própria ideia da objetivação absoluta do saber científico. É nessa perspectiva que trabalhos de pensadores “globais” como Harvey podem contribuir com, mas nunca substituir reflexões de contextos concretos nos quais estamos inseridos.

Contextualizando, trazendo para a nossa realidade, isto é, para a realidade específica em que cada um(a) de nós está inserido(a), o diálogo entre correntes do pensamento revolucionário encontra-se ainda sob outra luz, que certamente brilha em mais cores e em maior número de ângulos, quando não somente as relacionamos entre si, a nível da abstração e da teoria, e, sim, a nível da relação “prática no contexto local – teoria”. Esse olhar, no campo das Ciências Sociais críticas, traz questões de ordem epistemológica, e com isso metodológica e conceitual que em muitos casos como na própria filosofia do pensamento revolucionário são abordados como práxis:

*Consideradas as relações entre teoria e prática no primeiro plano, dizemos que a primeira depende da segunda na medida em que a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do conhecimento. (VÁZQUEZ, 2011, p. 245).*

*Ao afirmar-se [...] que a atividade teórica por si só não é práxis, afirma-se também, que enquanto a teoria permanece em seu estado puramente teórico não se transita dela à práxis e, portanto, esta é de certa forma negada. Temos, assim, uma contraposição entre teoria e prática que tem sua raiz no fato de que a primeira, em si, não é prática, isto é, não se realiza, não se plasma, não produz nenhuma mudança real. Para produzi-la, não basta desenvolver uma atividade teórica. É preciso atuar praticamente, ou seja, não se trata de pensar um fato e sim de revolucioná-lo; os produtos da consciência têm de se materializar para que a transformação ideal penetre no próprio fato. (Ibid., p. 241).*

Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 250) discute “práticas espaciais insurgentes (e [...] práticas sociais em geral) defendendo que estes” remetem à ideia de práxis entendida como “ação (ou conjunto estruturado de ações) visando a transformação da realidade, politicamente falando”:

*A práxis é, essencialmente, uma ação política, ou seja, orientada para influenciar ou transformar as relações de poder.*

*[A] práxis é: uma ação [...] dotada de sentido.*

Milton Santos (2002, p. 95-96) aponta para a importância da relação entre a práxis e o espaço:

*Existem práxis individuais e existem práxis sociais. Mas, o próprio nome de “sociedade organizada” supõe a precedência das práxis coletivas, impostas pela estrutura da sociedade e às quais se subordinam as práxis individuais. Ora, o espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais.*

Sem aprofundar essa discussão aqui, entendo que a busca por caminhos de relacionar e articular pesquisa e práticas de resistência, ação de luta e teoria, têm como pano de fundo a própria busca por uma práxis emancipatória. A discussão na Geografia entre prática e teoria é, entre outros, fruto de uma aproximação em mão dupla – cientistas que estão próximos às lutas sociais, e integrantes de movimentos sociais que se aproximam de ou se inserem nas academias – e traz questões que fundamentam as discussões a seguir: Qual relação entre movimentos sociais, Geografia e ideologia, “como investigar [e estudar] a sociedade para transformá-la” (BORDA, 2009) e como superar o “pensamento único” (SANTOS, 2002), construir um diálogo de saberes à base de uma “ecologia de saberes” (SOUSA SANTOS, 2011), no qual o saber científico se relacione de forma horizontal com outros saberes, enquanto saber entre saberes?

## Geografias e(m) movimentos

Vimos que, tanto na Geografia brasileira como na Geografia anglófona, a dinâmica de lutas e a atuação de movimentos sociais permeavam também a Geografia e a atuação acadêmica, e desencadearam transformações significativas estabelecendo novas formas de se pensar e fazer Geografia. Com a conquista de espaço nas universidades, porém, a relação do conhecimento crítico e dos acadêmicos que se dedicaram à tarefa de avançar na construção do mesmo com os movimentos sociais sofreu, com o tempo, um processo de distanciamento, colocando a questão de como conseguir desenvolver formas críticas de saber a nível da ciência institucionalizada sem desvinculá-la da prática transformadora.

Geógrafos nos Estados Unidos como William Bunge (1977, 2011) defenderam a necessidade de uma conexão direta entre Geografia, vivência e prática nos anos da chegada às universidades de ideias radicais surgidas nas lutas. Porém, o seu colega Neill Smith (2001) reflete, em um olhar autocrítico referente à Geografia crítica norte-americana, que ele – assim como outros geógrafos marxistas – teria contribuído, ao se estabelecer na universidade, para seu crescente isolamento e sua desconexão das lutas. Smith relaciona este isolamento ao fato dessas lutas terem, ao decorrer dos anos, perdido sua força e intensidade, ao mesmo tempo em que admite que:

*[...] estudiosos radicais marxistas também estiveram menos conectados com as lutas que persistiram.*<sup>28</sup> (Ibid., p. 12).

Além disso, Smith (Ibid.) reclama da crescente institucionalização e da marcha pelas instituições à qual os geógrafos críticos teriam se submetido:

*Certamente soa estranho constar, mas a insurgência marxista se tornou moda e eventualmente acabou vítima de seu próprio sucesso.*<sup>29</sup>

28 Tradução livre. No original: “[...] Marxist radical scholars were also less connected to the struggles that did persist?”

29 Tradução livre. No original: “Strange as it may sound, the Marxist insurgency in geography became fashionable and was eventually victim of its own success?”

A cientista social canadense Frances Fox Piven, ao refletir a relação “*scholarship and activism*” (academia e ativismo), percebe o desvínculo da prática intelectual universitária das dinâmicas de luta, uma vez que o pensamento crítico se estabeleceu nas universidades sem que isso tivesse reflexos positivos sobre os movimentos sociais da época:

*De fato, enquanto a academia estava se reformando e diversificando, e de fato se tornando um bastião institucional do pensamento de esquerda e crítico, a sociedade americana, no sentido amplo, estava puxando fortemente para a direita e indo para trás.*<sup>30</sup> (PIVEN, 2010, p. 808).

David Harvey (2001, p. 189), por sua vez, reforça essa percepção de possível desvínculo entre o pensar acadêmico e o fazer prático:

*O que mais me parece curioso é a maneira como interpretações acadêmicas, intelectuais e políticas dos movimentos sociais de base têm diminuído, fluído e divergido sem nenhuma relação clara ou evidente com as próprias atividades.*<sup>31</sup>

Harvey (2015, p. 5), porém, dá uma pista de como esse desvínculo entre a atividade da interpretação e da ação em si pode ter ocorrido: a sua própria postura de recém-chegado intelectual na academia baseava-se na convicção de que somente uma altíssima produtividade acadêmica, que deveria se expressar em altos números de publicações, ajudaria para que a Geografia radical não perdesse seu lugar recém-conquistado na academia.

*A barganha Faustiana era que somente poderíamos sobreviver se fizéssemos o nosso radicalismo respeitável academicamente, e respeitabilidade significava um grau de academicismo que, com o passar do tempo, fez o nosso trabalho cada vez menos acessível. Tornou-se difícil combinar uma pedagogia radical*

30 Tradução livre. No original: “Indeed, as the academy was reforming and diversifying, and indeed becoming an institutional bastion of left and critical thought, the larger American society was lurching sharply rightward and backward”.

31 Tradução livre. No original: “But what does strike me as curious is the way academic, intellectual and political interpretations of grassroots activism have ebbed, flowed and diverged without any clear or obvious relationship to the actual activities themselves”.

*(do tipo do qual Bill [=William] Bunge foi pioneiro na “Expedição Geográfica de Detroit”) e ativismo social com respeitabilidade acadêmica. Muitos dos meus colegas do movimento radical, em particular os com inclinações anarquistas, não se importaram por esta escolha (por muito boas razões) com o resultado que muitos deles, tristemente, falharam ou escolheram não consolidar posições acadêmicas e o espaço que tínhamos abertos coletivamente foi ameaçado.*<sup>32</sup>

Numa retrospectiva, Richard Peet (1998, p. 68) chama a atenção para os efeitos da institucionalização e, com isso, a domesticação do pensar crítico, quando percebe que os “radicais” que eles teriam sido acabaram se acomodando na rotina da academia, “participando de congressos em hotéis de alto padrão”:

*Radicais fizeram voto de nunca serem assim. Como adivinharíamos que dentro de uma década nos tornaríamos os novos deuses do intelecto geográfico, convidados pelo mundo afora para darmos palestras bem-educadas sobre a revolução? Que a estrutura acabaria se sobrepondo á intenção ao replicar uma hierarquia poder/espaço somente um pouco mais tranquila?*<sup>33</sup>

Marcelo Lopes de Souza (2007, p. 13) dialoga com esta perspectiva de Peet e Smith ao chamar a atenção, em prefácio ao livro *Do quilombo à favela*. (...), do geógrafo brasileiro Andreilino Campos (2007), para a tensão entre o trabalho acadêmico e a vida pessoal:

*Muitas vezes não se vive conforme aquilo que se prega, e não é raro que se*

32 Tradução livre. No original: “The Faustian bargain was that we could survive only if we made our radicalism academically respectable and respectability meant a level of academicism that over time made our work less accessible. It became hard to combine a radical pedagogy (of the sort pioneered by Bill Bunge in the Detroit Geographical Expedition) and social activism with academic respectability. Many of my colleagues in the radical movement, those with anarchist leanings in particular, did not care for that choice (for very good reasons) with the result that many of them, sadly, failed or chose not to consolidate academic positions and the space that we had collectively opened was threatened”.

33 Tradução livre. No original: “Radicals vowed never to be like that. How could we know that within a decade we would become the new gods of the geographic intellect, invited all over the world to give polite talks on revolution? That structure would overcome intention in replicating only a slightly more relaxed power/space hierarchy?”.



*transmita a sensação de que a indignação cívica e a crítica social têm hora e local marcados para acontecerem – a saber, as palestras e os escritos acadêmicos. Não são poucos os que abandonam a outros a coerência de ensinar e inspirar com o próprio exemplo.*

Mas por que este tipo de relação se torna possível e até bastante comum nas academias? A relação academia-sociedade na qual o cientista está inserido, baseado no próprio distanciamento científico e na busca por objetividade do olhar do cientista, implica uma dissociação forçada entre prática e teoria, o que abre espaço para que haja a possibilidade de discursar de uma maneira e praticar conforme outra, de teorizar no âmbito do pensamento crítico desvinculado de práticas transformadoras: discurso e prática somente podem estar em desacordo sem que isso gere conflito, onde não interdependem! Quando, porém, entram em articulação, ao entrarem em desacordo, a contradição torna-se aparente imediatamente, e é ao refletir e buscar superar estas contradições (ajustando a prática conforme a reflexão da mesma, e ajustando a reflexão conforme mude a experiência na prática) que podemos encontrar o esforço da práxis transformadora: prática e teoria, numa relação viva entre os dois, em constante movimento. Se o marxista francês Michel Löwy (apud TIBLE, 2014, p. 46) defende que “um pensamento em movimento [...] parte das lutas reais dos oprimidos e se enriquece com suas experiências revolucionárias”, não devemos esquecer da importância da mão dupla dessa relação, um pensamento que se enriquece *nas* e que por sua vez enriquece *as* “lutas reais”.

Um pensar desvinculado das práticas de luta, que não se identifica com elas e que não está em diálogo com estas práticas de forma contínua, não conseguirá transbordar os limites do mundo acadêmico, correndo o risco de gerar conhecimento vazio.<sup>34</sup> A relação de dissociação entre prática e

34 Uma crítica que não poupou nenhuma corrente do pensamento radical que ocupou as academias foi feita pelo pedagogo brasileiro Maurício Tragtenberg (1990, s.p.), que critica veementemente “a delinquência acadêmica [...]”: A universidade dominante reproduz-se mesmo através dos ‘cursos críticos’, em que o juízo professoral aparece hegemônico ante os dominados: os estudantes. Isso se realiza através de um processo que chamarei de ‘contaminação’. O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados ‘cursos críticos’, que desempenham a função de um tranqüilizante [sic] no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante

teoria, baseada em uma produção de saberes-sobre, tem, afinal, suas raízes *nas* e (re)produz *as* bases epistemológicas e ontológicas do próprio pensamento científico clássico moderno.<sup>35</sup> Se o sujeito pesquisador não é, evidentemente, responsável pelo estado de ser das ciências em si, ele, em sua prática, tampouco é obrigado a simplesmente aceitá-lo e reproduzi-lo. É neste sentido que entendo que a teorização da prática emancipatória (isto é, fazer ciência radical) de forma (auto)crítica implica, além de fazer compreender melhor esta prática e como melhorá-la através de contínuas revisões das próprias práticas de teorizar, que a reflexão da luta pela transformação seja também uma luta pela transformação da reflexão.

Pensamento crítico ou radical, neste sentido, não pode ser um pensamento copiado, reproduzido de forma não crítica, não radical. Milton Santos (2002, p. 52) não poupa colegas de críticas duras neste sentido:

*Ao seguir cegamente Marx, os fundadores da Geografia científica utilizaram uma metodologia congelada, pecaram por dogmatismo e sobretudo consagraram um erro de interpretação que desgraçadamente perdura ainda hoje.*

Referente ao pensamento crítico na universidade, podemos perguntar qual o teor de criticidade se numa prova de múltipla escolha o aluno sabe

como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinquência [sic] acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico. Watson demonstrou como, nas ciências humanas, as pesquisas em química molecular estão impregnadas de ideologia. Não se trata de discutir a apropriação burguesa do saber ou não-burguesa do saber, mas sim a destruição do 'saber institucionalizado', do 'saber burocratizado' como único 'legítimo'. A apropriação universitária (atual) do conhecimento é a concepção capitalista de saber, onde ele se constitui em capital e toma a forma nos hábitos universitários”.

35 Em um artigo em que John Holloway (2002) critica a obra “Império” de Antoni Negri e Michael Hardt, o autor argumenta, referente a relação do fazer com as dimensões ontológicas e epistemológicas do fazer ciência: “Uma teoria da luta é necessariamente antiontológica, uma teoria virada contra o ser, um luta para o resgate teórico do fazer que o ser oprime. Crítica, em outras palavras: a negação do ser para resgatar o fazer social, que é a nossa única potência” (Tradução livre. No original: “A theory of struggle is necessarily anti-ontological, a theory turned against being, a struggle to recover theoretically the doing which being oppresses. Critique, in other words: the negation of being to recover the social doing which is our only true potentia”).

dizer que a principal contradição do sistema capitalista se encontra na relação capital-trabalho. E qual a força de um pensamento dito crítico, se ele nasce em relações de ensino, onde quem é ensinado reproduz para tirar boa nota ou escolhe um tema para o seu projeto de pesquisa porque com ele garante poder ser orientado por certo professor para iniciar sua carreira acadêmica (piores são os casos em que orientadores induzem temas caros a eles a seus orientandos)? E como avançar nas nossas reflexões se não as levamos ao contato continuamente com novas práticas e novas realidades, renovando assim teorias existentes?

*O risco de converter-mo-nos em inúteis é também herdado do marxismo clássico. A crítica que Engels fez a Buchner, Vogt e Moleschott não se baseava (de acordo com Lenin 1967, p. 227) no fato de que estivessem em desacordo com Marx, mas no fato de que eles foram “materialistas vulgares”: não desenvolveram uma teoria maior que a de seus mestres. (SANTOS, 1982, p. 10).*

Neill Smith, apesar de sua retrospectiva autocrítica da Geografia Crítica nos EUA no início do século atual, vê a possibilidade de (re)conectar Geografias Críticas e movimentos sociais. A época em que escreve seu artigo está marcada pelo surgimento do movimento *alter*globalista no qual Smith abriga alguma esperança:

*Com a difusão e o aprofundamento do movimento antiglobalização, assim também vai se difundir e aprofundar a pesquisa geográfica que este movimento alimenta e do qual se alimenta, forjando novas conexões entre pesquisa geográfica e ativismo.<sup>36</sup> (SMITH, 2001, p. 17).*

A Geografia brasileira aparenta diferenciar-se da Geografia Crítica ou Radical nos EUA não somente pelas diferenças das lutas sociais entre os

36 Tradução livre. No original: “As the anti-globalisation movement spreads and deepens, so too will the geographical research that this movement feeds and feeds on, forging a new connection between geographical research and activism”. Na sua maioria o termo “anti” veio a ser substituído pelo termo “alter”globalização, apontando para o fato de tratar-se de movimentos que não são *contra*, mas a favor de *outra* “globalização”.

dois países com as quais se relacionam, como também pela forma de se relacionar com elas. Próximo às bases ainda nos anos de resistência à ditadura, geógrafos brasileiros mantiveram um diálogo e relações próximas e de apoio a movimentos sociais, discutivelmente de forma mais destacada no campo ao mesmo tempo que a questão do distanciamento entre atuação e reflexão acadêmica, entre movimentos sociais e universidade, mantém-se atual também no Brasil, ao mesmo tempo que há muitas tentativas e exemplos de como superar esta distância.

Uma entidade importante para uma relação da Geografia com os movimentos sociais no Brasil tem sido a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), cujas seções locais buscam apoiar a atuação de movimentos sociais. Destacam-se nisso também, em meio à dinâmica da mercantilização e da pressão produtivista da ciência cada vez maior, os Encontros Nacionais de Geógrafos Brasileiros (ENG), dos quais participam desde graduandos a professores, sem critérios de seleção para os trabalhos, ou seja, sem mecanismos meritocráticos de exclusão. Raúl Zibechi, depois de sua participação no ENG 2012, escreveu:

*En ciertas ocasiones las universidades, y los universitarios, se apartan del lugar que eligieron para deslizarse hacia la gente común organizada en movimientos, se comprometen con ellos y devuelven a la sociedad parte de lo que ella invirtió en su formación. Cuando esto sucede los resultados suelen ser interesantes, ya que multiplican el esfuerzo por el cambio social, que nunca sucede dentro de los campus sino allí donde transcurre la vida real.*

*Para quienes no somos universitarios y tenemos cierta desconfianza hacia producciones académicas descomprometidas, el Encuentro Nacional de Geógrafos se reveló como un espacio democrático y altamente politizado, donde las decisiones finales se toman en asambleas. Un movimiento que rechaza el hondo individualismo dominante alimentado por un sentido común que considera la universidad como escalera social en vez de servicio comunitario.<sup>37</sup>*

37 Em “El movimiento de los geógrafos braslieños”. *Revista Online La Jornada*, 27 jul. 2012. <<http://www.jornada.unam.mx/2012/07/27/index.php?section=opinion&article=022a1pol>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

A Geografia Crítica brasileira construiu também uma relação direta com a sala de aula. A dimensão didático-pedagógica ganhou muita importância, e o ensino escolar de Geografia tem uma dimensão claramente crítica como fruto dessa construção, não meramente tratando de problemas do sistema tal como ele é, mas colocando em questão o próprio sistema que os produz. Se comparado, por exemplo, com o ensino de Geografia pelo qual passei na Alemanha na década de 1990, em treze anos em sala de aula não usamos a palavra “capitalismo”, este sendo tratado como um sistema dado, naturalizado como sistema pendente e legitimado, supostamente, como o melhor possível. Discutíamos “oferta e demanda”, falhas do mercado e políticas reformistas para diminuir desigualdades etc. como as únicas opções de interferir na realidade contemporânea. Talvez, na discussão do chamado subdesenvolvimento, tenhamos aberto mais o olhar para teorias críticas, já que relações centro-periferia fizeram clara referência a teorias de dependência, sem nunca com isso colocar em questão a legitimidade do sistema capitalista em vigor.<sup>38</sup>

Tratando da relação Geografia-movimentos sociais no Brasil, o geógrafo brasileiro Renato Emerson Nascimento dos Santos (2011, pp. 27-29), em “Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidades(s) da ação social”, distingue entre três tendências no que se refere à análise de movimentos sociais. Enquanto a “Geografia da organização dos movimentos sociais” estudaria suas formas e sua “configuração espacial”, a “Geografia das lutas sociais” focaria menos na “personificação dos movimentos sociais” (organizados, acrescentaríamos) para focar mais na “materialização das lutas e dos conflitos sociais no espaço”. Já a terceira tendência seria caracterizada por se propor a fazer “Geografias dos movimentos sociais” e com isso

38 No primeiro ano do ensino médio, tínhamos na minha escola uma atividade na aula de Geografia (na qual era dado o conteúdo também de Economia) em parceria com o banco “Sparkasse” e com o jornal econômico *Handelsblatt*. Nisso, participamos de um “jogo” que simulava a nossa atuação como investidores-especuladores na bolsa da Alemanha. Recebíamos um capital fictício para investir em qualquer ação que seja e recebíamos também, todos os dias, gratuitamente, o *Handelsblatt* para acompanhar se as nossas ações aumentariam seu valor. No final das duas semanas, quem tivesse ganho mais em relação ao capital inicial era o vencedor, ou seja, era perfeitamente possível ganhar o jogo tendo investido em ações de empresas produtoras de armamento de guerra e depois receber os parabéns por ser o melhor acionista.

debater a relação Geografia e movimentos sociais, isto em dois percursos analíticos distintos: um no sentido mais clássico de leitura dos movimentos a partir da Geografia contemporânea, o outro propondo o:

*[...] movimento social mesmo enquanto categoria de pensamento na Geografia, momento em que o movimento social deixa de ser objeto e passa a ser, ele mesmo, um instrumento analítico para o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades, como portador de novas ordens espaciais latentes que, através de sua ação [...], se tornam patentes na espacialização da sociedade. (Ibid., p. 28).*

É neste sentido que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003, p. 267), de acordo com a proposta de Santos, um dos representantes destas *Geo-grafias* dos movimentos sociais, em diálogo com Milton Santos, defende que:

*Os movimentos sociais adquirem, no contexto teórico que abraçamos, um lugar de altíssima relevância por trazerem à luz, com sua própria existência, não só as contradições inscritas no espaço-tempo, como os possíveis inscritos nessa própria realidade.*

*[...] todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares.*

*[...] Afinal, movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível.*

Em diálogo com Santos e sua distinção entre tendências, é claramente no segundo percurso analítico citado desta terceira tendência que se localiza este trabalho, propondo fazer Geografia(s) em movimento(s) pensada(s) a partir de realidade e demandas dos próprios movimentos sociais e seus sujeitos, que buscam nos saberes geográficos, especificamente, e em saberes das Ciências Sociais, em geral, formas de fortalecer suas lutas que possam contribuir com a (auto)análise das mesmas. Nisso, está em questão a própria separação – ela mesma uma construção que naturalizamos

muitas vezes, mas que nem por isso seja dada ou fixa – entre a Geografia como campo da práxis científica, por um lado, e os movimentos sociais como campo da práxis social, por outro.

*Mais do que de uma Geografia da ordem, o que necessitamos é de uma Geografia do movimento. Mais do que de uma Geografia da circulação, de uma Geografia de fluxos e fixos, o que necessitamos é de uma Geografia dos movimentos sociais.* (PORTO-GONÇALVES, s.a., p. 13, grifos meus).

Geografia(s) em movimento(s), dialogando com Porto-Gonçalves, além de serem Geografias dos movimentos sociais ou, ainda, além de uma “pesquisa geográfica sobre movimentos sociais” (grifo meu), com referência a um artigo do geógrafo brasileiro Nelson Rodrigo Pedon (2009) publicado na revista *Terra Livre*, são Geografias feitas *junto aos, nos e/ou pelos* próprios movimentos e seus sujeitos, no sentido de identificação com os objetivos gerais de suas resistências e perspectivas de luta, mas também no sentido epistemológico e, com isso, metodológico, conceitual e teórico.

Em 2013, em Porto Alegre, tive a oportunidade de participar do colóquio “Territórios Autônomos”,<sup>39</sup> organizado pela Rede Reclus-Kropotkin de Estudos Libertários (ReKro) e pela Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Porto Alegre (AGB-PA). O texto desencadeador de um dos grupos de discussão deste encontro colocou em debate a seguinte pergunta: “Os geógrafos e os movimentos sociais: como colaborarem?”<sup>40</sup> De imediato surgia, como parte de uma possível resposta, outra pergunta: por que e como, em termos tão gerais, separar entre Geografia, por um lado, e movimento social, pelo outro? Há por que ou como separar os dois campos, os seus referentes sujeitos e seus esforços (de agir, de refletir, de estudar e de transformar)?

Em anos recentes temos visto, talvez mais do que em anos anteriores, estudantes e pesquisadores vindos diretamente de movimentos sociais para estudar nas universidades e, numa via de via dupla, estudantes e pesquisa-

39 Disponível em: <<http://territorioautonomo.wordpress.com>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

40 Pergunta retirada da primeira circular do encontro de 2013, disponível em: <<https://territorioautonomo.files.wordpress.com/2012/07/ii-colc3b3quio-territc3b3rio-autc3b4no-mo-primeira-circular.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

dores vindos das universidades aproximando-se para apoiar e, em alguns casos, juntar-se a movimentos sociais. Nesse contexto, uma pergunta que surge e amplia a reflexão das possíveis relações entre geógrafos e movimentos sociais: Como fazer militância enquanto geógrafo no movimento social e como estudar e pesquisar enquanto militante do movimento social que ingressou à universidade? Como articular prática e teoria, luta popular e Ciência Social, epistemologias, metodologias e conceitos para que Geografia e movimento social possam entrar numa relação de fortalecimento mútuo?

Ao concordarmos em enxergar na Geografia Radical uma possível ferramenta da luta popular, com toda a riqueza de sua perspectiva socioespacial que pode gerar saberes que ampliam a compreensão das lutas, não haveria maneiras de construir um campo de pesquisa e ação, uma epistemologia nossa, libertária, na qual não haveria por que distinguir intelectual e militante enquanto sujeitos que se diferenciam de forma inter-sujeito, mas trataríamos da prática intelectual e da prática militante como duas dimensões que entram em relação de forma intrassujeito? No qual militância nos movimentos sociais e pesquisa nas ciências são vistas como campos de atuação que cada um de nós pode levar ao encontro em sua própria atuação, conforme necessário e possível? Um projeto no qual ideologia, teoria e prática têm seus devidos lugares, nunca separados, mas também sem confundi-los no seu uso e no qual nós, sujeitos que militamos e pesquisamos, em movimento, ocupamos lugares numa relação contínua entre teoria e prática?

São questões que levam à proposta de pensar o nosso fazer geográfico enquanto “Geografia(s) e(m) movimento(s)”. Se o termo “Geografia em movimento” por muitas boas razões não é novo no campo da Geografia brasileira,<sup>41</sup> proponho utilizá-lo aqui num contexto bem específico por sintetizar bem, empregando seu duplo (múltiplo) sentido que caracteriza a Geografia proposta e discutida neste trabalho: uma Geografia que nasce nos seios e se

41 Entre outros, este termo já é utilizado para dar nome a uma linha editorial de trabalhos em Geografia da UNESP publicada pela Expressão Popular, que também publicou o livro *Uma Geografia em movimento*, de Eliseu Sposito e João Neto (2010). O número 30 (ano 24, v.1) da revista *Terra Livre*, da AGB, publicado em 2008, neste mesmo espírito é intitulada: “O espaço não para. Por uma AGB em movimento”. Utilizando um termo próximo, Maria Laura Silveira e Milton Santos (2016) em “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” discutem fluxos clamando “por uma Geografia do movimento”.



insere em práticas de movimentos sociais ao mesmo tempo em que em realidades vividas *em* e construídas *por* “sociedades em movimento”, proposta elaborada por Raúl Zibechi que em *Autonomia y emancipaciones. América Latina em movimiento* (2007, p. 5) discute a relação de “movimientos sociales y sociedades en movimiento” (Ibid., p. 196), uma relação-chave para reflexões de uma Geografia que se propõe ser um eixo de reflexão transversal entre convivência, militância e ciência. Geografia(s) em movimento(s), pela sua proximidade e relação retroalimentar com as respectivas práticas de resistência, encontra(m)-se em permanente movimento, justo como as próprias práticas dos movimentos com as quais se conecta(m).

Raúl Zibechi (2008), ao discutir a “emancipação como criação de vínculos”, discute o que significa dizer que:

*[...] a educação é uma educação em movimento. Isto desafia habitualmente nossas concepções mais elementares. De que forma é possível educar em movimento? Uma coisa é educar para o movimento ou no movimento, outra é que seja feita em movimento. O determinante aqui [são] [...] o clima e as relações humanas vinculadas a práticas sociais. (Ibid., p. 118, grifos meus).*

Geografia(s) em movimento(s), dialogando com esta percepção do termo “em movimento”, nesta perspectiva, são uma ferramenta de luta *do* e *para* o movimento social. Militantes de movimentos sociais, num âmbito de educação popular, podem ser pesquisadores, e pesquisadores podem ser militantes. Isso não é novo, mas o que me parece ser o desafio é ver o potencial nesta relação (e não tratá-la, como é o caso muitas vezes, como obstáculo ou limitação – por um lado, o estudioso tem lá suas razões ou desculpas por que não participa ativamente no movimento social, e do militante do movimento social exige-se que este se distancie de sua prática para poder pesquisar sobre ela ou sobre a realidade na qual se insere) e construir um caminho próprio, também no sentido epistemológico, de uma relação de movimento social e Geografia, que articula a segunda com o primeiro numa perspectiva de luta popular emancipatória, na qual lutamos para transformar, investigamos para compreender e refletimos para potencializar a luta popular.

O filósofo francês Michel Foucault propõe o uso da ciência como uma “caixa de ferramentas” e convoca a utilizar suas ideias, se possível, como

“chave de fenda” para criar “curto-circuitos” nos sistemas de poder, e, segundo ele, se isso incluir os sistemas de poder nos quais ele mesmo estaria inserido, “melhor ainda”.<sup>42</sup> O geógrafo brasileiro Valter do Carmo Cruz (2013, p. 4454) dialoga com os filósofos franceses Gilles Deleuze e Felix Guattari e argumenta:

*O que precisamos é construir uma forma alternativa de uso dos conceitos, trabalhar as teorias e os conceitos como um dispositivo, uma “caixa de ferramenta” que funcionam como alavancas que nos permitem pensar o mundo e suas problemáticas.*

O possível papel da ciência como uma das diversas ferramentas disponíveis somente pode dar-se, sob perspectiva libertária, à base de uma relação horizontal entre saberes, em diálogo aberto, para assim ajudar a compreender a realidade que buscamos transformar, como sujeito, movimento social, classe periférica em luta. No texto desencadeador do grupo de discussão 2 do colóquio “Território Autônomo – 2013”, as opções consideradas possíveis de relação entre Geografia e movimento social são:

*[...] pesquisa socialmente comprometida, participante ou não, que envolva diálogo e colaboração com organizações de movimentos, podendo chegar, no limite, a uma “pesquisa-ação”, na qual as finalidades do trabalho são discutidas e definidas conjuntamente com os ativistas.*<sup>43</sup>

Geografia(s) em movimento(s) partem da tentativa de ir além do limite aqui proposto e que seria marcado pela “pesquisa-ação”. Entendo Geografias feitas *junto aos, nos e pelos* movimentos como proposta de acrescentar uma forma de relacionar pesquisa/teorização e prática/autorreflexão (saberes-com e saberes-fazer), tanto a nível de relações intra como intersujeito ao mesmo tempo, como tarefa coletiva (trans-sujeito) na qual não há uma forma ideal, um padrão que todas e todos devem seguir, mas onde os sujei-

42 Michel Foucault em “Dits et écrits II”, citado aqui de: <<http://foucaultundco.blogspot.com.br/2008/08/werkzeugkisten.html>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

43 Fonte: <<https://territorioautonomo.files.wordpress.com/2012/07/ii-colic3b3quio-territ-c3b3rio-autc3b4nomo-primeira-circular.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

tos se abrem para o desafio de militar-refletir-pesquisar-teorizar. Isto não nos libera da necessidade de ter que definir com clareza em que momento/etapa/processo/lugar nos ciclos de prática-teoria nos encontramos, mas, em termos epistemológicos, a postura pode e deve ir para além de “ou um, ou o outro”, “ou pesquisador, ou militante”: numa Geografia em movimento(s), militantes de movimentos sociais podem/devem também ser pesquisadores, e pesquisadores podem/devem também ser ou se tornar cada vez mais militantes. Relações entre estes campos de atuação, em termo inter e intrassujeitos, cada vez mais são contínuas e cada vez menos dependem de um certo financiamento específico ou da duração de um projeto específico de pesquisa. Podemos pensar num tipo de *continuum* onde há uma diversidade de relações possíveis entre reflexão teórica e ação, e uma possibilidade neste campo contínuo é uma investigação que nasce da atuação em meio ao movimento social e com a investigação busca contribuir refletindo e teorizando as questões que dela surgem ou que são consideradas como relevantes pelo grupo ou movimento. Este processo pode envolver estruturas acadêmicas e, mais estritamente, científicas ou não. Trata-se de uma questão coletiva, do próprio movimento social e de possíveis parceiros pesquisadores em seu sentido amplo, buscando unir questões de teoria e prática, saber científico e fazer popular. Sob esta perspectiva, algumas perguntas que surgem são: Qual ciência queremos e precisamos que possa fortalecer as lutas das classes periféricas? Qual epistemologia, quais ferramentas metodológicas, conceituais e teóricas temos e/ou devemos desenvolver para fortalecer a ciência em sua função de servir a essas classes e às suas lutas? Quais acúmulos têm e quais caminhos futuros possíveis para construir Geografias (e, em geral, outras ciências) em movimento(s)?

### **Movimento social, Geografia, ideologia**

Para melhor abordar estas questões, parece necessário e útil discutir o papel da relação entre movimento social, Geografia e ideologia. Para isso, primeiramente é necessário esclarecer em que sentido entendo ideologia aqui. Milton Santos (2002, p. 30), ao discutir “a ideologia da Geografia”, refere-se à “ideologia engendrada pelo capitalismo” que fez da Geografia uma ferramenta necessária para ajudar a “criar as condições para a expansão do

comércio”. Em outro lugar, ao refletir a atualidade do mundo globalizado, Santos (2009, p. 9) afirma:

*A globalização conseguiu materializar a metafísica, mediante o papel desempenhado pela ciência e pela técnica na produção das coisas. Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada, da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal. Somos cercados por coisas que são ideologia, mas que nos dizem ser a realidade. Isso nos constrange, por que forma um sistema muito forte; e qualquer discussão que indique ser aquilo ideológico é desqualificada.*

A ideologia aparece aqui como algo intrínseco ao processo de dominação do sistema único globalizado, e, mais adiante na mesma entrevista que cedeu em fevereiro do ano de 2000, Santos critica que a “indiscutibilidade” da ciência seria um “processo ideológico atual” (Ibid.). Seria a “ideologia” em si, então, algo a ser desmantelado e rejeitado? Voltando ao início da entrevista, Santos (Ibid., p. 9) afirma:

*[...] que esse é o drama da globalização. É preciso desmontar essa ideologia.*

E, ainda em outro lugar, discute a relação entre ideologia e Geografia (2002b, p. 97):

*O espaço dos geógrafos terminou por ser também tão fragmentado quanto o espaço reificado e a Geografia tornou-se ideológica, hostil ao real.*

A referência que Milton Santos faz aqui à Geografia “ideológica”, que seria “hostil ao real”, remete a um entendimento de “ideologia” no sentido de “falsa consciência”. Antonio Carlos Robert de Moraes nos ajuda a compreender possíveis significados diferentes referentes ao uso de “ideologia”. Segundo Moraes (1988, p. 39-40), existem, no campo marxista, usos bastante distintos do conceito de ideologia:

*Uma [modalidade] vai entendê-la como “produção da ilusão”, outra a concebe como “visão do mundo”. Referente à primeira, a operação do conhecimen-*

*to crítico seria de desmistificação. Esta exercita-se apoiada numa “verdade superior”, numa racionalidade mais abrangente que destrói a substância das ideologias. Aqui, a “crítica da ideologia” aparece como exercício da inteligência (como tarefa exclusiva do intelectual), desabando sobre os “dominados” enquanto “esclarecimento”, reeducação.*

Milton Santos aparentemente entende a ideologia como “produção da ilusão”, enquanto outros autores, como muitos do campo libertário, entendem a ideologia muito mais como aquilo que Moraes chama de “visão do mundo”, ou também de “discurso com nítida orientação política” (Ibid., p. 38). Neste caso, a opção por uma ou outra modalidade de entendimento do que seria “ideologia” não impede o diálogo, podendo a ideologia “em si”, como ilusão produzida tal como entendida por Milton Santos, ser vista como “visão do mundo”, isto é, uma ideologia específica, no caso das classes dominantes, uma ideologia dominadora que busca se sobrepor a outras ideologias, pormenorizadas e perifericizadas. Seguimos um pouco mais neste rumo, de compreensão da ideologia como “visão do mundo”, ao dialogar com trabalhos de reflexão teórica de organizações políticas do meio libertário.

*Todo atuar humano, em todas as vastas expressões de sua multiplicidade, pressupõe uma fundamentação ideológica que o sustenta como pensamento e ação. A esta condição inexorável do fazer do homem, não escapa a formulação de qualquer linha política, nem o processamento da prática política concreta. Portanto é preciso definir a ideologia, que por trás de cada ato humano situa-se e faz compreensível esta ação. (FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA, 2009, p. 3).*

A Federação Anarquista do Rio de Janeiro (2009, p. 17), por sua vez, refletindo seus primeiros cinco anos de atuação enquanto organização política em *Anarquismo social e organização*, entende ideologia como:

*[...] conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política. A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que*

*se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a transformação desta realidade. A partir desta análise, a ideologia não é um conjunto de ideias e valores abstratos, dissociados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas, sim, um sistema de conceitos que existe, na medida em que é concebido junto à prática e está voltado a ela.*

Ainda segundo a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) (2009, p. 3), a ideologia por um lado é uma estrutura conceitual e, como tal, ela indica “um objetivo para a prática política, propõe um modelo social a ser alcançado”. Por outro lado, a FAU considera que a ideologia proporciona:

*[...] elementos conceituais que permitam pensar a realidade. Uma ideologia é um sistema de representações, de imagens de ideias e de conceitos. E, por que não dizer, que também integram este sistema os mitos [...] não é possível pensar nem agir sem ideologia, não há conduta humana a ideológica; a ideologia é pensamento e ação. (Ibid.).*

Aqui ideologia é entendida como um campo que se forma em constante diálogo com prática e teoria e que, numa perspectiva emancipatória, apoia-se em – tanto quanto alimenta – prática e teoria libertadoras:

*A ideologia deve servir à classe e não o inverso. São os trabalhadores que, na última instância, vão mudar as coisas. (SAMIS, 2010, p. 38).*

Sem um diálogo constante com a realidade vivida, qualquer ideologia torna-se uma fórmula vazia – na melhor das hipóteses, com pouco impacto sobre a realidade e, no pior caso, influenciando de forma desfavorável as classes dominadas, no caso extremo contribuindo com relações de dominação. O historiador e militante anarquista brasileiro Alexandre Samis (2014, p. 14), refletindo a onda histórica de protestos no Brasil em 2013, reforça a importância da ideologia ser articulada com o meio social:

*Ainda que relativamente definida em seus contornos, [a ideologia] sozinha, sem sua correspondente ou equivalente social, aparece em toda a sua exuberância política, mas com fôlego suficiente para apenas algumas passeatas. Mostra-se intensa, mas não densa, uma vez que levou para as ruas a sua*

*cúmplice maior, a questão social. Ainda que tenha razões, faltam-lhe argumentos; ainda que tenha motivos, faltam-lhe necessidades materiais. Sem a sua fração social, pactuada, acumpliciada, a ideologia corre o risco de parecer exótica, de ser vista como coisa exclusiva de um grupo, de tornar-se indiferente até mesmo aos oprimidos. Espírito sem corpo, pode vagar por tendências, preferências, sem paradeiro, identidade social ou território.*

Uma ideologia vazia de conteúdo para com a causa dos oprimidos, no sentido como aqui discutido por Samis, é uma ideologia que se fecha diante do diálogo e da relação aberta com ação e teoria. Diferentemente disso, uma ideologia aberta, ancorada na experiência do real e sua reflexão teórica, numa relação aberta e em movimento, relaciona-se com a ação. Novamente dialogando com Milton Santos:

*A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, por que ele tem objetivo, tem finalidade. (2002, p. 82).*

*[Trata-se de] um processo, mas um processo dotado de propósito, segundo Morgenstern [...], e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo.*

*[...]*

*A ação é subordinada às normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem. (Ibid., p. 78-79).*

Com a socióloga brasileira Ana Clara Torres Ribeiro (2014, p. 43), podemos acrescentar que há diversas formas de ação, das quais a ação política é aquela que traz uma perspectiva de transformação:

*[...] a ação política está para além da reprodução [entendida como repetição dos princípios de organização da sociedade], ela é projetada para além da reprodução, ou seja, para além da coisa como ela está agora, das relações sociais como elas estão desenhadas neste momento.*

A distinção trazida por Ribeiro entre ação social em termos mais gerais e ação política em termos mais específicos talvez ajude a relativizar a primeira afirmação que citamos da FAU, onde esta alega que há uma ideologia “por trás de cada ato humano”. Poderíamos diferenciar entre uma relação direta ou indireta com a ideologia, onde uma ação social em geral pode ter uma influência menos direta, e a ação política uma relação mais direta (explícita, consciente?) com a ideologia, sendo a segunda uma ação dotada de sentido de forma explícita no sentido político. Esta diferença acompanha a discussão da relação entre movimento social (formas específicas de militância) e sociedades em movimento (formas específicas e territorializadas de convivência), que são importantes na construção de trabalhos de base junto às classes periféricas em seus territórios de r-existência, utilizando um termo que dialoga com trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006a), como no caso da minha experiência, favelas no Rio de Janeiro. Referente a esta relação, podemos dizer que tanto a ação social, em termos gerais, como a ação política podem ser e são formas de ação transformadora. A ação e sua relação com teoria e ideologia é refletida por Samis et al. (2014, p. 12, grifo no original):

*A ação precisa ser pensada segundo dois aspectos centrais. Primeiro, como decorrente da correlação de forças históricas que, transcendentemente ao indivíduo, compõem o cenário no qual se delineiam as possibilidades imediatas de seu agir, uma vez que é neste horizonte que são ou não dotados de sentido. Segundo, como decorrente da vontade de agir, enquanto iniciativa pessoal. Neste caso, a iniciativa pessoal está inversamente posicionada no contraste com a elaboração teórica, ou seja, a primazia, o elemento estruturante e não periférico nesta composição é a vontade de ação, sem a qual, restaria a paralisia. A combinação entre um corpo teórico e a necessidade da ação transformadora, nascida da consciência revolucionária, é o que se pode chamar de “ideologia”. Desse modo, a ideologia se compõe como práxis.*

O diálogo com reflexões acerca do possível significado de “ideologia” nos levou à “ação” e sua relação com a teoria para voltar à relação das duas com a ideologia. Expressa-se bem, neste fio condutor do diálogo construído, a relação circular entre prática, teoria e ideologia, sugerindo uma ligação forte e interdependente entre eles.



*[...] uma prática política eficaz exige, portanto, o conhecimento da realidade (teoria), a postulação harmônica com ela de valores objetivos de transformação (ideologia) e meios políticos concretos para conquistá-la (prática política).*  
(FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA, s.d.).

Neste sentido, para a compreensão da natureza e o desdobramento de uma investigação militante no âmbito da Geografia, a questão da relação de atuação a nível social, científico e político leva à questão de como “movimento social”, “Geografia em movimento” e “campo libertário” são, podem ou devem ser articulados. Tentando estruturar esta relação possível entre vivência, militância e ciência, podemos iniciar, em termos gerais e genéricos, considerando que “prática”, “teoria” e “ideologia” são o fundamento de nosso atuar enquanto sujeitos a nível comunitário, político e científico, fundamentando três dimensões relevantes para as nossas práxis de resistência: a “dimensão social”, a “dimensão política” e a “dimensão epistêmica”, que se apresentam como inter-relacionadas de forma retroalimentar.

Com um gráfico (Figura 2), gostaria aprofundar esta discussão: se “teoria e ideologia”<sup>44</sup> influenciam a prática, são prática e teoria que estarão em permanente relação com uma ideologia em movimento, tal como nossa relação com prática e ideologia, por sua vez, influencia diretamente o nosso teorizar. É da prática que emana a necessidade como possibilidade de teorizar o real, e são elementos ideológicos que de forma explícita ou também implícita influenciarão como agimos e farão com que procuremos, a partir deste agir, compreender o real e também o que e como faremos a partir do que compreendemos.

Na figura, cada nível – onde há uma dinâmica e inter-relação circular entre os polos – corresponde a um “disco” que roda em relação aos outros de forma nunca totalmente independente ou descolado, mesmo que mantendo sua própria força de movimento e sua própria direção referente aos outros níveis. Isso sugere que os polos de um nível tanto estão em relação entre si como em relação indireta com os polos dos outros níveis e podem, ao mesmo tempo, entrar em uma articulação direta, já que a rotação di-

44 Dialogo aqui com um texto da Coordenação Anarquista Brasileira (2014) que discute “teoria e ideologia” afirmando que “teoria e ideologia constituem as bases da prática política anarquista”.



**Figura 2: Movimento social, Geografia e ideologia em movimento**

As três dimensões dialogam com o trabalho de Boaventura de Souza Santos (2010, p. 226) que distingue o “epistemological field” (campo epistemológico) do “social and political field” (campo social e político).

nâmica entre eles faz com que todas as combinações, em algum momento (contexto temporal-espacial específico), sejam possíveis. Tomando um exemplo, Geografias em movimento(s) teorizam ao mesmo tempo em que criam suas próprias práticas, e também têm seus fundamentos ideológicos. Elas estão diretamente relacionadas com o movimento social e com o campo libertário, ocupando predominantemente, mas não só, um lugar na dimensão epistêmica, ao mesmo tempo em que em alguns momentos o fazer geográfico pode ganhar dimensões predominantemente sociais e políticas. Mesmo que essa inter-relação seja aberta, ela não é aleatória. Existem forças de coesão maiores e menores entre os diferentes polos que implicam para onde e quando o sistema entra em maior rotação, quando diminui seu movimento e relações mais estáveis e duradouras se estabelecem. Neste sentido, entendo que o “momento de maior coesão” estaria representado na própria Figura 2. Os polos diretamente relacionados “de dentro para fora” desta relação circular configuram o horizonte de cada dimensão, no sentido que são estes elementos de maior coesão que devemos buscar articular em primeiro lugar. Caso contrário, entramos em contradições, fazemos mal-uso ou abuso de algum dos campos de práxis representadas em cada dimensão.

O geógrafo estadunidense Adam Moore (2008, p. 207), ao discutir o papel das escalas na Geografia, traz uma perspectiva interessante sobre o uso de categorias que dialoga com as nossas reflexões aqui. Segundo Moore, muitas vezes geógrafos não distinguiriam entre os níveis de “categorias de análise” e “categorias da prática”, o que levaria a algumas aplicações de categorias de análise como se fossem da prática e vice-versa. Moore traz para a sua reflexão uma proposta do sociólogo Rogers Brubaker e do historiador Frederick Cooper, que, por sua vez, dialogam com o sociólogo francês Pierre Bourdieu ao caracterizar a categoria da prática como uma categoria da experiência do cotidiano, desenvolvida e aplicada por agentes sociais comuns, e a categoria de análise como categoria distante da experiência e utilizada por cientistas sociais. Moore problematiza a relação direta entre o horizonte analítico e prático de uma categoria:

*Certamente, muitos termos na Ciência Social – “escala”, “nação”, “identidade”, “lugar”, e “classe”, para somente nomear alguns – operam como ambas, categorias da prática e categorias de análise. Ainda, muitas vezes há uma*

*“conexão direta recíproca e de influência mútua entre seus usos práticos e analíticos” (BRUBAKER e COOPER, 2000, p. 4). Por exemplo, a categoria “nação” é usada diariamente por atores leigos por uma variedade de razões: para fazer sentido do mundo, levar à frente projetos políticos (tanto opressivos quanto emancipatórios), gerar coesão social etc. Também é usado por cientistas sociais para analisar o nacionalismo.*

*Como tais ele tendem a ser reificados no pensamento social como entidades essenciais e naturais, e estas compreensões reificadas muitas vezes são adotadas acriticamente por cientistas sociais como categorias de análise. Portanto, ao aceitar a noção que nações atualmente existem, tomamos uma categoria inerente à prática do nacionalismo – as concepções reificadas realistas de nações como comunidades reais – e colocam esta categoria no centro da teoria do nacionalismo (BRUBAKER e COOPER, 2000, p. 5 [...]). Esta manobra é problemática, porque nações “não são coisas no mundo, mas perspectivas sobre o mundo – não são realidades ontológicas e sim epistemológicas.” (BRUBAKER et al., 2004, p. 45). Consequentemente, como cientistas sociais, deveríamos buscar explicar os processos nos quais agrupamentos por nacionalidade cristalizam – por quem e através de quais práticas sustenta-se a ficção social de grupos étnicos e nacionais, que dão base ao poder de apelos nacionalistas – e não reproduzi-los nas nossas próprias abordagens.<sup>45</sup>*

45 Tradução livre. No original: “Of course, many terms in social science – ‘scale’, ‘nation’, ‘identity’, ‘place’ and ‘class’, to name just a few – operate as both categories of practice and categories of analysis. Moreover, there is often a ‘close reciprocal connection and mutual influence among their practical and analytical uses’ (BRUBAKER and COOPER, 2000, p. 4). For example, the category ‘nation’ is used daily by ‘lay’ actors for a variety of reasons: to make sense of the world, further political projects (both oppressive and emancipatory), generate social cohesion etc. It is also used by social scientists to analyse nationalism. As such they tend to be reified in social thought as essential and natural entities, and these reified understandings are often uncritically adopted by social scientists as categories of analysis. Thus in accepting the notion that nations actually exist we, ‘take a category inherent in the practice of nationalism – the realist, reifying conceptions of nations as real communities – and make this category central to the theory of nationalism’ (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 5, italics in original). This manoeuver is problematic, because nations ‘are not things in the world, but perspectives on the world – not ontological but epistemological realities’ (BRUBAKER et al., 2004, p. 45). Consequently, as social scientists we should seek to explain the processes in which national ‘group-ness’ crystallizes – by whom and through

Rogério Haesbaert (2014, p. 40), ao discutir uma constelação geográfica de conceitos, aponta para o fato que “a região” tanto pode ser vista como “evidência empírica” (algo que existe e se torna evidente ao observarmos atentamente) quanto como instrumento de análise (algo que criamos a partir de fatores que definimos, e que delimitamos através de critérios que nós estabelecemos).

Dialogando com a discussão de Moore e Haesbaert, “categoria/conceito da prática”, “categoria/conceito de análise” e “categoria/conceito normativo” agregariam um nível relevante a mais ao nosso esquema de movimento social, Geografia e ideologia em movimento. Fazendo ciência, mesmo que em muitos momentos destacando categorias e conceitos de análise, construímos ou influenciemos a construção de categorias da prática, como, em outros momentos em que somos menos analíticos do que normativos, tiramos conclusões de nossas reflexões teóricas que conformam por si só ou influenciam conceitos/categorias normativos.

Da mesma forma, podemos entender que os saberes em movimento que discutimos na segunda parte deste capítulo entrariam como mais um nível, introduzindo os polos “saberes-fazer”, “saberes-com” e “convicções” que, por sua vez, são inter-relacionados com os demais níveis e seus polos. Podemos imaginar outros níveis que entram em relação, mas paramos aqui com cinco níveis, já que, conforme aumentamos a complexidade de uma abstração gráfica, ela pode perder seu sentido primordial de facilitar a compreensão de uma relação complexa. O que podemos ver na figura é que, conforme aumentamos o número de níveis, aumenta o número de relações possíveis entre todos os polos (3x3x3x...). Para facilitar a visualização dos cinco níveis discutidos até aqui, podemos reuni-los em uma simples planilha (continuando a pensá-los na relação circular multirrelacional da Figura 2):

which practices the social fiction of ethnic and national groups that undergrid the power of nationalist appeals take hold – not reproduce them in our own accounts”.

**Tabela 1.** Relação ampliada do momento de maior coesão entre os elementos que fundamentam a relação movimento social, Geografia, ideologia

DIMENSÃO SOCIAL	DIMENSÃO EPISTÊMICA	DIMENSÃO POLÍTICA
Movimento social	Geografia em movimento	Campo libertário
Saberes-fazer	Saberes-com	Convicções
Conceitos da prática	Conceitos de análise	Conceitos normativos
Prática	Teoria	Ideologia

Sobre a relação das dimensões social e política, Alexandre Samis e o historiador e militante anarquista Robson Alves (2015, p. 92), em seu artigo “Organização política anarquista: críticas, autocríticas e aprendizados”, a partir do ponto de vista da militância anarquista, apontam para problemas caso confundíssemos o social e o político:

*O bom entendimento da relação entre o social e o político é de fundamental importância. A confusão entre essas duas esferas tem levado o movimento libertário a inúmeros equívocos.*

Os dois autores continuam apontando para a possibilidade da “supervalorização do político [...] em detrimento do social”, que seria tão problemática quanto a “supervalorização da teoria” subordinando a realidade. Neste mesmo sentido, podemos dizer que, com uma supervalorização da prática em detrimento da reflexão teórica, perderíamos parte da capacidade analítica da dimensão epistêmica, ao mesmo tempo em que uma supervalorização da ideologia em detrimento da teoria significaria “ideologizar” a teorização. Seria querer combater a dominação com as ferramentas da dominação, isto é, confundir ideologia e teoria para ofuscar as reais motivações atrás de uma cortina de fumaça de “cientificidade”.<sup>46</sup> Podemos en-

46 Henri Lefévre (2012), em *Direito à cidade*, comenta sobre o papel da cientificidade: “Poderosas forças tendem a destruir a cidade. Um certo urbanismo, diante de nós, projeta no terreno a ideologia de uma prática que visa a morte da cidade. Estas forças sociais e políticas assolam o ‘urbano’ em formação. Poderá este germe, muito poderoso à sua maneira,

tender a crítica de Milton Santos, citada acima, que a Geografia “tornou-se ideológica” de tal forma que as classes dominantes utilizam-se da ciência para difundir sua ideologia e defender sua posição de dominação. A forma de resistir a isso certamente não é ideologizar a ciência supostamente ao favor da nossa ideologia. Uma Geografia que trabalharia, em primeiro lugar, com categorias normativas viraria uma ciência ideologizada, algo problemático e que leva ao questionamento de propostas que defendem que a Geografia *em si* deve ser marxista ou anarquista.

Pelo ponto de vista do social, por sua vez, estamos diante de inúmeras experiências, onde a supervalorização ou do epistêmico-teórico ou do político diante do social levam a uma relação desequilibrada entre as dimensões, experiências que trazem uma gama de problemas para a própria dimensão social, isto é, os movimentos sociais e sua atuação, cujo protagonismo e autonomia, pelo lado de organizações políticas ou de pesquisadores, são subvalorizados ou suprimidos. Na relação da favela, seus moradores e seus movimentos sociais, tanto com a academia como com organizações políticas, o que mais vemos é uma cooptação da dimensão social em função de uma relação não mais interdependente, e sim hierárquica entre as dimensões. É impossível imaginar qualquer avanço em prol da autoemancipação onde o social é submetido ao político ou ao epistêmico. Entendo que a ação, ao mesmo tempo em que se apoia na teoria e na ideologia, é a razão de ser das mesmas. A partir daí, a importância do equilíbrio da relação interdependente e articulada em uma relação dinâmica entre as dimensões. Ao mesmo tempo em que um campo na relação não pode tomar o lugar do outro, cada um tem seu lugar num projeto mais amplo de luta pela autoemancipação. A relação entre prática de resistência (do movimento social, das “sociedades em movimento”, das classes periféricas), ideologia libertadora e ciência radical que reflete para compreender e compreende para fortalecer parece apresentar uma combinação potente em prol desta luta.

nascer nas fissuras que ainda subsistem entre estas massas: o Estado, a iniciativa privada, a cultura (que deixa morrer a cidade, oferecendo a sua imagem e as suas obras ao consumo), a ciência, ou, sobretudo a cientificidade (que se põe ao serviço da racionalidade existente e a legítima)?”.

Faço esta reflexão a partir da dimensão epistêmica, afinal, estou escrevendo um trabalho de reflexão científica da prática. Mergulhado na sua escrita, neste momento, o lugar que ocupo na relação das dimensões faz prevalecer a perspectiva analítica/teórica. Resta ver como, no futuro, em momentos menos profundamente “teoricizados”, verei esta discussão, como me relacionarei com ela enquanto militante ou enquanto morador do local onde moro e atuo, o quanto discordarei, o quanto ela perderá relevância numa relação aberta inter e intrassujeitos entre ação e reflexão.





## CAPÍTULO 2

# Pesquisa em movimento: investigação militante

*a ciência [...] não pode criar fins e, muito menos, incuti-los nos seres humanos; quando muito, a ciência pode fornecer os meios para atingir determinados fins. (EINSTEIN, 2002).*

*É comum os analistas se esquecerem de que não são neutros (ocupam uma posição hierárquica e têm uma função privilegiada em nossa sociedade, o que lhes confere poder) e de que seus objetos de estudo são, de fato, sujeitos (o que explica a sua tendência incômoda e renitente à fuga de classificações e delineamentos simplistas).*

*Além do mais, nada autoriza o pensamento de que os conceitos transparentes e puros dados pelas teorias sobre o social sejam simétricos ou isomorfos em relação às práticas sociais de verdade. Na realidade, a complexidade das práticas ultrapassa, em muito, a pobreza da teoria e obriga à sua contínua revisão. (FERREIRA DOS SANTOS, 1981, p. 12).*

No campo da reflexão de lutas sociais em época moderna, podemos dizer que, desde o século XIX, uma tarefa assumida por pensadores críticos tem sido acompanhar e refletir experiências concretas de práticas de luta e, sem as práticas de luta, pensadores revolucionários não teriam sido capazes de formular teoria. É neste sentido que alguns veem as origens da pesquisa-ação nas *enquêtes ouvrières*, entrevistas com trabalhadores baseadas em perguntas formuladas pelo filósofo e sociólogo alemão Karl Marx em 1880. Outros autores, porém, veem primeiras elaborações de pesquisa-ação propriamente ditas nos “Hawthorne Studies” de uma equipe de pesquisadores coordenada pelo sociólogo e psicólogo australiano Elton Mayo que, a partir do ano 1929, colecionou dados sobre a ausência de trabalhadores no lugar de trabalho, que acabou levando a uma aproxi-

mação dos trabalhadores com os pesquisadores. Por sua vez, o primeiro a utilizar o método que denominava de “*action research*” (pesquisa-ação) foi, na década de 1940 nos Estados Unidos, o antropólogo estadunidense John Collier, que utilizava o método para estudar comunidades indígenas, cujos interesses defendia politicamente, criticando a “integração” forçada dos indígenas na sociedade estadunidense, baseado na proposta de assimilação cultural. Já o psicólogo alemão-estadunidense Kurt Lewin adaptou os métodos de John Collier para o estudo de organizações (SEGEBART, 2007, p. 109). Diferente de Collier, na pesquisa-ação desenvolvida por Lewin, este deu menos peso para a sua dimensão política e focou mais em sua contribuição para a ciência.

Em geral, no campo da pesquisa-ação, cada área das Ciências Sociais tem gerado suas próprias experiências no campo da pesquisa-ação. Na Antropologia/Etnologia, as abordagens da “*Aktionsethnologie*” (etnologia da ação), da “*action anthropology*” ou da “*advocacy anthropology*” são campos com uma gama de experiências que colocaram no centro do debate a preocupação como a Etnologia eurocentrista poderia romper com seu legado colonial e, em vez de extrair conhecimento *sobre*, gerar saberes *junto aos* grupos pesquisados (SEITHEL, 2000, p. 298). De acordo com o pedagogo alemão Friedrich-Wilhelm Nonne (1989, p. 86), um projeto de pesquisa-ação deve ter como um de seus objetivos a solução prática dos problemas estudados, e a colaboração entre pesquisadores e pesquisados/atores deve ser horizontal:

*Os pesquisadores devem ingressar ao mundo vivido ao qual se referem os objetivos do projeto de pesquisa, e coagir nele.*<sup>1</sup>

Um olhar geral do campo da pesquisa-ação, a diversidade de seus possíveis usos e desdobramentos metodológicos e epistemológicos encontra-se em uma diversidade de trabalhos que são elaborados por cientistas de diversas áreas das Ciências Sociais (BARBIER, 2007; HERR; ANDERSON, 2005; TRIPP, 2005; KEMMIS; McTAGGART, 2005; DENZIN; LINCOLN, 2005; THIOLENT, 1986; LATHER, 1986).

1 Tradução livre. No original: “Die Forscher sollen sich dabei in jene Lebenswelt begeben, auf die sich die Zielsetzungen des Vorhabens beziehen, und in ihr mithandeln”.

O trabalho do cientista econômico e social francês Michel Jean Marie Thiollent foi disseminado no Brasil a partir da década de 1980. Em *Metodologia da pesquisa-ação*, Thiollent (1986) aborda a “estratégias de conhecimento”, “concepção e organização” e “áreas de aplicação” da pesquisa-ação. No lugar do objeto, é o “tema da pesquisa” que orienta o processo, tema este que pode ser formulado de forma descritiva, mas também normativa, no sentido em que, no lugar de descrever ou analisar as condições de trabalho de um dado grupo, o tema pode ser como melhorar estas condições. Thiollent (Ibid., p. 51) afirma que:

*Em geral, o tema é escolhido em função de um certo tipo de compromisso entre a equipe dos pesquisadores e os elementos ativos da situação a ser pesquisada.*

Com a “*action research dissertation*”, os cientistas da educação estadunidenses Kathryn Herr and Gary L. Anderson (2005) elaboraram um manual de pesquisa-ação bastante detalhado onde abordam as diferentes tradições da pesquisa-ação e discutem a posicionalidade do pesquisador num *continuum* de possíveis posições entre pleno “*insider*” (“interno”, referente ao grupo ou movimento social que é sujeito da pesquisa) e pleno “*outsider*” (caso em que a pesquisa talvez já não mais deva ser considerada uma pesquisa-ação), além de se interessar pelos mecanismos que garantem a qualidade de uma pesquisa-ação e discutindo exemplos e propostas de abordagens metodológicas.

Neste trabalho não pretendo dar um olhar geral para o campo amplo e politicamente diverso da pesquisa-ação, gostaria muito mais de focar no que entendo como um derivado deste campo metodológico: a investigação militante. Nisso, o que busco discutir não é, em primeiro lugar, a investigação militante como uma técnica metodológica específica, mas me interessa discuti-la como interface entre Ciências Sociais e movimentos de resistência. A relação entre ambos está no centro da discussão.

Em termos gerais, no campo da pesquisa-ação podemos encontrar, por um lado, abordagens que focam na ação, porém sem que esta ação ou sua reflexão necessariamente esteja vinculada a perspectivas transformadoras no seu sentido mais radical e que pode se reduzir à introdução de formas de pesquisa-ação como uma metodologia “inovadora” para fazer Ciência Social. Nestes casos, o pesquisador insere-se em processos que investiga

para poder melhor obter evidências empíricas e colher dados, sendo que aqui o instrumentário vai desde a observação participante até inserções mais orgânicas, mas sempre pensado e motivado a partir da(s) demandas da) Ciência Social. Pode haver uma pesquisa-ação, por exemplo, que vise melhorar a organização de processos de trabalho de empresas.

Pelo outro lado, encontramos abordagens que focam mais no que seria uma ação militante, ou seja, a pesquisa não foca em qualquer tipo de ação, mas em ações específicas de resistência e/ou militância, desde a educação popular e emancipatória, passando por resistências cotidianas de trabalhadores na fábrica, de mulheres em suas lutas contra o machismo, moradores em um bairro ou imigrantes em suas lutas contra a invisibilização de suas demandas. Em termos mais gerais, são pesquisas que ocorrem junto a movimentos sociais e mobilizações de resistência.

Em termos metodológicos e epistemológicos, a aproximação das ciências aos movimentos sociais exige uma relação crítica com o contexto de cada método participativo de pesquisa. Referente à observação participante, Orlando Fals Borda argumenta que:

*A diferencia del observador naturalista, se sabe que en las disciplinas sociales el observador forma parte del universo por observar. Esta condición especial había sido oscurecida por los cánones positivistas sobre la “objetividad” y la “neutralidad” en la ciencia, con la consecuencia de que algunas técnicas de campo como la “observación participante” y la “observación por experimentación” muy conocida entre antropólogos) tendían a conservar las diferencias entre el observador y lo observado. Además, tales técnicas “neutrales” dejaban las comunidades estudiadas como víctimas de la explotación científica. (FALS BORDA, 2009, p. 261).*

Baseado nas minhas experiências de investigação junto a movimentos sociais de base atuantes em favelas cariocas, diria que a investigação militante tem este nome tanto por ser, enquanto investigação, uma ação de militância – uma ferramenta de reflexão da luta para fortalecê-la – quanto pelo fato de ser uma investigação exercida num contexto de militância por alguém envolvido e inserido diretamente nos próprios processos pesquisados. É da participação ativa no movimento social que surgem questões para a (auto)reflexão que encontram na geografia/ciência social ferramen-

tas potentes para o seu aprofundamento. As demandas de experiências específicas de luta levam à formulação das questões a serem pesquisadas. O princípio básico (ou condição) que torna possível (e interessante ou até necessária) esta forma de pesquisa é a participação (ativa) na ação (da luta), investigando-a (a partir de questões que dela surgem).

Na investigação militante, o sujeito investigador tem um ponto de partida (e toma partido), parte de um ponto de vista moldado pela sua trajetória tanto de participação em lutas sociais como em processos de elaboração teórica (propriamente acadêmica ou não). Uma – participação na luta – é inseparável da outra – formulação de teoria, não somente por serem, neste caso específico de uma investigação militante, exercidas pela(s) mesma(s) pessoa(s), mas por ambas serem complementares e interdependentes, e é desta interdependência que surgem formas específicas de aproximação, leitura, análise e interpretação de realidades de luta.

Se a proximidade entre sujeito investigador e movimento coinvestigador no processo de uma investigação militante por si só pode ser a justificativa por este caminho metodológico de pesquisa, um forte argumento a favor desse tipo de investigação é que somente um olhar próximo, de dentro, e uma identificação com movimentos e sujeitos em questão podem levar a reflexões que facilitam de fato a compreensão e podem fortalecer as práticas de resistência que refletem, no mesmo sentido em que o cientista social português Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 59) defende que devemos analisar as estruturas de poder da sociedade a partir de suas margens, porque é daqui que melhor as vemos e compreendemos.

*Sonhos revolucionários nascem de engajamento político: movimentos sociais coletivos são incubadores de novos saberes.* (SHUKATIS; GRAEBER, 2007b, p. 16).<sup>2</sup>

A necessidade de melhor conhecer e compreender leva à busca de métodos de pesquisa e formas de teorização genericamente articuladas com as lutas das quais tratam, investigações feitas *em*, junto *ao* e/ou *pelo* movimento social.

2 Tradução livre. No original: “Revolutionary dreams erupt out of political engagement: collective social movements are incubators of new knowledge”.

*En la investigación militante el investigador se involucra al cien por ciento con el método y el problema a trabajar. La investigación no puede ser ejercida por un investigador no militante, pues es mediante la militancia puesta en práctica que el investigador llega al núcleo del problema.*<sup>3</sup>

Esta metodologia tem diversos pontos de referência, e foi desenvolvida tanto por cientistas de diversas áreas das Ciências Sociais quanto por militantes políticos em uma diversidade de contextos de luta. A proposta de investigação militante baseia-se na:

*[...] posibilidad de que la ciencia entre no como monocultura sino como parte de una ecología más amplia de saberes, donde el saber científico pueda dialogar con el saber laico, con el saber popular, con el saber de los indígenas, con el saber de las poblaciones urbanas marginales, con el saber campesino.* (SOUSA SANTOS, 2006, p. 26).

A investigação militante visa produzir, dialogando com Carlos Walter Porto-Gonçalves, “saberes com”, deixando o campo clássico das ciências dos “saberes sobre”, segundo o mesmo autor, “saberes da dominação” (2008, p. 48). No campo da Geografia crítica, William Bunge (1977, p. 37) defendeu uma Geografia enquanto práxis e intervenção social e convocou que os geógrafos morassem nos lugares que estudam:

*Ele sabe o que as pessoas naquela região precisam geograficamente ao tornar-se uma pessoa daquela região. Ele mora ali, trabalha ali [...]*<sup>4</sup>

Segundo a historiadora e investigadora social espanhola Marta Malo (2004, p. 17), organizadora do livro *Nociones comunes*, que trata de diversas experiências de investigação e militância, a investigação militante ganha, pela primeira vez, um papel importante no movimento *operaísta*, que surgiu na Itália na forma da *conricerca* (coinvestigação):

3 Apresentação do método de investigação militante com referência a trabalhos de Orlando Fals Borda na plataforma on-line *The Communication Initiative Network*: <<http://www.comminet.com/content/modelo-de-la-investigaci%C3%B3n-militante>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

4 Tradução livre. No original: “He knows what the people in that region need geographically by becoming a person of that region. He lives there, works there [...]”.

*La idea de la “coinvestigación”, esto es, de una investigación social que rompe con la división entre sujeto investigador y objeto investigado, en cambio, no aparecerá hasta la década de 1950.*

Em *Storming Heaven*, o marxista autonomista inglês Steve Wright (2002) resgata experiências de investigação dos *operaístas* na Itália e dialoga com Danilo Montaldi, que via grande importância no olhar para a particularidade da história de vida de trabalhadores e que, em 1958, defendeu que o método sociológico de interpretação estava em oposição à cultura tanto do reformismo como do stalinismo, ambos a seu ver baseados numa concepção fatalística de progresso fundada na premissa da revolução de cima para baixo.

*Diferente de um marxismo-leninismo “de citações”, Montaldi acreditava que certas técnicas sociológicas pudessem ajudar desenvolver teoria revolucionária, que deve ser construída desde abaixo na práxis e na análise social.<sup>5</sup>* (WRIGHT, 2002, p. 23).

Se no campo da pesquisa-ação, em termos mais gerais, a relação sujeito-objeto que fundamenta a ideia da objetividade científica (seja ela racionalista, positivista, materialista ...) está colocada em questão devido à própria mudança do olhar que o movimento de fazer parte de um processo pesquisado implica, em abordagens de investigação militante, romper com esta relação é tanto uma reivindicação política quanto um movimento que visa descolonizar processos de geração de saber e desconstruir o eurocentrismo das ciências, substituindo-o por “epistemologias do sul” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 19). A cientista econômica mexicana Esther Ceceña (2008, p. 15) contextualiza em um sentido amplo a importância do sujeito em processos emancipatórios de reflexão:

*Estamos en un momento de afloramiento de culturas que desbordan los límites de acotamiento impuestos por el capitalismo. Las concepciones del mundo,*

5 Tradução livre. No original: “Against a Marxism-Leninism ‘of citations’, Montaldi believed that certain sociological techniques could help in the development of revolutionary theory, which must be constructed from below in praxis and social analysis”.



*de la vida, de la relación con la naturaleza y con el cosmos se han disparado y nos obligan a repensar todos los cuerpos teóricos con los que habíamos organizado nuestra propia visión. Las teorías son cuestionadas en su capacidad para responder al nivel que exigen la complejidad y riqueza de esta irrupción cultural que cambia los parámetros de entendimiento tanto como los de la cotidianidad. Las bases sobre las que el proceso de dominación-emancipación ocurre distan mucho de poder expresarse de acuerdo con una estructura binaria de pensamiento. La complejidad caótica de la realidad exige explicaciones complejas y la naturaleza de los fenómenos reclama el protagonismo de los sujetos en los cuerpos explicativos.*

A minha experiência com a investigação aponta para a necessidade de distinguir entre uma “observação participante”, onde o pesquisador participa de um processo ou contexto social para obter melhor e/ou outro acesso a informações e dados sobre o seu “objeto de pesquisa”, e uma “participação observadora/investigadora” (o Colectivo Situaciones fala em “militância investigadora”), onde quem participa de processos de trabalho de base/luta social torna-se um observador no sentido de focar em e refletir questões específicas que surgem das práticas em que também está envolvido, questões que, uma vez (re)formuladas (quanto mais coletivamente articuladas, melhor), orientam ciclos de uma investigação militante. Nela, a inserção no processo de luta é caracterizada pela sua condição de estar relacionada, mas, ao mesmo tempo, independente do trabalho do/enquanto pesquisador. Este não está meramente inserido nos grupos e processos como pesquisador-cientista, muito mais os reflete e contribui com eles como tal ao mesmo tempo que exerce funções parecidas a de outros militantes. Pesquisa enquanto milita, tal como cada sujeito em movimento reflete e contribui com os processos coletivos conforme suas experiências e ferramentas de compreensão e análise.

Uma Geografia em movimento(s) depende e constitui-se através de processos coletivos em meio a territorializações e territórios de resistência. Nisso, ganha importância o dia a dia de convivência e militância, o que leva a uma metodologia que poderíamos chamar de “leitura do vivido” contínua e intensa, um vivido construído coletivamente. “Resultados” e possíveis intervenções de uma investigação militante dão-se, antes, neste dia a dia e nestes processos vividos, e não necessariamente em textos e artigos

publicados. Estes são importantes para compartilhar as nossas experiências, mas em nada substituem a troca pessoal e a interação entre os sujeitos que protagonizam um processo de resistência do qual participamos como participantes observadores.



**Figura 3:** Perspectivas emancipatórias da investigação militante: uma ferramenta de luta

Em diálogo com a discussão do capítulo anterior sobre a relação movimento social-Geografia-ideologia, para sintetizar perspectivas da investigação militante como possível ferramenta de luta, relacionei o que considero algumas características chave desta forma de investigação com as dimensões social, política e epistêmica do nosso fazer e pensar (Figura 3). O gráfico e as reflexões acima se baseiam em um diálogo com um conjunto de abordagens que formam o campo da investigação militante. Como algumas destas abordagens são pouco conhecidas entre cientistas das ciências sociais no Brasil, considereei válido trazer um pouco do acúmulo de cada uma e algumas referências, para que possam servir como tais e nos inspirar em nossas iniciativas de pôr as nossas Geografias em movimento.

### **“Apenas aquele que odeia realmente conhece”: *conricerca***

*O que tem sido o sofrimento dos trabalhadores enquanto penam dia e noite, enquanto os verdadeiros criadores de uma enorme riqueza e de um notável crescimento econômico? O que tem sido a sua prática de luta contra a exploração da classe trabalhadora? Como é que podemos nos juntar a eles e [lutar] em conjunto pela libertação da classe trabalhadora? (HAO REN et al., 2014, p. 99).*

As questões que o militante chinês Hao Ren e seus coautores levantam para concluir um trabalho sobre lutas coletivas de trabalhadores em empresas privadas no litoral chinês bem resumem, a meio século de seu surgimento e se inspiram nas motivações sob as quais ocorreram inovações metodológicas de investigação em meio ao movimento operário italiano a partir da década de 1950. A corrente do movimento de trabalhadores, que à época buscou em metodologias de pesquisa das Ciências Sociais uma ferramenta para autorrefletir e assim fortalecer as suas lutas, chegou a ser conhecida como movimento *operaísta* (conhecido também como marxismo autonomista [MEZZANDRO, 2014]), encontrou na *conricerca*, isto é, na coinvestigação, uma ferramenta própria de investigação militante. Num contexto de dissidência com o marxismo clássico dos partidos de vanguarda e sindicatos burocratizados, pelo ponto de vista dos *operaístas*, ambos desvinculados das bases trabalhadoras e de suas realidades, discutiram a “composição

de classe” como conceito-chave para pensar as possibilidades de ruptura com o sistema capitalista.

Tendo como veículos de debate duas revistas – os *Quaderni Rossi*<sup>6</sup> (1961-1965) e *Classe Operária* (1964-1967) –, o desafio colocado era o de compreender a composição de classe sob a luz de uma perspectiva revolucionária da relação capital-trabalho a partir da realidade vivida dos trabalhadores no seu dia a dia nas fábricas (ROGGERO et al., 2007; BIRKNER; FOLTIN, 2010; FRINGS, 2012; MEZZANDRO, 2014): quais momentos e quais formas de tensão e resistência na relação capital-trabalho estariam presentes e como estas tensões poderiam levar a uma situação na qual a classe trabalhadora pudesse, ela mesma, se libertar de sua condição de classe explorada e oprimida?

Os que pensaram o *operaísmo* àquela época na Itália, como Romano Alquati e Danilo Montaldi ou Antonio Negri, foram inspirados por métodos da Sociologia Industrial, sobretudo por abordagens elaboradas àquela época nos EUA e na França, como na perspectiva do grupo ao redor da revista *Socialismo e Barbárie*, que tinha publicado *témoignes* (autodocumentações de trabalhadores). Montaldi traduz um texto escrito pelo operário norte-americano Paul Romano e explica a importância do texto e como e por que da importância da investigação que partisse do ponto de vista do próprio trabalhador:

*Existe uma América da qual ninguém fala, que pode ser encontrada atrás do mito da geladeira, do automóvel e da televisão, e atrás do mito da afluência para todos. É a América da fábrica: uma América desconhecida cuja história é feita de greves, exploração e da miséria proletária. Os protagonistas desta história são os trabalhadores, e Paulo Romano é um trabalhador que escreve sobre a vida dos trabalhadores.*<sup>7</sup> (MONTALDI, 2013).

6 Segundo Martin Birkner e Robert Foltin (2010, p. 16), a fundação desta revista coincide com o início do movimento *operaísta*.

7 Tradução livre. No original: “There exists an America that no one talks about, which is to be found beyond the myth of the refrigerator, the automobile, and the television, and beyond the myth of affluence for all. It is the America of the factory: an unknown America whose history is made of strikes, exploitation, and proletarian misery. The protagonists of this story are the workers, and Paul Romano is a worker who writes about the life of the workers”.

“*Sociology: a suitable weapon?*” (Sociologia: uma arma adequada?), pergunta Steve Wright (2002, p. 21) em seu trabalho sobre o *operaísmo*. Os *operaístas* responderam: desde que ela seja adaptada, em termos metodológicos e epistemológicos, às realidades e necessidades das lutas, sim. Neste espírito, Alquati em 1961 formula a proposta da *conricerca* reforçando a importância de distingui-la de métodos de pesquisa clássicos da Sociologia. Conforme o marxista alemão Christian Frings (2010, p. 166):

[...] “investigação” não era para eles um tipo de pesquisa social empírica, e sim uma forma de intervenção política, orientada pela crítica teórica com o objetivo da organização da luta de classe revolucionária.<sup>8</sup>

A *conricerca* foi pensada para investigar possibilidades e melhores formas de luta numa relação colaborativa entre investigadores e trabalhadores das bases, dirigida pela convicção que só com o envolvimento e a identificação com as causas dos trabalhadores poderia se chegar ao conhecimento necessário para avançar na luta, claramente relacionando envolvimento ideológico e emocional, o pensar e o sentir, visando uma potencialização de saberes crítico-emancipatórios:

*O conhecimento vem da luta. Apenas aquele que odeia, realmente conhece.*  
(TRONTI apud ROGGERO, 2014).

O historiador e cientista político italiano Gigi Roggero et al. (2007), ao discutirem a “*conricerca as political action*” (*conricerca* como ação política), avaliam a relação entre participação na luta e aplicação de métodos de pesquisa, que teria que ser bem pensada e balanceada. Muita “*ricerca*” (investigação) e pouco “*con*” (com) levariam a um levantamento sociológico comum, enquanto que muito “*con*” e pouca “*ricerca*” levaria a uma produção ideológica estéril.

A *coinvestigação* tinha o papel de abrir uma perspectiva para que se pudesse chegar às práticas de *autoinvestigação*, sendo que os *operaístas* aca-

8 Tradução livre. No original: “‘Untersuchung’ war für sie keine linke Variante empirischer Sozialforschung, sondern eine von theoretischer Kritik geleitete Form der politischen Intervention mit dem Ziel der Organisation des revolutionären Klassenkampfes”.

baram não conseguindo colocar essa proposta em prática, apesar de terem feito diversas experiências com a coinvestigação. Segundo Frings (2012, p. 166-167), mais tarde Alquati refletiu que a *conricerca* não era um conceito metodológico acabado, mas, antes, tinha um caráter hipotético, uma ferramenta da busca ativa de núcleos informais de resistência entre os trabalhadores nas fábricas para junto a estes assumir a luta contra o capital. Nisso, ganhou importância de diferenciar entre o trabalhador em sua relação com os demais trabalhadores e o capital e a sua situação individual referente a eles. A força produtiva, resultado da “grande cooperação” entre trabalhadores, se apresenta diante de cada trabalhador individual como trabalho morto. A hipótese por trás das investigações era de que a coletividade do trabalho assalariado pudesse desenvolver-se para assumir a forma de uma coletividade antagônica. Para darem conta dessa hipótese como pano de fundo,

*[o]s métodos dessa investigação focaram em momentos da coletividade e tinham que evitar de reproduzir, através de entrevistas individuais, a lógica individualizadora com sua funcionalidade para o capital – por isso, além de entrevistas e grupos focais, panfletos, jornais, assembleias e greves também fizeram parte do instrumentário da pesquisa.*<sup>9</sup> (FRINGS, 2012, p. 167).

Uma situação importante de inserção nas lutas foram as grandes greves da época, tais como a greve nas fábricas da Fiat nos primeiros anos da década de 1960. Alquati procurou entender como se deu a organização destas *wildcat strikes* (greves selvagens) e defendia, diferentemente do que muitos pensavam à época, que para a sua realização não era necessário um grupo de vanguarda que pudesse organizar os trabalhadores comuns, desde que estes mesmos se auto-organizassem coletivamente para dar força e rumo à greve.

9 Tradução livre. No original: “Die Methoden dieser Untersuchung zielten auf die Momente von Kollektivität und mussten vermeiden durch soziologische Einzelbefragungen die für das Kapital funktionale Vereinzelung zu reproduzieren – neben Interviews und Gesprächsleitfäden gehörten daher auch Flugblätter, Zeitungen, Versammlungen, Streiks usw. zu ihren Instrumenten”.

*A greve selvagem na FIAT acaba com a antiga ideia de que, a este estágio, a luta dos trabalhadores estaria sendo organizada por um “núcleo” interno particular que tem em suas mãos o monopólio da consciência antagônica dos trabalhadores.*<sup>10</sup> (ALQUATI, 2013).

Em geral, houve uma diversidade de controvérsias sobre a *conricerca* e sobre as questões referentes à composição de classe. Enquanto alguns se mantiveram próximos ao campo mais clássico, autoritário do marxismo-leninismo, Frings chega a concluir que a *conricerca* veio junto a uma proposta de caráter político-estratégico de superar o modelo leninista de vanguarda para colocar a capacidade da autolibertação coletiva dos explorados no centro do debate.

*Em sua forma mais extrema, formulada pelo socialista Roberto Guiducci, o marxismo dissidente dos anos 1950 foi até o ponto de projetar a investigação sociológica como meio para estabelecer uma nova e “orgânica” relação entre intelectuais e trabalhadores, baseado na coprodução de saberes sociais desde baixo.*<sup>11</sup> (WRIGHT, 2002, p. 22).

Com isso, a ideia da coinvestigação baseia-se no rompimento da divisão entre sujeito investigador e objeto investigado. Os revolucionários italianos que mais contribuíram com sua formulação e que mais se distanciaram de tentativas de investigar os operários para meramente renovar a teoria marxista *sobre* os trabalhadores estavam com longos históricos de envolvimento direto nas lutas dos trabalhadores e, assim, conforme Marta Malo (2004), diferenciavam-se da figura do intelectual orgânico de Antônio Gramsci. Para Malo (Ibid., p. 17), uma função da *conricerca* era detectar:

10 Tradução livre. No original: “The wildcat strike at FIAT liquidates the old idea that at this level, the workers’ struggle would be organized by a particular internal ‘nucleus’, that holds a monopoly on antagonistic workers’ consciousness”.

11 Tradução livre. No original: “In its most extreme form, expressed by the Socialist Roberto Guiducci, the dissident Marxism of the 1950s went so far as to portray sociological inquiry as the means to establish a new ‘organic’ relation between intellectuals and working people, based upon the joint production of social knowledge from below”.

*[...] la conflictividad subterránea de las redes de comunicación material que los trabajadores construían para enfrentarse cada día a la férrea organización empresarial y para “rechazar” el trabajo (base de otras conflictividades más visibles e irruptivas).*

Esta ideia da existência de um conflito subterrâneo e silencioso protagonizado diariamente pelos trabalhadores contra a organização capitalista formaria um dos elementos-chave para a discussão da “composição de classe”, além da concepção de que a hierarquia empresarial deve ser lida como uma resposta imediata às lutas operárias, e da intuição de que de todo ciclo de lutas sobram resíduos políticos que deixam marcas na estrutura subjetiva da força de trabalho. Baseada nisso, a composição de classe era discutida a partir de uma distinção de sua composição técnica, a realidade da força de trabalho na relação trabalho-capital em determinado momento histórico e a composição política, entendida como conjunto de comportamentos antagônicos que nesse momento definem a classe dos trabalhadores (MALO, 2004, p. 20).

O legado que os *operaístas* deixaram com suas experiências de articulação de métodos de pesquisa pensadas e utilizadas como ferramentas de luta pode ajudar, ainda hoje, a pensar e construir formas de pesquisa em ação que possam fortalecer lutas sociais e levar a uma geração de saberes-com que dialogam com saberes-fazer genéricos e resistentes:

*Este enfoque de la encuesta obrera imponía, asimismo, un paso del simple cuestionario a procesos de coinvestigación: esto es, de inserción, también subjetiva, de los intelectuales-militantes que investigaban en el territorio-objeto de investigación (casi siempre la fábrica, a veces, también, los barrios), lo cual les convertía en sujetos-agentes adicionales de ese territorio, y de implicación activa de los sujetos que habitaban ese territorio (fundamentalmente, obreros, en alguna ocasión, estudiantes y amas de casa) en el proceso de investigación, lo cual, a su vez, convertía a estos últimos en sujetos-investigadores. Cuando este doble movimiento funcionaba de verdad, la producción de conocimiento de la investigación se mezclaba con el proceso de autovalorización y de producción de subjetividad rebelde en la fábrica y en los barrios. (Ibid., p. 21).*



Em uma oficina em 1984, na Alemanha, o “Círculo de Trabalho Investigação Militante” (*Arbeitskreis Militante Untersuchung*) levanta questões interessantes sobre o papel dos questionários utilizados nas coinvestigações. Até que ponto seria possível intervir com perguntas aos trabalhadores sem que com isso se desse uma direção para respostas que os investigadores querem ouvir? E concluem, entre outros, que as melhores conversações teriam ocorrido normalmente após a aplicação dos questionários, em diálogos abertos. De toda forma, a ida para as fábricas, em alguns casos inserindo-se nos processos de trabalho como trabalhadores, os *operaístas* teriam descoberto que o processo de trabalho estava muito menos organizado e racional do que se dizia e se discutia (ARBEITSKREIS MILITANTE UNTERSUCHUNG, 1987). Com isso, perdeu força a hipótese de segmentos da esquerda de cunho autoritário de que a classe trabalhadora estaria em curso de perder sua importância revolucionária por perder sua própria identidade devido à sua inserção orgânica na lógica da ordem hierárquica da fábrica que fora utilizada, à época, por integrantes de partidos e sindicatos de esquerda, para justificar alianças com a pequena burguesia e pequenos empresários (WRIGHT, 2002).

Até hoje o *operaísmo* influencia diversas correntes da esquerda revolucionária. Apesar da herança comum no *operaísmo*, porém, grupos e correntes herdeiros de sua atuação tomaram caminhos bastante distintos. Uns chegam a formular o que chamam de teorias pós-operaístas, tais como os marxistas Antônio Negri e Michael Hardt, que dão importância destacada ao “trabalho imaterial” e à “multidão” que tomaria o lugar da classe trabalhadora, distanciando-se significativamente das propostas dos *operaístas* de primeira hora e, com isso, no caso de Negri, de suas próprias posições da época. É um *pós-operaísmo* que parece ter dado cada vez mais peso à teoria (pela teoria) e menos importância à investigação e inserção nas bases e às experiências concretas de resistência. Assim, aparenta ter se descolado sucessivamente da realidade das classes exploradas e dominadas, crítica à época feita diante dos sindicatos e partidos burocratizados da esquerda comunista e que deu a razão de ser do próprio movimento *operaísta*. Indicador desse afastamento talvez seja o fato de que apresentações e debates de representantes desta linha do *pós-operaísmo* são muito mais prováveis de acontecerem em teatros, museus ou em universidades do que em assembleias de trabalhadores ou durante greves. Uma das obras-referência de Negri e Hardt (2002), *Empire*, e a ideia central desta obra do “trabalho

imaterial” são discutidas criticamente pelo comunista libertário alemão Frank Katz (2007). John Holloway (2011), por sua vez, critica no trabalho de Negri e Hardt os problemas que derivam da tentativa de superar o lugar da negação como ponto de partida do pensamento autonomista, algo que Holloway continua avaliando como central para teoria e práxis radicais.

Uma perspectiva que foca na relação capital-trabalho através do olhar da situação concreta das trabalhadoras e dos trabalhadores, porém, continua até hoje orientando a atuação de diversos grupos e coletivos, tais como o grupo da revista *Wildcat*<sup>12</sup> na Alemanha ou o coletivo internacional *gongchao* (cujo olhar e foco de interesse na luta dos trabalhadores a nível internacional acompanhou o movimento do capital global para a China), que continuam dando destaque em seu trabalho e em sua militância para investigações, inserções e diálogo direto com trabalhadores em luta. Um trabalho vinculando a experiência no lugar de trabalho à pesquisa foi realizado pelo coletivo *Kolinko* no início da década de 2000, quando durante dois anos investigadores militantes inseriram-se em *call centers* para analisar as relações da exploração de trabalho. As experiências e análises foram publicadas sob o título *Hotlines*.<sup>13</sup> Em geral, uma diversidade de iniciativas de investigação militante continua inspirando-se diretamente ou indiretamente nas *conricercas* dos *operaístas*.

### “Pesquisa-ação como pesquisa social crítica”: *Aktionsforschung*

*Cada cientista deveria tornar-se ator na prática e cada ator na prática deveria tornar-se cientista.*<sup>14</sup> (MOSER, 1975, p. 29).

Este é um postulado que bem caracteriza a proposta de *Aktionsforschung* (pesquisa-ação) elaborada a partir da Ciência da Educação pelo alemão Heinz Moser, que na década de 1970 começou a desenvolver uma pro-

12 A revista *Wildcat* n° 64/65 de 1995 trata da “*Renaissance des Operaismus*” (Renascimento do operáismo).

13 Disponível em: <[http://www.nadir.org/nadir/initiativ/kolinko/lebuk/d\\_lebuk.htm](http://www.nadir.org/nadir/initiativ/kolinko/lebuk/d_lebuk.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

14 Tradução livre. No original: “Jeder Wissenschaftler müsste deshalb auch Praktiker und jeder Praktiker Wissenschaftler werden”.

posta de “pesquisa-ação como teoria crítica das Ciências Sociais”<sup>15</sup> (Ibid., título do livro). Moser avaliou, porém, que se pela ideia tratava-se de uma proposta interessante de investigação, difícil seria colocá-la em prática. Isso não o impediu de gerar um acúmulo de ideias e fazer algumas experiências no campo da *Aktionsforschung*, sendo que a divulgação da abordagem ficou restrita e Moser foi um dos poucos a dedicarem parte de sua vida acadêmica ao tema nas Ciências Sociais de língua alemã.<sup>16</sup>

Moser elaborou a sua abordagem como uma contribuição à práxis das ciências críticas num sentido amplo, e podemos ler seu trabalho como fruto da relação direta entre atuação a nível social e ciência. Moser desenvolveu suas ideias a partir do final da década de 1970, um período no qual, em muitas partes da Alemanha, grupos de esquerda, com foco no movimento estudantil, estavam se mobilizando e atuando no que chegou a ser conhecida como *Außerparlamentarische Opposition* (APO, Oposição Extra-Parlamentar). A construção coletiva de alternativas com foco na educação, com creches e escolinhas de espírito “antiautoritário” (SCHROEDTER, 2010, p. 148-153) ganhou muita importância nesse processo, propiciando uma diversidade de experiências práticas de busca por alternativas. Em geral, a relação prática-teoria do movimento ‘68 foi polêmica, e representantes importantes da Teoria Crítica e da Escola de Frankfurt, como o cientista social Theodor W. Adorno, criticaram os estudantes por um “ativismo cego”, ao mesmo tempo em que foram, por sua vez, criticados pela falta de inserção em práticas transformadoras, controvérsia que ultimamente levou a um racha da parte dos teóricos com o movimento estudantil (WASCHKUHN, 2000). Esses conflitos levaram Heinz Moser (1975, p. 31) a considerar a “*Universität und Studentenbewegung als Kristallisationspunkt des Praxisproblems*” (Universidade e Movimento Estudantil como ponto de cristalização do problema da práxis) e motivaram-no a ir em busca de pontes entre prática e teoria a partir da universidade.

15 Tradução livre. No original: “Aktionsforschung als kritische Theorie der Sozialforschung”.

16 Fricke (2014, p. 213-214), em um artigo recente, alega que não seria fácil falar sobre *Aktionsforschung* para um público alemão, já que experiências na Alemanha na área se reduziram às Ciências da Educação e às décadas de 1970 e 1980, e somente a partir dos anos de 2000 teria novamente um aumento do interesse pelo assunto nas Ciências Sociais também na Alemanha. Sobre esta questão ver também o trabalho de Severin Halder (2018, p. 66-72).

Moser, como outros autores do campo da pesquisa-ação, vê as raízes da *Aktionsforschung* em trabalhos de Kurt Lewin, estabelecendo uma relação crítica, alegando que o objetivo principal do trabalho de Lewin teria sido, em primeiro lugar, aplicar uma nova forma de pesquisa social, sem com isso repensar a relação ciência-sociedade como um todo. Moser, ao entender a pesquisa-ação como pesquisa social crítica, apontou para o fato de que nela o pesquisador teria o papel de sujeito e objeto (nos seus sentidos clássicos) ao mesmo tempo, e que qualquer esforço de separar um do outro significaria uma idealização artificial (MOSER, 1975, p. 79-82).

Moser defende a rejeição do postulado da neutralidade científica e vê como questões centrais utilidade e possíveis usos da pesquisa científica, considerando sua dimensão política. O ponto-chave, porém, de alguma possível influência de resultados da atuação em formas de pesquisa-ação, estaria na possibilidade de propostas poderem ser colocadas em prática, e essas possibilidades dependeriam da relação social em geral, das relações políticas e de poder da sociedade na qual esta ciência busca se inserir:

*Caso a sociedade tal como ela é impeça qualquer atuação emancipatória e com isso torne inaplicável o discurso desenhado, porque se apresenta com uma rigidez que não permite pontos de encontro com a prática, que pudesse questionar de fato o status quo, a pesquisa-ação no sentido da teoria crítica das Ciências Sociais também se submete à esperança ilusória.*<sup>17</sup> (MOSER, 1975, p. 161).

Assim, o que interessou a Moser foi pensar e elaborar métodos que impediriam que a pesquisa-ação se mantivesse no “campo da ilusão” (MOSER, 1977). Elementos metodológicos que Moser considerou fundamentais são:

<sup>17</sup> Tradução livre. No original: “Lässt nämlich die Gesellschaft emanzipatorisches Handeln, den skizzierten Diskurs nicht zu, weil sie als fest gefügter Zwangszusammenhang nirgends Ansatzpunkte für Handeln liefert, das den Status quo in Frage zu stellen vermag, so verfällt auch Aktionsforschung im Sinne kritischer Theorie der Sozialwissenschaften illusionären Hoffnungen”.

- A instância básica da *Aktionsforschung*, conforme Moser, é o discurso. Orientações para a ação/a prática devem ser baseadas em argumentos firmes e bem elaboradas em diálogo entre prática e teoria.
- A *Aktionsforschung* é baseada em um modelo cíclico de pesquisa. O ciclo é composto pela colheita de dados/informações > análise dos dados e elaboração de orientações para a prática pesquisada > intervenção na prática, conforme as orientações > reinício do ciclo com coleta de dados sobre as práticas aplicadas, conforme orientado pelo ciclo anterior da pesquisa, e assim por diante.
- Veracidade não é garantida através da execução de princípios e medidas metodológicos predefinidos e fixos, como em formas clássicas e positivistas de pesquisa, mas através da argumentação crítica discursiva.

Com o foco da *Aktionsforschung* no conceito da “*Handlung*” (ação), a proposta de Moser antecipou um movimento mais geral nas Ciências Sociais que à época estava sobretudo focando no “*Verhalten*” (comportamento), para apenas aproximadamente duas décadas depois dar crescente atenção à ação social, quando também, na Geografia alemã, Benno Werlen (1995, 1997) baseia-se na teoria de estruturação e ação social de Anthony Giddens para elaborar uma “*Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen*” (Geografia social de regionalizações cotidianas), numa “perspectiva centrada na ação” (WERLEN, 2000, p. 12).<sup>18</sup>

A *Aktionsforschung*, tal como proposta por Moser em seu tempo, aparentemente não encontrou solo muito fértil nas Ciências Sociais de língua alemã, talvez por Moser ter restringido suas propostas ao campo das próprias Ciências da Educação. A nível internacional, no entanto, houve certa difusão do trabalho de Moser devido à publicação de um artigo (MOSER 1978) em coletânea organizada por Orlando Fals Borda (cujo trabalho discuto no próximo item). Moser, por sua vez, publicou um artigo de Borda em livro por ele organizado no mesmo ano na Alemanha (BORDA, 1978).<sup>19</sup>

18 Uma discussão crítica desta abordagem encontra-se em Heinz Arnold (1998).

19 Infelizmente não tive acesso a estes dois livros.

Em geral, conforme mostra um artigo do mesmo autor, duas décadas depois de suas publicações principais referentes à *Aktionsforschung*, suas formulações acabaram adequando-se cada vez mais às exigências da Ciência Social de lógica dominante e perderam seu laço com o pensamento crítico, deixando parecer que, afinal, também para Heinz Moser, a *Aktionsforschung* fosse simplesmente outra forma de se fazer pesquisa. No artigo de 1998, o autor discute *Praxisforschung* (pesquisa da prática), conceito que parece ter substituído a *Aktionsforschung* em seus trabalhos, sem voltar a se referir a ela. No artigo, Moser discute o desenvolvimento de *Fachhochschulen* (universidades de ensino técnico) e argumenta:

*A nova tarefa de pesquisa, em tempos de contratação por empenho e da crescente importância da autossustentabilidade econômica, deve ser desenvolvida e organizada através da criação de estruturas bem definidas, que possibilitam um marketing de pesquisa sistemático. Neste novo espaço de concorrência, a meta também para instituições públicas é de se impor através de um posicionamento próprio.*<sup>20</sup> (MOSER, 1998, p. 48, grifos meus).

Aparentemente, houve nos trabalhos de Heinz Moser uma migração da defesa da “pesquisa-ação como teoria crítica da Ciência Social” para a *Praxisforschung* como proposta de uma Ciência Social aplicada e aplicável, em termos mercadológicos e competitivos. Contudo, as ideias e propostas de Heinz Moser da década de 1970 (“o jovem Moser”) podem ajudar a pensarmos e construirmos ciências críticas diretamente vinculadas às práticas transformadoras e deixam como legado a experiência de que, em tempos de maior agitação política e social, pensares e fazeres mais críticos influenciam a prática acadêmica, ao mesmo tempo em que, sem a continuidade da conexão lutas sociais-universidade, esta pode perder seu teor crítico e transformador e acaba adequando-se cada vez mais às lógicas dominantes da academia.

20 Tradução livre. No original: “Die neue Aufgabe der Forschung ist in Zeiten der definierten Leistungsaufträge und verstärkten Eigenwirtschaftlichkeit organisatorisch zu entwickeln, indem klar definierte Strukturen geschaffen werden, die ein systematisches Forschungsmarketing ermöglichen. In diesem neuen Raum der Konkurrenz gilt es auch für öffentliche Institutionen, sich durch einen eigenständigen Auftritt zu behaupten”.

### **“Como investigar a realidade para transformá-la?”: *investigación acción participativa***

Um dos cientistas sociais que mais se dedicou à elaboração de uma metodologia comprometida com a luta social das classes populares foi, sem dúvida, o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. “Como investigar la realidad para transformarla” (BORDA, 2009, p. 253) é a questão que bem intitula a busca de Borda por abordagens que fossem capazes de gerar saberes emancipatórios junto aos movimentos populares colombianos, cuja situação e suas lutas foram foco de estudo e pesquisa de Borda em boa parte de sua vida acadêmica. Como ocorreu também na Geografia crítica, Borda (2009, p. 270) parte de uma crítica político-epistemológica da tradição científica de seu campo, a Sociologia:

*En las regiones estudiadas se sentía la necesidad de contar con una Sociología que fuese ante todo una Ciencia Social inspirada en los intereses de las clases trabajadoras y explotadas; se necesitaba de una “ciencia popular” [...]*

Porém, como diz Borda (Ibid.):

*[...] ya no parecía posible transformar esta Sociología académica [positivista], desde su interior, en instrumento revolucionario. La Sociología conocida en Colombia se había concebido en términos de la burguesía dominante: ésta no podía suicidarse intelectualmente con su propio instrumento [...]*

O que não “podia suicidar-se intelectualmente” com suas próprias ferramentas devia, então, ser devidamente criticado ao mesmo tempo que superado. Para isso e para além da divisão dos campos disciplinares, Borda propôs como fundamento o materialismo histórico. Não se tratou de querer superar o fazer de ciência em si, mas, sim, repensar a forma dela ser construída (Ibid., p. 272):

*El rechazo del positivismo y de las técnicas “objetivas” de investigación inspiradas en el modelo conocido de la integración y el equilibrio social no podía dejar la orientación de los nuevos trabajos regionales en el vacío; esto hubiera equivalido a rechazar la ciencia misma.*

Mantendo um compromisso com a ciência, Borda perguntava-se como seria possível combinar o vivencial e o racional em processos de transformação radical:

*Que exigencias nos ha hecho y nos hace la realidad del cambio en cuanto a nuestro papel como científicos y en cuanto a nuestra concepción y utilización de la ciencia? Por que, al vivir, no lo hacemos sólo como hombre, sino como seres preparados para el estudio y la crítica de la sociedad y del mundo. Nuestras herramientas especiales de trabajo han sido y son mayormente los marcos de referencia y las técnicas con las que sucesivas generaciones de científicos han intentado interpretar la realidad. Pero bien sabemos que estas herramientas de trabajo tienen vida propia, sino que toman el sentido que les demos, con sus respectivos efectos en variados campos de la vida y del conocimiento. (BORDA, 2009, p. 253-254).*

À base destas reflexões, Borda elabora a proposta da *Investigación Acción Participativa* (IAP), que não se reduz a uma mera técnica de investigação, nem a uma mera forma de educação popular e tampouco a uma mera ação política. Todos estes aspectos são “fases” não necessariamente consecutivas que podem ser combinadas numa metodologia de um processo vivencial que tem por objetivo capacitar as classes exploradas para engendrar “con eficacia el peso transformador que les corresponde, traducido a proyectos, obras, lucha y desarrollos concretos” (Ibid.) e visa produzir conhecimento sociopolítico próprio das bases populares envolvidas. A proposta da IAP nasce de uma gama de experiências que Borda fez junto a movimentos populares do campo na Colômbia:

*Nuestras experiencias con las comunidades campesinas del valle del Mezquital, San Augustin Atenango, El Regadío, El Cerrito y Puerto Tejada nos permiten entender mejor un proceso que combina la investigación científica y la acción política para transformar radicalmente la realidad social y económica y construir el poder popular en beneficio de los explotados. A este complejo proceso, que incluye la educación de adultos, el diagnóstico de las situaciones, el análisis crítico y la práctica como fuentes de conocimiento para ahondar en los problemas, necesidades y dimensiones de la realidad, lo hemos denominado Investigación-Acción Participativa (IAP). Con ello se busca diferen-*



*ciarlo de otros tipos de investigación-acción que no están por el cambio social sino por la conservación y defensa del status quo, como el propuesto por Kurt Lewin.* (BORDA, 1986, p. 125).

Abordagens semelhantes à IAP foram elaboradas em diversos contextos de lutas e países (BORDA; RAHMAN, 1991). Borda diferencia quatro fases fundamentais para se realizar um processo de IAP. Na fase (1) da “investigación colectiva”, o grupo pesquisa e analisa sua própria situação social para a partir disso entrar em uma fase (2) de “recuperación crítica de la historia”, na qual busca resgatar a história pelo olhar e pela experiência própria e superar o olhar histórico dominante (dos dominadores), que tende a invisibilizar os grupos explorados. Segue a fase (3) de “valorización y empleo de la cultura popular”, visando um resgate de formas de expressões culturais esquecidas ou abandonadas no tempo, mas que podem ser importantes na fase (4) de “producción y difusión del nuevo conocimiento” entre os membros da comunidade e também a partir dela para fora (SEITHEL, 2000, p. 269; BORDA, 1986, p. 138-140). Neste processo, os métodos predominantes a serem utilizados são descritivos e qualitativos, mas, quando necessário, a IAP também recorre a métodos quantitativos e estatísticos (BORDA, 2003, p. 98).

Borda fundamenta a IAP em um marxismo aberto, inspirado também nos trabalhos de Paulo Freire, e o seu trabalho destaca-se nas Ciências Sociais como uma proposta genericamente sul globalista e pensada a partir *das* e para *as* realidades da luta de classes da América Latina. Fazendo experiências na utilização da IAP, Borda e outros pesquisadores refletiram as dimensões dos dois principais tipos de tensão no trabalho de campo: entre teoria e prática e entre sujeito e objeto.

*Resulta contraproducente ver a los investigadores y a los investigados como polos antagónicos o discordantes. Hay que verlos en un mismo plano horizontal para crear una relación respetuosa, productiva y confiable la del sujeto-sujeto.* (BORDA, 2003, p. 101).

Diferenciando-se então das Ciências Sociais baseadas nos postulados positivistas, que exigem uma relação de distância entre observador e observado e utilizam-se de técnicas supostamente neutras, como a “observacion participante” ou “observacion por experimentación” que “dejaban a las co-

munidades como vítimas de la explotación científica” (BORDA, 2009, p. 261-262), a IAP surgiu como alternativa por se basear na:

*[...] inserción en el proceso social. En este caso se exigía del investigador su plena identificación con los grupos con los cuales entraba en contacto, no sólo para obtener información fidedigna, sino para contribuir al logro de las metas de cambio de esos grupos. Se diferenciaba así esta técnica de las anteriores en que se reconocía a las masas populares un papel protagonista, con la consiguiente disminución del papel del intelectual-observador como monopolizador o controlador de la información científica.*

A perspectiva da *Investigación-Acción* viveu um momento importante quando ocorreu o Simpósio Mundial sobre *Investigación-Acción* em Cartagena, Colômbia, em 1977, com protagonismo decisivo de cientistas sociais do sul global (BORDA, 1986, p. 13), que, junto ao Congresso Brasileiro de Geografia em Fortaleza, um ano depois, marcou o fortalecimento das correntes críticas nas Ciências Sociais latino-americanas.

Sobre o significado da IAP para a Geografia, Borda (2013a) aponta:

*Así como se construye socialmente el territorio/espacio, también se construye socialmente la ciencia como conocimiento, que queda sujeta a interpretación, reinterpretación, revisión e enriquecimiento constantes. En esta forma, lo que se aprende y descubre con la IAP queda listo para su desarrollo y aplicación inmediata en las políticas de ordenamiento territorial, en el uso del ambiente ecológico y en otras prácticas sociales y económicas.*

Em diálogo com a Geografia, Fals Borda também destacava a amplitude da luta político-epistêmica, com a qual a IAP buscaria contribuir:

*De poco vale reordenar el territorio o controlar su utilización geográfica si los habitantes y sus dirigentes no sienten que marchan hacia metas superiores de organización social y política, hacia la gran aventura de emancipación de los pueblos, con el fin de romper la situación explotadora y opresiva que ha saturado al mundo con las políticas del maldesarrollo y de la todavía peor globalización capitalista salvaje, cuyos límites deben establecerse por nuestros países y sus gentes, tarde o temprano. (Ibid.).*

Borda deu um papel à IAP que superou seu caráter de mera abordagem metodológica nas Ciências Sociais críticas, vendo nela uma “filosofia da vida” (BORDA; RAHMAN, 1991, p. 16; BORDA, 2013b) – valendo certo cuidado diante desta constatação de não sobrevalorizar o papel do saber e fazer científico em sua relação com saberes e fazeres dos movimentos sociais, como discutiremos mais adiante.

De toda forma, a IAP deixou um legado importante como ferramenta de geração de saberes emancipatórios por ter relacionado diretamente a Ciência Social ao fortalecimento dos movimentos populares e sua construção de poder popular (BORDA, 1986, p. 14). Nessa relação, o protagonismo está com as classes populares em luta, conforme afirma o cientista social indiano Muhammad Anisur Rahman (1991, p. 13):

*Muitos trabalhos de IAP têm sido inspirados pela noção de “luta de classe” tal como incorporado no materialismo histórico, mas IAP opõe-se a certas interpretações do materialismo histórico que vê a transformação social como primeiramente uma tarefa dum partido de “vanguarda” que assume (por ela mesma) obter uma consciência mais “avançada” comparada á das massas.*<sup>21</sup>

Um conceito que bem expressa a sensibilidade reflexiva de Orlando Fals Borda é o conceito do “sentipensamento”. O cientista social colombiano Victor Manuel Moncayo (2009, p. 10, grifo meu) escreve na apresentação de uma coletânea de textos-chave da obra de Borda publicada pelo CLACSO:

*[...] el hombre-hicotea que sabe ser aguantador para enfrentar los reveses de la vida y poder superarlos, que en la adversidad se encierra para volver luego a la existencia con la misma energía de antes, es también el hombre sentipensante que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacer-se de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad, tal y como lo recoge Eduardo Galeano en el libro de los abrazos, rindiendo homenaje a los pescadores de la costa colombiana.*

21 Tradução livre. No original: “Many PAR [Participatory Action Research] works have been inspired by the notion of “class struggle” as embodied in historical materialism, but PAR is opposed to certain interpretation of historical materialism that views social transformation as primarily the task of a ‘vanguard’ party which assumed (itself) to have a more ‘advanced’ consciousness relative to that of the masses”.

Borda expressa o quanto seu “sentipensar” foi inspirado pelos ribeirinhos caribenhos colombianos ao explicar que é com eles que chegou a conhecer esses próprios conceitos, do “hombre hicotea e sentipensante”. A partir da convivência, Fals Borda conheceu e impressionou-se com a cultura ribeirinha, uma cultura marcada pela relação íntima e integrada dos ribeirinhos com a água e a terra de sua região. Assim, os ribeirinhos estariam preparados tecnicamente para um “rico modo de vida”, uma vida anfíbia, à beira rio:

*[Los ribereños] inventaron por ejemplo el concepto de “sentipensante”. Es el “sentipensante” que aparece en mis libros, eso no lo inventé yo, eso fue allí [en los sitios junto a los ribereños en la region caribeña La Grande Magdalena] [...]. Un pescador que iba conmigo dijo: “mira nosotros de realidad creemos que actuamos con el corazón, pero también empleamos la cabeza. Y cuando combinamos las dos cosas, así somos sentipensantes”. Concepto tan sencillo, cierto, se entiende, es muy bonito[...].*<sup>22</sup>

Sentipensando, estes ribeirinhos precisam saber aturar o sofrimento e, por isso, se inspiram na espécie de tartaruga “*hicotea*” (encontrada, sobretudo, na Colômbia e na Venezuela) que sabe se proteger imobilizada durante meses, em meio à lama, da seca com o nível da água do rio abaixando, mas volta a viver com plena energia quando a água volta. Borda conta do diálogo com ribeirinhos cuja vivência conheceu de perto:

*“Hombre hicotea. Hombre que aguanta los reveses de la vida por que sabe esperar su momento. Somos hombres hicoteas. Sofrimos mucho, pero tambien gozamos. [...] Apesar de nuestra pobreza dicen, va ganando la alegria.”*

O antropólogo colombiano-estadunidense Arturo Escobar inspira-se nos trabalhos de Orlando Fals Borda em “Sentipensar con la tierra” (2014, p. 16):

22 Esta citação, como as do parágrafo anterior e a citação a seguir, são transcrições feitas de um vídeo no qual Borda explica as origens do *sentipensamiento* e do *hombre hicotea*. A data da gravação não está indicada. O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LbJWqetRuMo>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

*Sentipensar con el territorio implica pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar, como bien lo enuncian colegas de Chiapas inspirados en la experiencia zapatista; es la forma en que las comunidades territorializadas han aprendido el arte de vivir.*

### **“[...] Impossível entender uma vizinhança sem ser um vizinho”: *action oriented social research***

A partir da década de 1960, a Geografia de língua inglesa, sobretudo nos EUA, abriu-se cada vez mais para influências das mobilizações em curso à época e, com isso, do pensamento crítico. Geógrafos cada vez mais viram a necessidade, além de tratar de conflitos e lutas sociais como tema na Geografia, de desenvolver instrumentos para poderem se envolver ativamente neles. Um desses geógrafos foi William Bunge, que propôs uma redescoberta do conhecimento e da práxis geográficos. Bunge mesmo procurou fazê-lo, apropriando-se do método investigativo da *expedition* (*expedição*), radicalizando seus objetivos e a relação com o meio por ela estabelecida. Convocou e realizou *expeditions*:

*[...] para as áreas mais pobres, contribuindo mais do que tomando, planejando junto (mais do que para) às pessoas. [...] Moradores locais deveriam receber treinamento em habilidades geográficas [...] em vez de serem vistos como objetos de estudo.*<sup>23</sup> (PEET, 1998, p. 73).

O interessante da atitude de Bunge foi redefinir práticas geográficas clássicas, o que aponta, como na discussão do *operaísmo*, para uma questão importante para os movimentos sociais em geral: até que ponto e como é possível se apropriar de técnicas científicas (e o conhecimento por elas gerado) desenvolvidas sob as lógicas do saber dominante (muitas vezes para reforçar formas de exploração e dominação)?

<sup>23</sup> Tradução livre. No original: “[...] to the poorest areas, contributing rather than taking, planning with (rather than for) people. [...] Local people should be trained in geographic skills so they could become part of the solution rather than being objects of study”.

Bunge responde esta pergunta ao tomar o método da “expedição” como ponto de partida, mas para ir além do que ela se propõe a ser tradicionalmente. Ele reivindicou que, além dos geógrafos irem como externos para analisar a situação num dado local, como áreas pobres que normalmente foram visitados para fazerem entrevistas, observações em campo e mapeamentos para depois voltar para as universidades para escrever relatos, eles deveriam ir para “as regiões” e ganhar uma sensibilidade pela “região” ao tornarem “as regiões suas regiões”:

*Ele [o geógrafo] sabe o que as pessoas na região precisam em termos geográficos ao se tornar uma pessoa da região. Ele mora ali, trabalha ali, tem sua família ali, o seu destino é o destino deles.*<sup>24</sup> (BUNGE, 1977, p. 37).

Em outro lugar, Bunge (2011, p. XXV) reforça essa posição ao defender que seria “impossível entender uma vizinhança sem ser um vizinho”.<sup>25</sup>

Os geógrafos ingleses Duncan Fuller e Rob Kitchen (2004, p. 2) dão tributo a Bunge por ter, de fato, tentado colocar em prática o que reivindicava:

*Somente poucos geógrafos, como Bill Bunge e Bob Colenutt, parecem ter pisado na rua.*<sup>26</sup>

Ao mesmo tempo, Bunge admite que se tornar alguém da região não era tarefa fácil sob o cuidado de não negar suas próprias raízes, mas com a possibilidade da identificação orgânica com as causas de pessoas de uma dada área, a relação de poder entre geógrafos e moradores da área também tornar-se-iam outra (FULLER; KITCHEN, 2004, p. 2). Ao depender diretamente da comunidade, a relação de poder mudaria, o geógrafo ele mesmo dependeria da relevância e do impacto de suas pesquisas, de sua atuação como geógrafo, junto a outros moradores da área (BUNGE, 1977).

24 Tradução livre. No original: “He [the geographer] knows what the people in the region need geographically by becoming a person of that region. He lives there, works there, has his family there, his fate is their fate”.

25 Tradução livre. No original: “[...] impossible to understand a neighborhood without being a neighbor”.

26 Tradução livre. No original: “Only a few geographers, such as Bill Bunge and Bob Colenutt, appeared to take the step onto the street”.

Em 1969, Bunge funda a *Detroit Geographical Expedition and Institute* (DGEI, Expedição e Instituto Geográficos de Detroit), com a intenção de intervir diretamente na sociedade de forma inusitada e de inserir moradores das localidades pesquisadas nas equipes do instituto (HEYNEN; BARNS, 2011, p. XI). Em geral, com sua postura e prática geográfica, Bunge causou muita polêmica na época e tensionou a institucionalidade de seu meio a tal ponto que acabou sendo demitido pela Universidade Estadual de Wayne (EUA), onde lecionava. Mas não por isso deixou de fazer Geografia, fundou a *Society for Human Exploration* (Sociedade para a Investigação Humana), onde se propôs a atuar em três áreas: educação, publicações e expedições (mantendo-se fiel à ideia da redefinição de práticas geográficas clássicas) às áreas dos oprimidos. Mesmo que a atuação não tenha se estabelecido em longo prazo, até meados dos anos 1970 Bunge manteve sua atuação conforme sua proposta de Geografia como intervenção social, indo para o Canadá em 1972, onde foi cofundador da *Toronto Geographical Expedition*.

Em *Fitzgerald: geography of a revolution* (2011), Bunge apresenta um retrato denso, vivo e dinâmico do bairro Fitzgerald, em Detroit, baseado no que identifica como regionalização do urbano, um tipo de Geografia regional de uma área urbana (Ibid., p. XXV). No prefácio da reedição, o geógrafo estadunidense Nik Heynen e o geógrafo inglês radicado no Canadá Trevor Barns (2011, p. XII) apontam para o que tomam como legado da atuação geográfica proposta por Bunge:

*[...] a disciplina [...] cada vez mais adotou a visão que geógrafos deveriam participar ativamente e interagir com as comunidades que estudam. Adotou a visão que não existe uma perspectiva como vista pelo olho de Deus do tipo que alguns universais matemáticos prometem. Muito mais estamos todos juntos a nível da superfície. Pesquisa não é alguma atividade especializada pura, reservada a alguns especialistas de elite. Mas ela deve ser exercida coletivamente, e pelo interesse comum de todos.*<sup>27</sup>

27 Tradução livre. No original: “[...] the discipline [...] has increasingly come around that geographer’s should actively participate and interact with the communities they study. It has come around to the view that there is no God’s eye view of the kind that mathematical universals promise. Instead we are all together at ground level. Research is not some specialized

A Geografia Crítica estabeleceu-se, assim, como uma corrente importante da Geografia norte-americana, e as formas de se fazer Geografia radical deixaram de incomodar a ponto de geógrafos serem até demitidos, como no caso de Bunge. Enquanto a perspectiva crítica se difundia, abordagens que reivindicavam a inserção direta em práticas de luta acabaram recebendo cada vez menos atenção. Somente aproximadamente duas décadas depois, a partir da década de 1990, o interesse pela ação voltou com mais força ao se formar um campo na Geografia de língua inglesa inspirado no *action research* (pesquisa-ação) de outras áreas das Ciências Sociais.

*Na pesquisa geográfica, códigos éticos tenderam a se preocupar em não ter impacto negativo, e não sobre a necessidade de terem impacto positivo.*<sup>28</sup> (PAIN, 2004, p. 657).

*Como parte do problema, temos que participar da solução.*<sup>29</sup> (FULLER; KITCHEN, 2004, p. 2).

É num espírito de não somente não influenciar negativamente, mas de tentar participar e influenciar ativamente, que a Geografia anglófona se abre novamente para as propostas da pesquisa-ação. A geógrafa inglesa Rachel Pain (2003, p. 649) constata que a *critical action geography* (Geografia crítica da ação) teria se tornado um campo cada vez maior dentro da Geografia social, possibilitando articular o estudo às práticas estudadas. Impulsos importantes neste processo vieram de experiências de pesquisa do âmbito feminista e de gênero, onde as pesquisas têm como objetivo não somente identificar relações de opressão, mas de participar nas tentativas de enfrentá-las e superá-las. Para isso, a participação na pesquisa deveria fortalecer a situação das mulheres contra a opressão de gênero (FULLER; KITCHEN, 2004, p. 3).

pure activity, the preserve of a few elite experts. But it needs to be carried out collectively, in the interest of everyone”.

28 Tradução livre. No original: “In geographical research, ethical codes have tended to be about having no negative impacts, not about the need to have positive impacts”.

29 Tradução livre. No original: “As part of the problem, we must participate in the solution”.



*Pesquisadoras sociais feministas estiveram entre os primeiros a exigir que pesquisadores se posicionassem quando discutindo seus projetos de pesquisa.*<sup>30</sup> (BROWNE et al., 2010, p. 586).

No início da década de 2000, os debates acerca da *action research* na Geografia de língua inglesa intensificaram-se, como mostram as contribuições apresentadas na conferência “*Beyond the Academy? Critical Geographies in Action*” (Para além da academia? Geografias Críticas em ação) (FULLER; KITCHEN, 2004). Pain (2004) vê na crescente importância dada à ação uma reação às críticas da Geografia Crítica e Radical, de até então não ter ido para além da elaboração de bases empíricas e a formulação de teorias, e, não negando a importância destas tarefas, vê na *action geography* uma proposta de somar a estes trabalhos e possibilitar uma participação mais direta nas práticas de resistência.

*A questão-chave para geógrafos sociais é para quem a pesquisa é relevante – trata-se de servir e informar os poderosos a ajudar aprimorar políticas institucionais, ou se trata de representar e empoderar grupos de pessoas marginalizados?*<sup>31</sup> (PAIN, 2003, p. 651).

Com a ampliação do campo da *action research* na Geografia, multiplicaram-se experiências para conectar envolvimento em lutas de resistência e atividades de pesquisa. Pain (2004, p. 655) relata que temáticas como ocupações urbanas, sem-teto, imigração, antirracismo, saúde, espaços públicos e exclusão seriam as principais abordadas por “geógrafos em ação” (CRANG, 2003, p. 496). Os geógrafos ingleses Jenny Pickerill e Paul Chatterton (2006, p.1) elaboram uma proposta de *autonomous geographies* (Geografias Autônomas) para denominar e analisar espaços nos quais pessoas:

30 Tradução livre. No original: “Feminist social researchers in geography were amongst the first to argue for researchers to position themselves when discussing their research projects”.

31 Tradução livre. No original: “A key question for social geographers is, to whom research is relevant – is it about servicing and informing powerful groups and making policies work better, or about representing and empowering marginalized people”.

[...] *desejam constituir formas não capitalistas, igualitárias e solidárias da organização política, social e econômica através de uma combinação de resistência e criação.*<sup>32</sup>

Chatterton (2008) discute sua posição do que chama de *public activist-scholar* (acadêmico-ativista público), numa proposta de defender a correlação de atividade acadêmica e ativismo.<sup>33</sup> Chatterton, junto a seus colegas Duncan Fuller e Paul Routledge, trabalha diretamente com abordagens de investigação-ação participativa como método de suas *activist geographies* (Geografias ativistas) (CHATTERTON et al., 2007), uma Geografia que está “[...] preocupada com a ação, a reflexão e o empoderamento para desafiar relações de opressão”<sup>34</sup> (ROUTLEDGE, 2009, p. 1). Routledge (2015), ao discutir a relação de “*geography and social movements*” (Geografia e movimentos sociais), destaca a importância da perspectiva geográfica da atuação dos movimentos sociais no espaço e o engajamento dos geógrafos junto aos movimentos.

Geografia ativista também é o ponto de referência para Don Mitchell (2006), que formula uma proposta de popularizar Geografias radicais no âmbito do People’s Geography Project (Projeto de Geografia popular), onde também faz referência ao trabalho de Bunge (2011) sobre o bairro periférico Fitzgerald, alegando que, lendo esse livro mais de 30 anos depois de escrito, seria difícil entender a esperança que Bunge teve em um ativismo progressista e que esse poderia, de fato, “*change the world*” (mudar o mundo).

32 Tradução livre. No original: “[...] desire to constitute non-capitalist, egalitarian and solidaristic forms of political, social, an economic organization through a combination of resistance and creation”.

33 O ativismo aqui remete a um conceito de ativismo muito difundido no norte global, baseado em uma abordagem voluntarista da ideia de atuação transformadora, onde o sujeito assume a postura de ativista individualmente sugerindo que, quanto mais seguirem o seu exemplo, maior a chance de transformação. Essa forma de ativismo parece estar, ao menos em parte, desvinculada da questão das relações e da luta de classes em sua dimensão coletiva no sentido amplo e, por isso, se difere do que chamo neste trabalho de militância. O uso deste termo em geral é menos comum nos Estados Unidos do que o termo ativismo.

34 Tradução livre. No original: “[...] concerned with action, reflection, and empowerment in order to challenge oppressive power relations”.

### **“Um foco na luta a partir da perspectiva da luta”: militant research**

[Pesquisa militante pode ser definido como] o lugar onde academia e ativismo encontram-se na busca de novos caminhos de atuação que levem a novas formas de pensamento. Há uma ampla gama de advocacy research nas universidades que comenta sobre e acerca de ativismo sem a expectativa de envolvimento direto com o mesmo. “Militant research” trabalha nos e junto aos movimentos dos quais trata.<sup>35</sup> (MILITANT RESEARCH COLLECTIVE, 2013, s.p., grifo meu).

Apesar da existência de uma diversidade de elaborações de pesquisa-ação no mundo anglófono, o próprio conceito de *research militancy* é considerado recente pelos organizadores do “*Militant Research Handbook*” (Manual de Pesquisa Militante). Isso talvez se expresse também no fato de os organizadores, na introdução deste pequeno manual, explicarem ou até justificarem o porquê do uso do termo “militância”, fazendo referência tanto a Martin Luther King, que teria relacionado o termo militância à persistência e, com isso, ao equilíbrio muito mais do que à violência, quanto aos processos de luta na Argentina e na Espanha, onde a *militancia de investigación* teria ganhado importância desde 2001.

Em termos recentes e numa perspectiva internacional, a cientista de história da arte estadunidense Joan Saab (2013, p. 6-7) vê como referências para práticas de *militant research* o Colectivo Situaciones da Argentina; o Observatório Metropolitano da Espanha; o coletivo Mosireen, do Egito; os coletivos Sarai e RAQS Media Collective, da Índia; e o grupo TIDAL: Occupy Theory, Occupy Strategy<sup>36</sup> (Ocupe teoria, ocupe estratégia). Saab (Ibid.) cita o *mission statement* (missão) deste último:

35 Tradução livre. No original: “[...] the place where academia and activism meet in the search for new ways of acting that lead to new ways of thinking. There is a wide range of advocacy research in universities that comments on and about activism without expecting the work to be directly engaged with it. Militant research works in and with the movements it is concerned with”.

36 Os sites dos grupos na sequência em que aparecem no texto: <<http://colectivosituaciones.blogspot.com.br>>; <<http://observatoriometropolitano.org>>; <<http://mosireen.org>>; <<http://www.sarai.net>>; <<http://www.raqsmediacollective.net>>; <<http://www.tidalmag.org>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

*Em “Tidal”, teoria é um meio de análise que nos possibilita coletivamente entender melhor a nossa situação. Estratégia segue. [...] Ação significa busca e criação de rupturas da ordem existente.*<sup>37</sup>

“Pesquisa para quem?”, pergunta em seguida no mesmo manual o cientista social estadunidense Andrew Ross (2013, p. 9) ao discutir a diferença entre *advocacy research* e *militant research*. Para ele, *militant research*:

*[...] mais frequentemente [...] envolve a participação ativa e comprometida do pesquisador no movimento político de seus sujeitos. Em oposição, por exemplo, à observação participante, um método favorecido entre etnógrafos, pesquisa militante envolve participação por convicção, onde pesquisadores têm um papel nas ações e compartilham os objetivos, as estratégias e a experiência de seus companheiros devido às suas próprias convicções, e não meramente porque essa conduta apresenta um caminho conveniente para obter seus dados [de pesquisa].*<sup>38</sup>

Para uma relação sincera entre pesquisador militante e movimento social, Ross aponta para a importância de um compromisso de confiança a longo prazo, um comprometimento mútuo e o engajamento político. Experiências, Ross (2013) traz de uma pesquisa militante no movimento contra o endividamento individual apontando para o potencial do uso da pesquisa militante quando conduzida pelo próprio movimento social. Sua tarefa seria de:

*[...] avaliar como a expressão de sentimentos pela parte dos endividados pode ser analisada para formar uma força efetiva contra o poder organizado da indústria das finanças.*<sup>39</sup> (Ibid., p. 9).

37 Tradução livre. No original: “In Tidal, theory is a means of analysis that can enable us to collectively better understand our situation. Strategy follows. [...] Action means the search for, and creation of ruptures in the existing order”.

38 Tradução livre. No original: “[...] more often than not [...] entails the researchers’ active and committed participation in the political movement of their subjects. As opposed, say, to participant-observation, which is a favored method among ethnographers, militant research involves participation through by conviction, where researchers play a role in actions and share the goals, strategies, and experience of their comrades because of their own committed beliefs and not simply because this conduct is an expedient way to get their data”.

39 Tradução livre. No original: “[...] gauge how the mass expression of sentiment on the

O Team Colors Collective, em apresentação de uma oficina sobre pesquisa militante, define o que entende ser *militant research*:

*Militant research e co-research fornecem uma gama de ferramentas – isto é conceitos, técnicas e mecanismos – que contribuem com estruturas existentes em movimentos radicais ao acrescentar componentes de pesquisa e ao assumir a função direta na produção de conhecimento e de estratégias que estão em ressonância com campanhas, organizações e iniciativas dos movimentos sociais. Nisso, “militant” e “co-research” fornecem “um foco na luta a partir da perspectiva da luta”.<sup>40</sup> (grifos meus).*

O sociólogo e anarquista estadunidense Stephven Shukatis, junto ao antropólogo e anarquista David Graeber, na compilação *Constituent imaginations. Militant investigations, collective theorization* (Imaginações constituintes, investigações militantes, teorizações coletivas), ampliam este conceito, relacionando *research militancy* tanto a um método da ação política como a uma forma de [geração] de conhecimento:

*Militant research não é meramente uma tarefa especializada, um processo que envolve aqueles tradicionalmente pensados como serem os pesquisadores. É uma intensificação e um aprofundamento do político. Militant research parte de compreensões, experiências e relações geradas através de organizar [suas lutas], como método da ação política e como forma de conhecimento.<sup>41</sup> (SHUKATIS; GRAEBER, 2007b, p. 9, grifos meus).*

part of the indebted can be channeled and shaped into an effective counter force against the organized power of the finance industry”.

40 Tradução livre. No original: “Militant and co-research provides a set of tools – that is concepts, techniques and mechanisms – that contribute to existing frameworks in radical movements by adding research components and by taking a direct role in producing knowledge and strategies that resonate with movement campaigns, organizations, and initiatives. Here militant and co-research provides ‘a focus on struggle from the perspective of struggle’”. Introdução a uma oficina de “Militant and Co-research” realizado pelo Team Colors Collective em 2009. Disponível em: <<http://teamcolors.wordpress.com/2009/06/08/workshop-what-is-militant-research/>>.

41 Tradução livre. No original: “Militant research is not a specialized task, a process that only involves those who are traditionally thought of as researchers. It is an intensification and deepening of the political. Militant research starts from the understandings, experiences, and relations generated through organizing, as both a method of political action and as a form of knowledge”.

Em geral, *militant research* inspira-se em experiências tais como a do movimento *operaísta* na Itália ou a do Colectivo Situaciones na Argentina pós-protestos de 2001, ambos discutidos neste trabalho, e inserem-se em contextos de ativismo político, em sua maioria no contexto urbano no norte global. Experiências mais recentes foram feitas em relação aos chamados movimentos *occupy* (HARVEY et al., 2012), ocupando praças e ruas de diversas cidades do norte global com inspiração nos protestos de Nova York de 2012 contra a dominação e influência política de bancos e empresas financeiras multinacionais. Com estas novas formas de luta surgiram novos desafios de geração de conhecimento e, com isso, de pesquisa, aos quais coletivos como o Militant Research Collective<sup>42</sup> ou o Occupy Research Collective<sup>43</sup> dispõem a buscar respostas. Outro coletivo, o Counter Cartographies Collective (Coletivo de Contra-cartografias), focaliza em seu trabalho o papel da cartografia e sua importância como ferramenta de transformação social buscando elaborar “*Mapping as (cartografar como) militant research*”, tendo também como referência as experiências citadas acima (COUNTER CARTOGRAPHIES COLLECTIVE, 2012). Cartografias ativistas, como ferramenta de geógrafos juntos aos movimentos sociais, também são amplamente discutidas pelo geógrafo alemão Severin Halder (2018), que destaca o seu potencial em trabalhos comunitários e de bairro, como no caso do movimento de agricultura urbana em Berlim e em outras cidades da Europa e da América Latina. Halder integra o coletivo Oranotango (Berlim), um “coletivo para educação crítica e protesto criativo” que trabalha com cartografias coletivas, sobretudo em apoio a ativismos urbanos, e elaborou um pequeno manual para práticas de cartografias críticas.<sup>44</sup> Este manual, por sua vez, é inspirado no “Manual de mapeo colectivo” do coletivo Iconoclasistas, da Argentina, precursor e principal referência na área de cartografias críticas junto aos movimentos sociais que também se dedica ao que chama de “investigações colaborativas”.<sup>45</sup>

42 Disponível em: <<http://militantresearchcollective.org/MRC/Home.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

43 Disponível em: <<http://occupyresearchcollective.wordpress.com/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

44 Site do coletivo: <<http://oranotango.info/>>. O manual está disponível em alemão, francês e italiano: <<http://oranotango.info/projekte/kollektives-kartieren/handbuch/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

45 Site dos Iconoclasistas: <<http://www.iconoclasistas.net/>>. O “Manual de mapeo colec-

## **“A partir de la potencia de estos saberes subalternos”: militancia de investigación**

*Situaciones pretende ser un proyecto de lectura “interna” de las luchas, una fenomenología (una genealogía) y no una descripción “objetiva”. Porque sólo de esta forma el pensamiento asume una función creadora, afirmativa, para dejar de ser una mera reproducción de lo existente. Y porque sólo en esta fidelidad con la inmanencia el pensamiento es aporte real, dinámico, lo cuál es todo lo contrario de la elaboración de un programa o un esquema que encasille y sature las prácticas. (COLECTIVO SITUACIONES 2001, contracapa).*

O trabalho do Colectivo Situaciones surge na América Latina em um momento de insurgência marcante. “Que se vayan todos!”, declaram em dezembro de 2001 centenas de milhares de argentinos em protestos fulminantes que tomaram as ruas, com destaque à capital Buenos Aires. Se o coletivo já tinha se formado e atuado antes desta data, influenciado pela crise social e política que estava se agravando aos finais da década de 1990 na Argentina, certamente suas reflexões e também a sua visibilidade receberam um impulso significativo, como em geral a reflexão das lutas recebeu contribuições instigantes, pela experiência desta revolta popular argentina de 2001 (COLECTIVO SITUACIONES 2002, 2003, 2004; TOUZA; HOLDREN, 2007). Ao mesmo tempo em que inspirados, os integrantes, em sua função de universitários e ativistas, se viram diante de um entrave: como compreender o novo à base do velho? Qual método utilizar para não somente compreender, mas pensar e intervir junto aos movimentos sociais?

*Sino que da lugar a lo que decía Gilles Deleuze “la creación como resistencia, la resistencia como creación”. Creo que lo mismo podríamos decir de cada una de las otras experiencias que estamos investigando. Y nosotros consideramos que el mismo colectivo nuestro, es una experiencia que consiste en resistir y crear, crear resistiendo en el terreno del pensamiento vinculado a la práctica. (COLECTIVO SITUACIONES, 2005, p. 169).*

tivo” está disponível em espanhol: <[https://issuu.com/iconoclasistas/docs/manual\\_de\\_mapeo\\_2013](https://issuu.com/iconoclasistas/docs/manual_de_mapeo_2013)>; e inglês: <[https://issuu.com/iconoclasistas/docs/manual\\_mapping\\_ingles](https://issuu.com/iconoclasistas/docs/manual_mapping_ingles)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

O “ponto de partida” do grupo foi a questão de como relacionar o compromisso militante como elemento diretamente político com o vínculo com a universidade e processos de geração de conhecimento de seus membros. Elaborou então uma proposta e práticas de uma *militancia de investigación*:

*El grupo, entonces, se desarrolla revisando esta doble faz de su existencia: aquella que surgía de revisar la propia práctica militante, y aquella otra que se preguntaba por los modos en que la práctica política se vincula “desde adentro” con la producción de saberes efectivos. (COLECTIVO SITUACIONES, 2004, p. 97).*

Nesse processo, o grupo formula perguntas que orientam as suas reflexões: Com quais dispositivos perceptivos e conceituais poderiam ser capturados à emergência de novos elementos de sociabilidade, se, para isso, seria necessário elaborar uma nova forma de sentir e de pensar? Como se vincular à fragilidade de seu surgimento sem correr o risco de neutralizá-los (mesmo sem querer) (Ibid., p. 99)? Em contato com as dinâmicas dos processos de resistência, o coletivo viu a necessidade de se preocupar com a questão de como construir uma relação de quem se propõe a pesquisar e escrever *sobre*, e com isso fixar em palavras o que vivencia, sem reproduzir relações vanguardistas ou objetivadoras com os processos refletidos.

*Como articular los puntos de potencia y creación sin gestar una unidad jerarquizante que se encargue de “pensar” por “todos”, de “dirigir” a “todos”? Como trazar líneas de resonancia dentro de las redes resistentes sin subordinar ni subordinarse? (Ibid., p. 99).*

Nesse contexto, o Colectivo Situaciones entende as ideologias como um cimento constituinte de coesão que deve ser dissolvido, vindo na idealização que existe *a priori* uma força destrutiva. Com isso, pretende valorizar a importância do momento, e coloca-se a questão:

*[...] cómo trabajar a partir de la potencia de lo que es y no a partir de la diferencia entre lo que es y lo que “debería ser” (ideal)? [...] La MI [militancia de investigación] no extrae el compromiso de un modelo de futuro, sino de una búsqueda de la potencia en el presente. (Ibid., p. 101, grifos no original).*



Não saber de antemão dos resultados de um processo de construção coletiva, de uma luta, traz uma riqueza dos processos, e a *militancia de investigación* deve se inteirar neles, fortalecendo a busca aberta, sem fechá-la para forçadamente chegar a conclusões ou respostas precipitadas e imaturas. Para tal, o coletivo insiste em uma postura antiutilitária ao desenvolver uma proposta de *militancia de investigación*, onde os pesquisadores somente sabem como começar não com a finalidade de ir em busca de respostas, e sim de capacidades, e com o objetivo de potencializar as práticas que se refletem, que são acompanhadas sob preocupação permanente de rompimento da diferença entre “nós” e “eles” (Ibid., p. 101-103). Dizem claramente que uma investigação militante não tem objeto de pesquisa.

*Así, el universo de los dominados existe escindido: como un servilismo activo y una subordinación voluntaria, pero también como un silencioso lenguaje que hace circular un conjunto de chistes, rituales y saberes que conforman los códigos de la resistencia.*

*Y bien, es esta anterioridad de las resistencias lo que da pertinencia a la fundación de la figura del Militante Investigador, cuya pretensión es desarrollar una labor teórica y práctica orientada a coproducir los saberes y los modos de una sociabilidad alternativa, a partir de la potencia de estos saberes subalternos. (COLECTIVO SITUACIONES, 2003, s.p.).*

Em termos conceituais, a *militancia de investigación* proposta pelo Colectivo Situaciones baseia-se na hipótese da possibilidade e necessidade da construção de contrapoder, dando destaque, nesta construção, à importância de saberes subalternos, o próprio militante investigador devendo relacionar-se com estes saberes se mantendo fiel a uma postura do “não saber”, o que, nas palavras do coletivo, em referência ao filósofo e educador francês do século XVIII Joseph Jacotot, significaria uma antipedagogia. Importantes ferramentas da *militancia de investigación* são *oficinas* e *lecturas colectivas*, fundadas em *experiencias* concretas de luta. O caráter militante da investigação dar-se-ia baseado em quatro condições: (1) o caráter da motivação que sustenta a investigação, (2) o caráter prático da investigação, (3) o valor do investigado e (4) seu procedimento efetivo, no qual seu desenvolvimento já é parte do resultado. Valores importantes que fundam

toda a proposta de investigação militante, afinal, são o amor e a amizade, que colocam a importância da qualidade acima da quantidade e que fazem com que o compromisso da investigação militante vá para além de uma *articulación* de cunho intelectual, ganhe forma como uma *composición*, o que os integrantes do Colectivo Situaciones entendem como algo mais intenso do que qualquer compromisso meramente político ou ideológico (COLECTIVO SITUACIONES, 2003).

Na introdução da tradução de um dos principais textos do coletivo sobre a *militancia de investigación* (COLECTIVO SITUACIONES, 2004), os tradutores de um de seus textos para o inglês, o cientista político argentino Sebastián Touza e o historiador canadense Nate Holdren (2007), perguntam ao Colectivo Situaciones com qual termo deveriam traduzir *militancia de investigación*, “*militant research*” ou “*research militancy*”: “ambos”, o Colectivo Situaciones responde, afirmando que pensam essa atividade no sentido de um movimento duplo:

[...] para criar caminhos de sermos militantes que escapamos das certezas políticas estabelecidas a priori e que abraçamos política como pesquisa (neste caso, seria “*research militancy*”), e, ao mesmo tempo, de inventar formas de pensar e produzir conceitos que rejeitam precedimentos acadêmicos, soltam-se da imagem de um objeto a ser conhecido e colocando o sujeito no centro da experiência (neste caso, seria “*militant research*”).<sup>46</sup> (Ibid., p. 74).

Na mesma introdução, os tradutores apontam para a importância dos conceitos de potência e poder, inspirados em trabalhos do psicólogo e psicanalista argentino Daniel Benasayag, do qual o próprio Colectivo Situaciones adotou a figura do *militante investigador* que aparece em um trabalho que Benasayag publicou, em 2000, junto ao cientista político argentino Diego Sztulwark: *Política y situación: de la potencia al contrapoder* (CO-

46 Tradução livre. No original: “[...] to create ways of being militants that escape the political certainties established a priori and embrace politics as research (in this case, it would be ‘research militancy’), and, at the same time, to invent forms of thinking and producing concepts that reject academic procedures, breaking away from the image of an object to be known and putting at the center subjective experience (in this case, it would be ‘militant research’).”

LECTIVO SITUACIONES, 2003, nota de rodapé 2). Negando a hipótese da tomada de poder, a militância de investigação buscaria fortalecer potências que levam à fundação do contrapoder. Os tradutores do texto “Algo mas sobre la militancia de investigacion: Notas al pie sobre procedimientos e (in)decisiones”, do Colectivo Situaciones, Touza e Holdren (2007, p. 79), apontam que a:

*Militância de investigacion é uma composição de vontades, uma tentativa de criar o que Spinoza chama de paixões alegres, que partem e aumentam a potência de todas e todos envolvidos. Tal perspectiva somente é possível ao admitir desde o início que não se tenham respostas, e, ao fazer assim, abandonar o desejo de guiar outros ou de ser visto como especialista.<sup>47</sup>*

47 Tradução livre. No original: “Research militancy is a composition of wills, an attempt to create what Spinoza called joyful passions, which starts from and increases the power (potencia) of everyone involved. Such a perspective is only possible by admitting from the beginning that one does not have answers, and, by doing so, abandoning the desire to lead others or to be seen as an expert”.

## CAPÍTULO 3

# Saberes e sujeitos em movimento

### Desconstruir para reconstruir: diálogo de saberes

*O pensamento é posto como apropriação humana do real, engendrado pelas atividades cotidianas, pelo trabalho. Sendo a realidade e o conhecimento movimento, qualquer saber é sempre aproximativo: sendo absoluto e relativo, pois é a apropriação possível naquele momento concreto, porém é ultrapassado (como momento imóvel) pelo próprio movimento da realidade. (MORAES, 1997, p. 47).*

*Para que então serve teoria? Essa é uma questão que melhor é respondida ao ir caminhando num processo constante de circulação e movimento que começamos aqui, seguindo os passos de muitos que vieram antes de nós.<sup>1</sup> (SHUKATIS; GRAEBER, 2007a, p. 33).*

Ao pôr Geografias em movimento e investigar em ação, entramos em diálogo com uma diversidade de sujeitos e seus saberes, e ganha importância, numa perspectiva emancipatória, qual relação estabelecemos entre esses saberes: como aprendemos e como compartilhamos o que aprendemos, como geramos saberes em um sentido coletivo, inter e trans-sujeito, e como estes saberes alimentam nossas práticas, que, por sua vez, realimentam as nossas reflexões, em busca de superar em vez de reafirmar hierarquias e relações de dominação.

Boaventura de Sousa Santos (2009), inspirado – entre outras – nas experiências dos Fóruns Sociais Mundiais, sobretudo nos primeiros anos de sua

<sup>1</sup> Tradução livre. No original: “What then is theory for? It is a question that is best be answered through walking, through a constant process of circulation and movement that we begin here, following in the footsteps of many who have come before us”.

realização (a partir de 2001), discute este universo de questões no âmbito da questão da “ecologia de saberes”:

*Não se trata de “descredibilizar” as ciências nem de um fundamentalismo essencialista “anticiência”; como cientistas sociais não podemos fazer isso. O que vamos tentar fazer é um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica.* (SOUSA SANTOS, 2011, p. 32).

Pôr Geografias em movimento, neste sentido, significa conectar-se com a ideia da ecologia de saberes, buscando estabelecer um diálogo de uma diversidade de saberes e suas práticas. Podemos tomar como ponto de partida uma proposta de diálogo entre “saberes científicos”, “saberes dos movimentos sociais” e “saberes dos espaços populares urbanos”, que corresponderiam respectivamente à dimensão do fazer geográfico, da militância e da convivência nos territórios das classes periféricas.

*Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do ar, dos homens.* (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 11).

O mundo vive uma hierarquização histórica e violenta entre epistemes, onde o saber científico ocidental, o saber do homem branco do norte global, é considerado O Saber; um saber, portanto, dominante e dominador, que se constrói baseado no que Sousa Santos (2009) vem denominando de “epistemicídio”. Como enfrentar a relação altamente desigual entre saberes resultante deste processo se optamos por envolver-nos no nosso fazer com uma das instituições-chave na construção e (re)afirmação da legitimidade do saber dominante? Como partir de um envolvimento com a academia e mesmo assim se propor a um diálogo não hierárquico de saberes? Penso que a busca por pistas de como responder a estas questões deve passar por um movimento epistêmico duplo.

O primeiro é um “movimento de desconstrução”<sup>2</sup>. Precisamos desconstruir, com vigor, a ideia de que, supostamente, o saber científico ocidental-eurocêntrico teria uma importância maior diante de outros saberes, teria mais autoridade ou levaria a uma maior responsabilidade ao entrar em diálogo com processos de prática e seus saberes. Para ser possível desconstruir esta ideia, é necessário um amplo e profundo processo de reflexão (auto) crítica da forma ocidental e dominante de se pensar e de se fazer ciência. Estamos falando, com isso, de uma dimensão histórica e geográfica que abrange séculos e relações geopolíticas desde os primeiros dias de uma colonização sangrenta e violenta em que se baseia o chamado processo “civilizatório”, o que no caso da América Latina está bem expresso nas palavras do sociólogo venezuelano Edgar Lander (2005, p. 8):

*La conquista ibérica del continente americano es el momento fundante de los dos procesos que articuladamente conforman la historia posterior: la modernidad y la organización colonial del mundo. Con el inicio del colonialismo en América comienza no sólo la organización colonial del mundo sino -simultáneamente- la constitución colonial de los saberes, de los lenguajes, de la memoria y del imaginario. Se da inicio al largo proceso que culminará en los siglos XVIII y XIX en el cual, por primera vez, se organiza la totalidad del espacio y del tiempo -todas las culturas, pueblos y territorios del planeta, presentes y pasados- en una gran narrativa universal.*

Carlos Walter Porto Gonçalves (2002, p. 218) reforça o caráter da hierarquização de saberes ao dizer que:

*[...] o pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos.*

2 Não tenho formação filosófica suficiente e aqui não é o lugar de aprofundar a ideia deste conceito no sentido como proposto por Jacques Derrida, porém, a sua ideia de desconstruir um texto – isto é, não destruí-lo, mas decompô-lo e desmontá-lo – inspira a ideia de desconstrução da nossa concepção dos saberes científicos. Decompor e desmontar para recompor e remontar os nossos saberes, em processos cíclicos e constantemente, pode ser o movimento capaz de abri-los a um diálogo de saberes.

O pensador descolonial estadunidense Ramón Grosfoguel (2011, s.p.) recorre a um amplo espectro de autores e abordagens descoloniais<sup>3</sup> para formular sua crítica epistemológica do saber científico dominante:

*Os paradigmas eurocêntricos que fundamentaram a filosofia e a ciência ocidental no “sistema mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal” (GROSFOGUEL, 2005; 2006b) pelos últimos 500 anos assumem um ponto de vista universalista, neutro, objetivo. Chicana e estudiosas negras feministas (MORAGA; ANZALDÚA, 1983; COLLINS, 1990), tanto quanto estudiosos terceiro-mundistas dentro e fora dos EUA (DUSSEL, 1977), nos lembram que sempre falamos de uma localização específica dentro das estruturas de poder. Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexo, gênero, espírito, linguística, geográfica e racial do “sistema mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal”. Como afirma a estudiosa feminista Donna Haraway (1988), nossos saberes sempre estão situados. Estudiosas negras feministas chamaram essa perspectiva de “epistemologia afrocêntrica” (o que não é equivalente à perspectiva afrocentrista), enquanto o filósofo de libertação latino-americano Enrique Dussel a chamou de “geopolíticas do conhecimento” (DUSSEL, 1977) e, seguindo Fanon (1967) e Anzaldúa (1987), eu vou usar o termo “corpo-política do conhecimento”.<sup>4</sup>*

3 A relação entre Geografia e pensamento descolonial é amplamente discutida na coletânea “Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico”, organizada por Valter do Carmos Cruz e Denilson Araújo de Oliveira e publicada em 2017 no Rio de Janeiro pela editora Letra Capital.

4 Tradução livre. No original: “The hegemonic Eurocentric paradigms that have informed western philosophy and sciences in the ‘modern/colonial capitalist/patriarchal world-system’ (GROSFOGUEL, 2005; 2006b) for the last 500 hundred years assume a universalistic, neutral, objective point of view. Chicana and black feminist scholars (MORAGA and ANZALDÚA, 1983; Collins 1990) as well as Third World scholars inside and outside the United States (DUSSEL, 1977) reminded us that we always speak from a particular location in the power structures. Nobody escapes the class, sexual, gender, spiritual, linguistic, geographical, and racial hierarchies of the ‘modern/colonial capitalist/patriarchal world-system’. As feminist scholar Donna Haraway (1988) states, our knowledges are always situated. Black feminist scholars called this perspective ‘afro-centric epistemology’ (COLLINS, 1990) (which is not equivalent to the afrocentrist perspective) while Latin American Philosopher of Liberation Enrique Dussel called it ‘geopolitics of knowledge’ (DUSSEL, 1977) and, following Fanon (1967) and Anzaldúa (1987), I will use the term ‘body-politics of knowledge’”.

Pensar e teorizar com o desejo e o objetivo de contribuir com processos (auto)emancipatórios significa conectar-se com esse amplo campo de (auto)críticas *sem* com isso e muito mais *para não* reproduzir a supervalorização do saber científico, ocidental-dominante em geral e independente de sua natureza, crítica ou não, para superar relações de dominação e de colonialidade do saber. É preciso então, dialogando com Sousa Santos (2011, p. 29), um exercício de ir contra e além da:

*[...] monocultura do saber e do rigor: a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico [e que] outros conhecimentos não têm validade nem o rigor do conhecimento científico. Essa monocultura reduz de imediato, contrai o presente, porque elimina muita realidade que fica fora das concepções científicas da sociedade, porque há práticas sociais que estão baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, conhecimentos camponeses, conhecimentos urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos. E, como tal, todas as práticas sociais que se organizam segundo esse tipo de conhecimento são críveis, não existem, não são visíveis. Essa monocultura do rigor baseia-se, desde a expansão europeia, em uma realidade: a da ciência ocidental.*

Um autor que se utiliza da forma científica ocidental para argumentar contra a própria supremacia do pensamento racional europeu do qual deriva é o filósofo austríaco Paul Feyerabend. Este se formou dentro do pensamento do racionalismo crítico e estudou com um de seus defensores mais ferozes, o filósofo austríaco-britânico Karl Heinz Popper, um dos mais influentes filósofos liberais e opositor do filósofo alemão Jürgen Habermas no chamado *Positivismusstreit* (Disputa do Positivismo). Feyerabend, em *Erkenntnis für freie Menschen* (1980) (Conhecimento para homens livres) e *Wider den Methodenzwang* (1983) (Contra o método), argumenta “racionalmente” para contradizer as argumentações “racionais” de Popper. Dialogando com uma ideia de romper com a arrogância do saber científico diante de outras epistemes e formas de compreensão do mundo, Feyerabend (1980, p. 15-16) argumenta:

*Porém, um místico que consegue, através de sua própria força, sair de seu corpo para ir ao encontro com Deus dificilmente vai se impressionar pelo fato de*



*duas crianças da humanidade, cuidadosamente embrulhadas e apoiadas por milhares de escravos científicos e bilhões de dólares, conseguem dar alguns poucos passos bastante estabados sobre uma pedra seca – a lua –, e vai, muito mais, lamentar pela quase total destruição das capacidades espirituais do homem, que são fruto do clima científico-materialista de nossos tempos. Pode-se morrer de rir diante desta intervenção – mas argumentos contra ela, não se tem.*<sup>5</sup>

Michel Foucault (1999, p. 18-19) aponta para a importância de se saber o porquê atrás da postura de defender a superioridade de um discurso científico, no caso de sua crítica do socialismo científico defendido por correntes do marxismo clássico:

*Quais formas de saber vocês querem desqualificar com a suposta cientificidade? Qual falar, qual sujeito de experiência e saber que está discursando vocês querem minorizar, quando dizem: “Eu, que faço este discurso, faço um discurso científico e eu sou cientista?”. Que tipo de vanguarda teórico-política vocês querem colocar no trono, para separá-la da diversidade de formas de conhecimento não articulados que estão em circulação?”*<sup>6</sup>

Nas próprias experiências de investigação militante, podemos observar que, em alguns casos, na forma como “acadêmicos-ativistas” refletem seu

5 Tradução livre. No original: “Aber ein Mystiker, der durch eigene Kraft seinen Leib verlassen und Gott selbst gegenübertreten kann, wird kaum davon beeindruckt sein, da es zwei sorgfältig eingewickelten und nicht besonders gescheiterten Menschenkindern mit der Unterstützung von Tausenden von wissenschaftlichen Sklaven und Milliarden von Dollars gelang, einige unbeholfene Sprünge auf einem trockenen Stein auszuführen – dem Mond –, und er wird die Abnahme und fast völlige Zerstörung der spirituellen Fähigkeiten der Menschen bedauern, die ein Ergebnis des wissenschaftlich-materialistischen Klimas unserer Zeiten sind. Man kann sich natürlich über diesen Einwand zu Tode lachen - Argumente gegen ihn hat man nicht”.

6 Tradução livre. No original: “Welche Arten von Wissen wollt ihr mit dem Anspruch auf Wissenschaftlichkeit disqualifizieren? Welches Sprechen, welches diskursführende Subjekt der Erfahrung und des Wissens wollt ihr minorisieren, wenn ihr sagt; ‘ich, der ich diesen Diskurs halte, halte einen wissenschaftlichen Diskurs und bin ein Wissenschaftler?’ Welche theoriepolitische Avantgarde wollt ihr inthronisieren, um sie aus der Menge der zirkulierenden und unzusammenhängenden Formen des Wissen herauszulösen?”.

papel<sup>7</sup> e o papel de seu conhecimento para os movimentos sociais, acabam dando um peso muito grande à importância do papel do método científico para as lutas sociais:

*Y conviene, en este momento de desafío, que recordemos tanto nosotros como los demás, que se adopta decisión o opción existencial más bien permanente cuando uno decide vivir y trabajar con la IAP. (BORDA; RAHMAN, 1996, p. 16).*

A forma de pesquisa é vista aqui como uma “opção existencial”, no mesmo sentido em que Orlando Fals Borda (2003, p. 103) em outro trabalho chega a conceber a *Investigación Acción Participativa* (IAP) como uma “filosofia de vida” e defende que “sin IAP la democracia tambien no prosperaría. Ambas son hermanas en la acción social y en la concepción intelectual”. Com isso, dar-se à IAP um peso maior talvez do que caberia, por se tratar, antes, de um método específico de pesquisa. Podem ser exclamações que expressam a empolgação, a dedicação e a sinceridade ao mesmo tempo que um desejo referente ao compromisso do cientista com a luta, mas merece um cuidado aqui de não trocar meios e fins, no sentido de que uma afirmação referente à IAP talvez possa ser melhor formulada no sentido de que, sem a luta popular, a democracia não prospera, portanto, a importância da IAP como ferramenta que pode ajudar fazer avançar essa luta.

Uma importância muito grande ao papel da ciência e seu possível poder emancipatório, enquanto saber emancipatório *em si*, foi também dada por pensadores radicais em épocas anteriores, que acreditavam com entusiasmo no espírito libertador do saber científico, como afirma o antropólogo

7 Blomley (1994) por exemplo, em uma breve reflexão acerca da relação academia-ativismo, pergunta: “So can I be an academic and an activist at the same time? If so, how?” (Então, posso ser um acadêmico e ativista ao mesmo tempo?). Se a pergunta é válida, pela forma que Blomley a reflete, ele parece estar, em primeiro lugar, preocupado em como ele poderia conseguir ser um “bom” acadêmico e um “bom” ativista ao mesmo tempo, partindo de uma perspectiva individualista (que pode ser fruto tanto de sua relação com a academia como de sua concepção de ativismo) que remete a um academicismo e parece estar desconectada de uma reflexão maior, como, numa relação genérica, saberes científicos e práticos e sujeitos em movimento(s) poderiam e deveriam estar em diálogo.

go estadunidense James Scott (2012, p. XIII) em *Two cheers for Anarchism* (Duas vivas para o anarquismo), uma obra na qual se refere de forma afirmativa ao mesmo tempo que crítica ao pensamento anarquista:

*Isso quer dizer que rejeito a corrente majoritária do cientismo utópico que dominou boa parte do pensamento anarquista ao redor da virada do século XX. Diante de grandes avanços em indústria, química, medicina, engenharia e transportes, não foi nenhum milagre que um alto otimismo modernista tanto pela direita como pela esquerda tenha levado à crença de que o problema da escassez tinha, basicamente, sido resolvido. Progresso científico, muitos acreditaram, tinha descoberto as leis da natureza, e com isso os meios de resolver os problemas de subsistência, organização social e desenho das instituições sob base científica. Com o homem tornando-se mais racional e conhecedor, a ciência acabaria nos dizendo como deveríamos viver, e a política não seria mais necessária.*<sup>8</sup>

A superioridade do saber científico esconde-se dentro de muitas formas quando nós, em processos coletivos, enquanto pesquisadores em ação, nos sentimos mais responsáveis que outros pelo avanço do processo, ou cobramos de nós um protagonismo maior. Assim, somente à base de uma sincera autocrítica e de um “reajuste” do papel que damos aos saberes científicos e a nós mesmos enquanto pesquisadores (“precisamos tirar o saber científico e com isso também o próprio sujeito pesquisador/intelectual de seu trono”, costume dizer), parece tornar-se possível estabelecer de fato um diálogo com saberes *outros*, como “el saber popular,” “el saber de los indígenas,” “el saber de las poblaciones urbanas marginales,” “el saber campesino [...]” (SOUSA SANTOS, 2006, p. 26).

8 Tradução livre. No original: “This means that I reject the major stream of utopian scientism that dominated much of anarchist thought around the turn of the twentieth century. In light of the huge strides in industry, chemistry, medicine, engineering, and transportation, it was no wonder that high modernist optimism on the right and the left led to the belief that the problem of scarcity had, in principle, been solved. Scientific progress, many believed, had uncovered the laws of nature, and with them the means to solve the problems of subsistence, social organization, and institutional design on a scientific basis. As men became more rational and knowledgeable, science would tell us how we should live, and politics would no longer be necessary”.

Considerando uma relação em movimento entre prática, teoria e ideologia, o que discutimos aqui olhando mais especificamente para o campo da teoria científica aplica-se também para o campo da ideologia política teoricamente fundada, ambas profundamente eurocêntricas em sua gênese e natureza. A escritora e anarquista indiana-estadunidense Maia Ramnath (2001, p. 15), para trazer um exemplo esclarecedor ao discutir a descolonização do anarquismo, propõe criticamente:

*[...] descolonizar o nosso conceito do anarquismo em si. Isso significa que em vez de tentar construir uma cosmologia fortemente anarco-centrista – conceitualmente apropriando-nos de movimentos e vozes de outras partes do mundo como parte de “nossa” tradição, para, em seguida, mensurá-los diante do quanto pensamos que eles correspondem à nossa noção dos nossos próprios valores –, poderíamos localizar a tradição do anarquismo ocidental como uma manifestação contextualmente específica dentre uma tradição mais ampla – de fato global – de pensamento e práxis antiautoritários e igualitários, de um impulso humano universal (se devo ousar dizer uma coisa dessa) rumo à emancipação, que ocorre também em muitas formas diferentes em muitos contextos diferentes. Algo diferente se torna então o ponto de referência para nós, em vez de nós sermos o ponto de referência para tudo. Esse é um movimento profundamente descolonizador.<sup>9</sup>*

Raúl Zibechi (2008, p. 135, grifos no original) refere-se ao trabalho do sociólogo peruano Anibal Quijano (2000) para sugerir que o que está em questão na discussão do papel da ciência e sua relação com os movimentos sociais é a própria relação sujeito-objeto:

9 Tradução livre. No original: “[...] decolonizing our concept of anarchism itself. That means that instead of always trying to construct a strongly anarcho-centric cosmology – conceptually appropriating movements and voices from elsewhere in the world as part of ‘our’ tradition, and then measuring them against how much or little we think they resemble our notion of our own values – we could locate the Western anarchist tradition as one contextually specific manifestation among a larger-indeed global-tradition of antiauthoritarian, egalitarian thought/praxis, of a universal human urge (if I dare say such a thing) toward emancipation, which also occurs in many other forms in many other contexts. Something else is then the reference point for us, instead of us being the reference point for everything else. This is a deeply decolonizing move” (p. 15).

*Os movimentos colocam no debate aquilo que talvez seja a herança mais perversa da modernidade: a relação sujeito-objeto. Na América Latina, e, provavelmente em todo o terceiro mundo, essa relação seja uma imposição do colonialismo, congelada como colonialidade do poder, que consiste na classificação e hierarquização das diferenças.*

O que chamei de um primeiro “movimento de desconstrução” da ideia da superioridade do saber científico, rompendo com alguns de seus paradigmas dominantes (e, nos termos de Ramnath, também do centralismo referente a um campo ideológico teoricamente fundado), pode, a meu ver, abrir caminho para um segundo “movimento de abertura”. De certa forma, uma consequência possível do primeiro, desconstruindo a (auto)supervalorização de nossos saberes acadêmicos, podemos nos propor ao encontro (des-hierarquizado[r]) de saberes considerados menos científicos, como saberes dos movimentos sociais e saberes populares, saberes periféricizados. Se uma forma pela qual a ciência produz conhecimento impede o diálogo, é preciso desconstruir esta forma e construir uma outra em seu lugar, um movimento de des-reconstrução para possibilitar a geração de saberes científicos que estão abertos ao diálogo. É um movimento onde ativamente propiciamos e participamos de encontros com saberes que são invisibilizados e que vão continuar a sê-lo pelo olhar dos saberes das classes dominantes, dos centros (e nossa intenção certamente não é a de torná-los visíveis e facilmente decifráveis diante deste olhar, mas de buscar formas de diálogo que possam fortalecer estes saberes e suas práticas). Sousa Santos (2011, p. 28-29) discute, neste sentido, o papel de uma “Sociologia das ausências” que, segundo o autor:

*[...] é um procedimento transgressivo, uma Sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo.*

O escritor, psicólogo e militante anticolonização martiniquense-francês Frantz Fanon (2008, p. 1-2, grifo meu), em *Black skin, white masks* (Título da tradução: “Pele negra, máscaras brancas”), reflete o racismo colonial a partir do ponto de vista de seu efeito violento referente ao sujeito do homem negro:

*O que um homem quer? O que um homem negro quer? Ao risco de causar ressentimento nos meus irmãos de cor, eu vou dizer que um homem negro não é um homem. Há uma zona de não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, um declive totalmente exposto, onde um levante autêntico pode vir a nascer.*<sup>10</sup>

Ramón Grosfoguel (2011)<sup>11</sup> dialoga com a obra de Frantz Fanon ao analisar criticamente a “geopolítica do saber” que se baseia na perspectiva dominante e dominadora do narrador enquanto “eu” não situado, método através do qual ofuscam-se autores e intenções dos cientistas que pensam e promovem uma ciência branca ocidental baseada em um epistemicídio sexista e racista<sup>12</sup>. Zibechi (2014, p. 10), por sua vez recorre a Fanon e Grosfoguel e aprofunda, em *Descolonizar. El pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias*, o debate da relação das “zonas do ser”, colonizadoras, com as “zonas do não ser”, colonializadas, subalternizadas:

*En particular me interesan aquellos movimientos – como los de indígenas, de afros, de campesinos y de pobladores de las periferias urbanas de América Latina – que hacen política “desde la zona del no-ser”.*

A proposta de distinguir entre zona-do-ser e zonas-do-não-ser nos convida a aprofundar a reflexão do diálogo de saberes, dos quais alguns perifericizados e invisibilizados e outros, mesmo que críticos e “de oposição”, visíveis enquanto saberes científicos. Poderíamos dizer que uma pergunta

10 Tradução livre. No original: “What does a man want? What does the black man want? At the risk of arousing the resentment of my colored brothers, I will say that the black is not a man. There is a zone of nonbeing, an extraordinarily sterile and arid region, an utterly naked declivity where an authentic upheaval can be born”.

11 Grosfoguel neste trabalho identifica quinze sistemas hierárquicos globais (de classe, da divisão internacional de trabalho, inter-estadual, racial/étnico, de gênero, de sexo, espiritual, epistêmica, linguística, estética, pedagógica, midiática/informacional, etária, ecológica, espacial) que se disseminaram ao redor do mundo a partir do momento em que o primeiro homem europeu, capitalista, militar, cristão, patriarcal, branco e heterossexual invadiu as Américas em 1492.

12 Além da referência bibliográfica, refiro-me aqui à apresentação “Decolonizing the university?” realizada por Grosfoguel no encontro “Second Decolonial Days, Berlin” em outubro de 2011. A apresentação está disponível on-line: <<https://www.youtube.com/watch?v=LKgL92yqygk>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

para a proposta de um diálogo de saberes é se é possível levar saberes da zona-do-ser ao encontro de saberes da zona-do-não-ser sem que haja uma reprodução de relações coloniais, e se e caso sim, como, os saberes e fazeres da zona-do-não-ser poderiam fortalecer-se com esse diálogo. Parto, nisso, do pressuposto de que saberes da zona-do-ser (as universidades, centros de pesquisa, os espaços culturais das classes médias e altas etc.), que tratam das zonas-do-não-ser (espaços populares, territórios periféricos como favelas, quilombos, territórios indígenas ou campesinos), são saberes-*sobre*, que ao ir de encontro com a realidade de vida e luta nas zonas-do-não-ser, acabam revelando-se “não-saberes”.<sup>13</sup> Ou seja, se os saberes das zonas-do-não-ser pelo olhar dos centros (zonas-do-ser), são considerados, indevidamente, seguindo a lógica de manutenção das relações de dominação, não-saberes, os saberes das zonas-do-ser *sobre* as zonas-do-não-ser são, (de fato ou por desconhecimento genérico e/ou intencional, afinal, os saberes dos centros servem para dominar, e não para conhecer), não-saberes. Se a nossa proposta é, porém, propiciar encontros de saberes das zonas-do-ser (como as universidades onde estudamos e trabalhamos) e das zonas-do-não-ser, saberes (e sujeitos) das zonas-do-ser têm, antes, mais o que a aprender do que a ensinar. A relação de diálogo possível, levando saberes da zona-do-ser ao encontro de saberes da zona-do-não-ser, é muito mais para ouvir do que para falar. O Movimento das Comunidades Populares (MCP) expressa essa relação claramente ao afirmar em um de seus lemas:

*Antes de ensinar o povo, devemos aprender com ele.*<sup>14</sup>

13 “Pode o subalterno falar?”, pergunta Gayatri Chakravorty Spivak (2010), e, em seu artigo, nega essa possibilidade diante das relações coloniais de saber. Partindo do pressuposto de que “poder falar” depende também de “saber falar”, em um diálogo “saber falar” envolve também a capacidade de “fazer-se entender”. A pergunta bem pode, neste sentido, ser invertida: “Pode alguém da zona-do-ser, como um acadêmico, falar, isto é, se fazer entender ao entrar em diálogo com sujeitos subalternizados?”. E se Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006b, p. 394-395) afirma que o pescador sabe pescar – “Mas se não soubessem, não fariam. No fazer está sempre inscrito um saber” –, mas, na sua opinião, o pescador não saberia falar *sobre* a pesca, outra pergunta ganha importância: “Nós, acadêmicos das zonas-do-ser, no diálogo com sujeitos subalternizados, sabemos escutar e entender?”. Um belo exemplo da importância deste saber escutar é compartilhado por Orlando Fals Borda, que aprendeu no diálogo com os ribeirinhos sobre a ideia do “sentipensamento”.

14 Quando digo a pessoas que encontro que moro em uma favela, muitas pessoas pressu-

Zibechi (2014, p. 19-20) explicita esse caráter do “não saber” de saberes dominantes em contato com realidades periféricas de luta indo ao ponto de questionar importantes conceitos do pensamento libertário, como o de autonomia, discutido pelo filósofo francês Cornelius Castoriadis:

*Para los indígenas, los campesinos, los sectores populares y afros de América Latina, esas tradiciones a las que se refiere Castoriadis, no existen; no hay nada que pueda asemejarse a una tradición de lucha por las libertades como la que existió en las ciudades europeas a partir del siglo XIII, a la que alude en toda su obra como el período en el que nacieron las primeras experiencias de autonomía. En América Latina estamos ante otra genealogía: las rebeliones de Tupac Amaro y Tupac Katari, las revoluciones de Zapata y Pancho Villa, la revolución de Haití, los palenques, los quilombos y el cimarronaje, son los percursores de quienes hoy luchan por la libertad.*

Seria o caso então que saberes da zona-do-ser, que nela surgem como crítica endógena aos saberes dominantes, onde nascem, nas palavras do arquiteto e anarquista alemão Jürgen Mümken (2005, p. 16) como “contra-cultura da modernidade” (se referindo ao socialismo e ao anarquismo) na zona-do-não-ser não nos servem para, ao menos, “pensar junto” práticas resistentes? Se propomos um diálogo, o fazemos no sentido de troca e contribuição ao entendimento mútuo, isto é, em nada propomos, evidentemente, levar um saber pronto, tão “revolucionário que seja” para os territórios das classes periféricas em luta. Ao mesmo tempo, seria totalmente equivocado sugerir que estaríamos indo ao encontro de saberes sem saberes próprios, com uma postura que remeteria a uma relação de advocacia no seu sentido clássico, que sugere que o pesquisador teria *nenhum* interesse próprio. O dissenso e o debate fraterno fazem parte de um diálogo sincero, desde que não se confundam com o protagonismo nos processos de resistência, nos

põem que, com isso, eu, um homem branco europeu, estaria ali “para ensinar, para levar conhecimento, para ajudar”, mas, antes, aprendo muito vivendo aqui, e a relação que se estabelece é de uma troca. Ser resistente é uma arte que somente os sujeitos das classes periféricas podem ensinar. Diante do nosso acúmulo de ideias revolucionárias dos livros, como ideias e saberes abstratos, as práticas resistentes de sujeitos em movimento destas classes geram saberes-fazerem vivos que marcam suas experiências de vida e criam o que podemos chamar de sabedoria coletiva e popular.



quais os rumos são decididos por quem está “em movimento”, ao mesmo tempo que um diálogo horizontal somente pode estabelecer-se onde o concordar e o discordar fazem parte do entendimento mútuo.

Dialoguemos novamente com Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 25), para quem uma “epistemologia do sul” deve basear-se em uma:

*[...] Sociologia das ausências, visa[ando] substituir a monocultura do conhecimento científico por uma ecologia de saberes. Esta ecologia de saberes permite não só superar a monocultura do conhecimento científico, como também a ideia de que os saberes não-científicos são alternativas ao saber científico. A ideia de alternativa pressupõe a ideia de normalidade, e esta a ideia de norma, pelo que, sem mais especificações, a designação de algo como uma alternativa tem uma conotação latente de subalternidade.*

*[...]*

*A ideia central da Sociologia das ausências [...] é que não há ignorância em geral nem conhecimento em geral. Toda ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo conhecimento é a superação de uma ignorância particular [...]. Este princípio de incompletude de todos os saberes é a condição da possibilidade de diálogo e de debate epistemológicos entre os diferentes conhecimentos.*

O encontro entre epistemes,<sup>15</sup> que envolve o que chamo de “movimento de aproximação/abertura”, não se dá de forma natural e não vai ser meramente pela boa vontade ou através de boas palavras que estabeleceremos uma outra relação entre saberes. É algo que podemos defender, na escrita e na fala, como ideia, mas que se materializa somente uma vez buscando colocá-lo em prática.

O lugar do encontro horizontal e aberto entre saberes, assim, é o próprio movimento de luta, é a luta em movimento, em processos coletivos e nos movimentos sociais. Saberes emancipatórios somente o são onde há (e quando propiciam/reforçam) relações emancipatórias, onde nos encontros e nos debates cada um(a) tem seu momento de fala e opinião e onde todas

15 Porto-Gonçalves (2008, p. 37) cita Luis Macas da Confederación de Nacionalidades Indígenas Del Ecuador (CONAIE): “Nossa luta é política e epistêmica”.

e todos decidem juntos(as) sobre os rumos a serem tomados juntos(as), enquanto coletivo/movimento, e não há ninguém que decida sobre o rumo do outro.

Em minhas experiências de investigação militante, não foram muitos os momentos em que atuei designadamente como “pesquisador” – não porque estava ali sem (também) pesquisar, muito mais porque a forma da relação, que proponho chamar de “participação observadora” (diferente da “observação participante”), na qual de fato há uma participação orgânica na construção diária de luta, não demanda e nem permite tal relação. Em momentos de oficinas, entrevistas, essas relações mudam e se tornam mais evidentes. Ideias ganham ou não vida em processos coletivos ao entrarem em diálogo com as ideias e propostas de todos os envolvidos. Tratando-se de processos coletivos sem hierarquias formais, sem disputas por votos ou pelo poder de dirigir e liderar, o movimento do investigar e do pensar emancipatórios e o movimento da luta (auto)emancipatória podem ser complementares e enriquecer-se mutuamente.

O movimento de desconstrução da noção em que o saber científico é tido como soberbo em relação a outros saberes e o movimento de propor-se ao diálogo, através de métodos de abertura que permitem construir teorias abertas, não devem ser entendidos como fases no sentido em que primeiro desconstruímos a ideia da supremacia do saber científico para, em seguida, nos abirmos para o diálogo de saberes outros não tidos como científicos como num processo linear. Muito mais se trata de dois movimentos articulados, que interdependem (quanto menos somos capazes de desconstruir a postura de supremacia do nosso pensar, menos vamos poder nos abrir ao diálogo com saberes outros) a cada momento de construção de relações entre saberes e de saberes com fazeres. Não existe a possibilidade de uma desconstrução como ato que se conclui, nos veremos sempre recaindo na postura de supremacia do nosso saber: fazemos parte de estruturas que se baseiam em sistemas organizados por centralidades e hierarquias, os saberes institucionalizados são vistos como superiores etc. Isso quer dizer que não seremos, enquanto cientistas da instituição pública universidade (atrelada ao Estado, necessariamente organizado de forma heterônoma, onde predomina a tendência de ver “como um Estado” (SCOTT, 1998), um olhar colonial), em algum momento futuro, pesquisadores descolonizados e “puros” depois de termos passado por um processo de “purificação”. Depend-

mos de relações hierárquicas, estamos inseridos nelas onde trabalhamos e tenderemos, no nosso trabalho de pesquisa, a construir relações que tendem a ser hierarquizadoras.

Assim, o “movimento de desconstrução” é um ato contínuo e não concluível, mas tão necessário quanto inadmissível para que saberes gerados em processos de pesquisa e ação tenham algum potencial emancipatório e não reproduzam as heteronomias que formam o fundamento da nossa forma de pensar, fazer e nos relacionar eurocentricamente enquanto sujeitos cientistas, políticos, sociais etc. Um contínuo processo de aprender e reaprender. Para poder contribuir com um diálogo de saberes é preciso saber dialogar e esse saber abre e reaprende-se em processos contínuos de escuta e fala, da troca aberta de visões, pontos de vista, opiniões. Enquanto acadêmicos/universitários, um problema é de onde estamos vindo, centros de produção de saberes institucionalizados e hierarquizadores, e o nosso grande desafio é aprendermos a escutar antes de falar e ser ouvido.

Quando em visitas de grupos de estudantes ou companheiras e companheiros de movimentos sociais, estes me perguntam como se constrói a minha relação como homem branco da Alemanha com moradores da favela onde vivo desde 2008, eu destaco que é importante levar em consideração que a minha posição social privilegiada nunca vai deixar de ser uma questão real e um potencial elemento hierarquizador nas relações que construo e que as pessoas aqui constroem comigo. Isso não é uma desculpa barata para se acomodar com os privilégios, como não é um argumento no sentido de que não há o que fazer. Mas este “o que fazer” remete a um fazer incessante e a uma inerente construção de todas as relações, independentemente de quanto tempo estas já se constroem. Sempre recairei na tendência de aceitar os meus privilégios como algo dado, me aproveitar deles, sempre será preciso desconstruir: ouvir as críticas que desconstroem aquilo que penso, sou e represento – e isso a cada momento.<sup>16</sup>

16 O que venho aprendendo aqui no morro, neste sentido, por exemplo, é que diferenças hierarquizadoras precisam ser visibilizadas sem que haja um “momento X” a partir do qual a diferença deixa de ser relevante ou percebida como tal. Não deixo de ser chamado por vizinhos e amigos aqui no morro de “gringo”, “russo” ou algo do tipo, normalmente com um tom de brincadeira. E mesmo que às vezes possa me sentir incomodado em um momento em que talvez somente queira comprar parafusos em uma loja de material de construção sem ser lembrado de não ser daqui, de ser de outro país, de ser “gringo” etc., vejo e aprendo que

Em paralelo a isso, relações de dominação como machismo, racismo, homofobia, antissemitismo e xenofobia não se desconstroem como tais para se tornarem algo do passado (“eu era machista, mas hoje não sou mais”) ou do outro (“eles são racistas, eu não”), muito mais precisam ser confrontados e desmantelados a cada momento em que se apresentam. Nisso, receber crítica e ser criticado por quem tem privilégios – e, com isso, tende a tomar um lugar dominante nas relações que estabelece – deve ter um papel maior do que a autocrítica, que tenderá a não capturar o problema em sua magnitude – o “auto” ou o “eu” naturalmente muito menos se vê e percebe ou está disposto a se ver e perceber frente as relações dominadoras que estabelece do que é visto e percebido por outros, principalmente os que se veem no lugar de serem oprimidos pela relação. Neste mesmo sentido, nosso saber científico continuamente tenderá a hierarquizar, a se ver num lugar de saber mais potente ou mais relevante, e precisamos construir relações entre sujeitos e saberes em movimento que permitam detectar estas tendências e destituir seus efeitos hierarquizadores a cada etapa de um processo de ação e reflexão, de prática e investigação; precisamos, sempre, reaprender a dialogar para poder contribuir com um diálogo de saberes.

Um dos problemas principais de saberes científicos expressa-se em um conceito muito utilizado referente a como estes saberes vêm a existir: supõe-se que conhecimento é produzido, discute-se a “produção de conhecimento” (*knowledge production* em inglês ou *Wissensproduktion* em alemão). Não é só o termo que incomoda, e sim o fato de que, muitas vezes, ele é de fato o termo adequado para descrever o fazer do cientista: ele produz conhecimento. A lógica da produção nos diz que alguma matéria-prima é utilizada para, através de certos meios, produzir um produto. Se produzimos conhecimento, damos ao conhecimento o caráter de um produto. Logicamente, o lugar que resta para a ação e os agentes dos processos sociais pesquisados é ou o de matéria-prima, ou o de meio de produção. Cria-se, assim, de antemão e genericamente, uma relação hierárquica entre conhecimento e prática. Entretanto, se, em vez de pressupor que a reflexão (teórica) sobrepõe-se à ação, vemos a ação (autoconstitutiva) de luta como

diferenças que dão origem ao privilégio não podem e não devem ser negadas ou ofuscadas, muito menos se tratando de diferenças que remetem a privilégios da minha parte.

condição do poder vir-a-ser da reflexão e teorização, a relação entre prática (ação) e reflexão (teoria) que devemos defender se baseia em uma noção outra: saberes, como resultado de reflexões contínuas de lutas, são gerados (e não produzidos) ou se geram nos processos destas lutas. Saberes (auto) emancipatórios *geram-se* na prática da luta, é a luta que gera saber (autoemancipatório).

David Harvey, na década de 1970, supõe a existência de três tipos de teoria: (i) teoria do *status quo*, (ii) teoria contrarrevolucionária e (iii) teoria revolucionária. É a última que nos interessa aqui, que seria, segundo Harvey (1988, p. 150-151), uma teoria que oferece:

*[...] escolhas reais para momentos futuros dentro do processo social ao identificar escolhas iminentes à situação existente. A implementação destas escolhas serve para validar a teoria e para providenciar os fundamentos para a formulação de novas teorias. Uma teoria revolucionária, portanto, se baseia na proposta de criar verdade em vez de achá-la.*<sup>17</sup>

É possível/desejável, dialogando com este texto de Harvey, diferenciar entre os campos revolucionários da prática e da teoria de tal forma que o primeiro seja o campo do mero fazer, cabendo ao segundo o campo do “saber (a verdade)”? O que estabelece e o que determina, em um processo de luta revolucionária, o que seria “verdade”? Teoria revolucionária e suas subsequentes práticas de pesquisa, que levaríamos ao encontro com lógicas e matrizes de pensamentos *outros*, subalternizados, de resistência, devem trabalhar com uma abertura e uma dimensão de não saber (tal como proposto pelo Colectivo Situaciones). Uma abertura ao diálogo exige, portanto, teorias abertas.

John Holloway (2005, p.131) faz, neste sentido, uma crítica a uma ciência revolucionária que não rompe com a colonialidade do saber científico:

17 Tradução livre. No original: “[...] real choices for future momentos in the social process by identifying immanent choices in an existing situation. The implementation of these choices serves to validate the theory and to provide the grounds for the formulation of new theory. A revolutionary theory consequently holds out the prospect for creating truth rather than finding it”.

*Ciência revolucionária [acaba sendo] extensão da ciência burguesa em vez de ruptura radical com a mesma. O conceito engelsiano de ciência implica prática política monológica [...]. Entender ciência como crítica leva mais facilmente a uma política do diálogo, uma política de falar-ouvir, em vez de só falar.<sup>18</sup>*

E argumenta (Ibid., p.130, grifo meu):

*Socialismo científico [...] é a teoria da emancipação do proletariado, mas certamente não de sua autoemancipação.<sup>19</sup>*

A cientista política inglesa Sara Motta propõe uma “epistemologia emancipatória” que:

*[...] envolve uma mudança em como conceitualizamos saber, distanciando-nos de sua reificação e fixação rumo a uma compreensão fluida e aberta [...]. Teoria, por isso, é construída não como um sistema fechado, mas como instrumento aberto [...]. Teoria existe por uma razão, a razão de intensificar as lutas [...].<sup>20</sup> (MOTTA, 2008, s.p.).*

Somente a abertura do saber teórico, portanto, pode tornar possível um diálogo de saberes, no qual o saber científico entra em uma relação de “saber entre saberes”, um “saber-com”:

18 Tradução livre. No original: “Revolutionary science [ends up being] a prolongation of bourgeois science rather than a radical break with it. The Engelsian concept of science implies a monological political practice [...] Understanding science as critique leads more easily to a politics of dialogue, a politics of talking-listening, rather than just talking”.

19 Tradução livre. No original: “Scientific socialism [...] is the theory of the emancipation of the proletariat, but certainly not of its self-emancipation”.

20 Tradução livre. No original: “[...] involves a change in how we conceptualise knowledge, away from its reification and fixation and towards a fluid and open understanding. [...] Theory is therefore constructed not as a close system but as an open instrument [...] Theory exists for a purpose, the purpose of intensifying struggle [...]”.

## Saberes-com e saberes-fazer

*Há sempre um saber inscrito no fazer. O saber material é um saber do tato, do contato, dos sabores e dos saberes, um saber com (o saber da dominação é um saber sobre) (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 48, grifos meus).*

Para que a luta popular, em sua amplitude desde resistências mais explícitas e organizadas até mais implícitas e cotidianas, possa encontrar na reflexão teórica um aliado, além de construirmos saberes-com nessas lutas, é preciso discutir a relação desse saber com os próprios saberes-fazer de luta. Para tal, ajuda sistematizar o campo dos saberes referente à vivência, à resistência e à luta das classes periféricas (ou seja, referente a um conjunto de relações específicas de saber) a partir de três tipos de saberes: *saberes-sobre*, *saberes-com*, *saberes-fazer*.

Saberes-sobre de dominação constroem-se olhando, de forma distante e distanciada, para um “objeto de pesquisa”:

*Os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores. (FREIRE, 2014, p. 65).*

O saber, nunca neutro, quando “produzido” (aqui cabe, sim, este verbo) por uma classe superior *sobre* a outra que afirma a diferença de classe, cor, sexo, gênero, etc. e que defende o *status quo*, é um saber-sobre de dominação. Referente à teoria revolucionária John Holloway reflete que:

*Saber-sobre é poder-sobre. Se ciência é entendida como saber-sobre, então existe inevitavelmente uma relação hierárquica entre aqueles que têm esse conhecimento (e por isso acesso à “linha correta”) e aqueles (as massas) que não. É tarefa dos-que-sabem liderar e educar as massas.<sup>21</sup> (HOLLOWAY, 2005, p. 131).*

21 Tradução livre. No original: “Knowledge-about is power-over. If science is understood as knowledge-about, then there is inevitably a hierarchical relation between those who have this knowledge (and hence access to the ‘correct line’) and those (the masses) who do not. It is the task of those-in-the-know to lead and educate the masses”.

Dialogando com Holloway, saberes do campo crítico que reforçam ou implicam uma relação autoritária e de vanguarda são saberes-sobre também fruto da própria ideia de objetivação (cientificamente fundada e fundamentada) do saber. Saber-sobre (o outro, inferior), ao implicar poder-sobre, é o saber que orienta o ato de dominação, seja essa uma dominação pelo sistema dominante em vigor ou outro sistema de dominação que procura substituí-lo.

Em oposição ao saber-sobre de dominação, o saber da auto-emancipação e da auto-instituição (conceito discutido por Cornelius Castoriadis) das classes periféricas é um saber-fazer que mantém vivo (como memória, orientação do presente e projeção para futuros possíveis) a chama de esperança de libertação da dominação (como relação instituinte da vida em sociedade). Saberes-fazer, saberes da prática resistente e insistente, não por terem uma relação inerente com a ação deixam de se compor por reflexões que tentam organizar, compreender e orientar o (auto)conhecimento.

*Mas se as categorias são as expressões mentais, metodológicas antes que lógicas, das contradições concretas, reais, sua fonte é a prática dessas contradições. Por isto, todo homem detém uma “teoria” do real. As “construções teóricas” nascem dessa prática e evoluem no perpétuo movimento da “práxis”, isto é, da unidade entre a prática e a teoria, e extraem seu poder de dar conta do real justamente desse compromisso. Uma vez desligadas, prática e teoria perdem tal poder, dando lugar ao empirismo e ao teoricismo.*

*Eis por que a teoria, chame-se ela marxismo, funcionalismo, positivismo, weberianismo, fenomenologia, jamais é algo capaz de, por si só, dar conta do real. Somente a prática teoricamente orientada disso é capaz. (MOREIRA, 1982b, p. 100).*

Saberes-fazer são saberes que “dão conta do real” não de maneira universalizad(or)a, e sim de forma contextualizad(or)a. Cada saber-fazer das zonas-do-não-ser é um saber específico e contextualizado que ganha vida através dos sujeitos em movimento que se territorializam nestas zonas.



*O pensamento está fundamentalmente ligado á ação. Bergson sublinhava no início do século a necessidade do homem agir como homem de pensamento e pensar como homem de ação.* (TRAGTENBERG, 1990, s.p.).

*Saber é [...] parte da experiência humana e [nasce] da prática humana.*<sup>22</sup> (HARVEY, 1988, p. 296).

Em relação a saberes-sobre de dominação e saberes-fazer, saberes-com são saberes que dialogam diretamente com saberes-fazer e buscam esse diálogo, numa relação horizontal, para fortalecer a luta pela autoemancipação, buscam uma relação de apoio nesse processo, propondo-se a “pensar junto” possíveis caminhos rumo à autolibertação das classes periféricas. Saberes-com são saberes emancipatórios que não dão rumo, mas dialogam com saberes-fazer que encontram rumo nas práticas de resistência em meio às quais surgem e se geram.

Saberes-com constituem-se em diálogo com saberes-fazer (saberes e fazer) (auto)emancipatórios, e em muitos momentos históricos a ação revolucionária das classes periféricas não somente levou à reconfiguração dos saberes-com emancipatórios, como superou qualquer previsão possível a partir destes saberes. Um exemplo histórico é elaborado e discutido por Alexandre Samis (2011) que, em *Negras Tormentas*, demonstra como o processo revolucionário que levou à Comuna de Paris ocorreu sob um processo de autoinstituição da classe trabalhadora, “como produto de uma iniciativa comum dos operários ingleses e franceses”<sup>23</sup> em uma dinâmica em que a prática revolucionária dos trabalhadores serviu como inspiração para, posteriormente, repensar as teorias revolucionárias da época. Também Karl Marx impressiona-se com as dinâmicas da Comuna, e, segundo Samis:

*Não há dúvida que a Comuna acabou por tornar-se um ponto de inflexão importante no pensamento de Marx.* (SAMIS, 2011, p. 349).

22 Tradução livre. No original: “Knowledge is [...] is part of human experience and [grows] out of human practice”.

23 René Berthier (2011, p. 15) em prefácio do livro.

O saber-com tem caráter emancipatório e é gerado através do diálogo com saberes-fazer, que podem nascer da ação em comum ou do acompanhamento próximo e horizontal de fazer, mas não é, ele próprio, um saber da *autoemancipação*. O saber autoemancipatório é gerado diretamente na ação das classes periféricas em luta, como saber prático e vivo.

Da mesma forma que “saber-sobre é poder-sobre”, saber-com é poder-com. Saber como (re)conhecimento da prática pode ser fruto de processos coletivos ou individuais de reflexões, mas, de toda forma, somente se torna um saber-fazer se gerado em contato direto com a prática. Somente no fazer concreto, coletivo, um saber-com pode diluir-se e, com isso, nutrir junto um diálogo de saberes-com e saberes genéricos e de luta, saberes-fazer autoemancipatórios. O saber-com transborda sua dimensão emancipatória ao se tornar saber entre saberes e transformar-se em saber-fazer coletivo, deixando de ser um saber-com com “autoria” ao integrar-se à construção coletiva de saberes. No seu encontro, saberes-com e saberes-fazer podem articular-se numa relação de saberes conjuntos.

Saberes-com e saberes-fazer são, em diálogo com Gigi Roggero (2014), saberes vivos que se diferem de saberes abstratos por sua permanente realimentação em processos de prática. No campo da pesquisa-ação utiliza-se o conceito de ciclos de prática e teoria. A cada etapa de ação segue uma etapa de reflexão e formulação teórica que juntos formam ciclos, o que Kathryn Herr e Gary Anderson (2004, p. 5) discutem como “*action research spiral*” (espiral de pesquisa-ação). Para além de um método específico de pesquisa, a relação prática-teoria é marcada por dinâmicas cíclicas, onde, ciclo após ciclo, saberes emancipatórios mantêm-se vivos próximos à prática diferente de saberes abstratos que trabalham com “uma reflexão *sobre* uma reflexão *sobre* uma reflexão”, distanciando-se cada vez mais da prática, um distanciamento que resulta em um uso dogmático tanto da teoria se ela (re)pensa-se e reproduz-se distante do fazer, como um saber-sem-fazer, perdendo vigor, virando teoria sem teor, tornando-se saber morto. Saberes abstratos e mortos servem para dominar, não para a autoemancipação.

A diversidade de abordagens de autores que discutem a relação de saberes numa perspectiva emancipatória e descolonial expressa-se também em uma diversidade de termos que encontram uso nesta discussão. À base da leitura dos textos que ajudaram nas reflexões desta parte do trabalho, realizei uma organização de tipos de saberes seguindo uma diferenciação

entre saberes-fazer autoemancipatórios, saberes-com emancipatórios e saberes-sobre de dominação que são representados na tabela a seguir. Nisso, a relação de “saberes-fazer auto-emancipatórios, saberes-com emancipatórios e saberes-sobre de dominação” apresenta-se como uma relação particular de um conjunto maior e mais amplo de saberes. Nem todo saber emancipatório é composto meramente por saberes-com, já que, pelo ponto de vista dos movimentos sociais e suas lutas, precisamos também obter saberes sobre os dominadores e suas práticas de dominação para poder pensar e formular práticas de resistência. O que diferencia saberes-sobre que contribuem com processos de geração de saberes emancipatórios é o ponto de partida e de vista do olhar que os constitui, a questão a partir de onde olhamos e pensamos o mundo, e que tipo de transformação vislumbramos e tomamos como sua base enquanto sujeitos em movimento. Neste sentido, a planilha a seguir articula especificamente saberes referentes às classes periféricas, seus movimentos sociais e seus territórios.

SABERES-FAZERES AUTOEMANCIPATÓRIOS	SABERES-COM EMANCIPATÓRIOS	SABER-SOBRE DE DOMINAÇÃO
saberes-fazer saberes práticos, “agir junto”	saberes-com saberes orientados pela prática, “pensar junto”	saber-sobre saber abstrato
saberes da reflexão e ação concreta	saberes da reflexão teórica da ação, científicos e não científicos	saber da abstração da ação, científico e pseudocientífico
saberes do (autorre)conhecimento	saberes do (re)conhecimento	saber do (des)conhecimento
saberes da autoemancipação	saberes da emancipação/emancipatórios	saber autoritário
saberes de dentro, de baixo	saberes “que entram” (em diálogo)	saber de fora, de cima (“que vê como um Estado”)
saberes do poder-fazer, da construção do poder popular, do ser-no-mundo	saberes do copoder-fazer (poder-com), da construção coletiva do poder popular	saber do poder-sobre
saberes indisciplinados	saber interdisciplinar, diálogo de saberes	saber disciplinado/disciplinador
saberes periféricos, da periferia	saberes com a periferia	saber central, dos centros
saberes (das classes) populares	saberes junto às classes populares	saber (das classes) dominantes
saberes integrados	saberes que se integram	saber que fragmenta
saberes territorializados, enraizados, localizados	saberes (co)territorializador	saber desterritorializado(r)
saberes subjetiv(ad)os, relações sujeito-sujeito	saberes da subjetivação, relações sujeito-sujeito	saber da objetivação, relações sujeito-objeto
saberes insurgentes e invisíveis/invisibilizados, saber do discurso oculto	saberes da crítica e do enfrentamento aos saberes sobre de dominação	saber visível e que invisibiliza, saber da história oficial
saberes das zonas-do-não-ser, subalternos, do subalterno que pode falar, descoloniais	saberes em busca de diálogo com saberes das zonas-do-não-ser, sociologia das ausências	saber da zona-do-ser, hegemônico/sobre o outro subalternizado, do subalterno que não pode falar, colonizador
saberes em movimento, da transformação, questionadores, abertos, pluriformes, da diversidade, do diálogo, potentes, vivos, da colaboração, ecologia de saberes	saberes que buscam compreender, rompem, qualificam	saber das certezas e verdades fechadas, do <i>status quo</i> , uniforme, da monocultura, do monólogo, violento, morto, da competição
saberes que buscam compreender, que questionam, rompem, qualificam		saber que define, nomeia, classifica, quantifica

**Tabela 2: Saberes-fazer, saberes-com e saberes-sobre referente às classes periféricas, seus movimentos sociais e territórios**

(Elaborado com base em uma diversidade de trabalhos entre os quais se destacam:

CECEÑA, 2008; HARAWAY, 1995; HOLLOWAY, 2005; MOTTI, 2008; RAHNEMA; ROBERT, 2008; SOUSA SANTOS, 2005, 2006, 2009; PORTO-GONÇALVES, [S.a.]; ROGGERO, 2014; SCOTT, 1998, 2012; SHUKATIS; GRAEBER, 2007; SPIVAK, 2010; ZIBECHI, 2014)

## Sujeitos em movimento(s)

*A experiência dos movimentos sociais não só no Brasil e na América Latina mas, também, na Ásia e na África, mostram uma enorme capacidade criativa até porque têm que lidar com situações vivas e, portanto abertas, podendo contar com outras matrizes de racionalidade não-ocidentais a partir das quais reinventam suas vidas, suas histórias, suas Geografias, quase sempre com/contra uma razão instrumental utilitarista através da qual o capitalismo tenta se introduzir nos seus espaços geográfico-socioculturais próprios. (PORTO-GONÇALVES, 2002b, p. 137).*

Além das considerações gerais do que seriam Ciências Sociais em movimento, conectando-nos com uma diversidade de campos científicos nas discussões deste capítulo, não é menos importante destacar as particularidades à base das quais a Geografia pode contribuir com processos coletivos de resistência. Da mesma forma que não refletimos e apontamos para a importância da dimensão espacial nos processos por sermos geógrafos, mas fazemos Geografia por estarmos convictos da importância desta dimensão, uma Geografia em movimento deve e pode contribuir com os processos em movimento com sua sensibilidade e seu olhar particular para a geograficidade e espacialidade das relações de dominação-subordinação/resistência e das lutas sociais em prol da superação da dominação.

Geografias em movimento buscam contribuir com os movimentos sociais através da construção de saberes-com espaciais, espacializados e que espacializam (olhares, saberes, práticas), que podem ajudar a sensibilizar os sujeitos em movimento pela importância na compreensão da geograficidade de suas lutas, se fazer presentes no espaço e se utilizar dele como um aliado nas lutas de resistência, construindo territórios da (auto)emancipação. Investigar militando e militar investigando a partir da Geografia significa inserir-se em espaços de resistência, fortalecer territorializações resistentes e construir coletivamente territórios-de-resistência-rede:

*Falar em domínio do território é falar, portanto, de uma parte do problema. Todavia, não há território sem territorialidade, não há território sem que tenha havido um processo de territorialização. Enfim, é a tríade território-territorialidade-territorialização que há de ser compreendida. A territorialidade*

*está configurada por um conjunto de relações materiais e simbólicas que emprestam sentido à constituição/construção/produção/invenção/criação de um determinado espaço. Assim, não há território/territorialidade que não tenha sido obra da sociedade fazendo história por meio do espaço, se geografizando.* (PORTO-GONÇALVES; SILVA, 2011, p. 2).

A Geografia analisa sujeitos e movimentos visando a tensão entre os espaços que construímos, os espaços que desejaríamos construir e os espaços que somos capazes – “r-existindo”-criando (PORTO-GONÇALVES, 2006a; CRUZ, 2006) – de construir. Uma luta na qual buscamos preencher os territórios com vida e sentimento diante dos esforços constantes de desterritorialização com os quais procuram nos dominar. Uma Geografia de saberes em movimento é uma Geografia do diálogo entre saberes-com espacializados e saberes-fazer territorializados. Saberes periféricos são intrinsecamente articulados com o território, e o território tem um papel fundamental na formação de saberes(-fazer territorializados), tanto quanto os saberes têm um papel fundamental na construção de territórios de resistência. Num contexto de complementaridade de lutas, a Geografia em movimento pode e deve contribuir buscando enriquecer-se e complementar-se com a diversidade de saberes (auto)emancipatórios em jogo na construção de territórios de resistência.

*Todavia, a produção de conhecimento não se dá fora de um contexto histórico-social, onde uma série de linhas de forças se entrecrocavam na realidade; relações de forças essas das quais o trabalho intelectual tem que dar conta. Através dessas observações, queremos deixar claro que a ambicionada cientificidade, que é o modo específico de legitimação do trabalho intelectual, é relativa na própria medida em que o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez, atravessam a própria prática do intelectual.* (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 1).

Se uma crítica comum do cientista social é de ter muito o que falar sobre uma diversidade de assuntos e pouco o que relatar de experiências com práticas próprias de luta, o que leva Marcelo Lopes de Souza (2007, p. 13) a criticar a falta de coerência entre aquilo que se “prega” e aquilo que se “vive”, a própria ideia do distanciamento entre teoria e prática comum nas

academias pode afirmar ou reforçar o distanciamento de um acadêmico e suas reflexões do real vivido.

Uma proposta de ciência em movimento baseia-se na proposta oposta: quem, sobretudo, estuda/teoriza pode cada vez mais participar ativamente de movimentos e mobilizações sociais, e quem, sobretudo, tem atuado em processos de luta cada vez mais também pode estudar e teorizar estes processos. Há a possibilidade de o engajamento iniciado com uma pesquisa ir para além de seu término, e, em uma mão dupla, de os coletivos e movimentos nos quais a pesquisa se insere adquirirem, através da troca, conhecimento e ferramentas para que a dinâmica da pesquisa possa contribuir com a geração de saberes do coletivo ou movimento. Na relação movimento social-Geografias em movimento(s), qual é o papel do pesquisador, do geógrafo ou do cientista social em geral, que vem da universidade e vai ao encontro de um movimento social e sua atuação, um processo de resistência aproximando-se de uma realidade de luta?

Para abordar esta questão, coloca-se o desafio de pensar a relação possível e desejável entre os que pesquisam e os que colaboram com a pesquisa. Vimos que as abordagens de investigação militante discutem amplamente esta relação diante de uma perspectiva deshierarquizadora e descolonizadora. Para uma Geografia em movimento de cunho libertário, o que ainda parece insuficientemente elaborado é como estabelecer uma relação horizontal de fato na prática investigativa. Anisur Rahman e Orlando Fals Borda recorrem a Antonio Gramsci:

*De Gramsci tomamos, entre otros elementos, su categoria del “intelectual orgánico”, por la cual aprendimos a reinterpretar la teoría leninista de la vanguardia. Comprendimos que para que los agentes externos se incorporasen en una vanguardia orgánica deberían establecer con el pueblo una relación horizontal [...]. (BORDA; RAHMAN, 1996, p. 15).*

Concordando com a horizontalidade proposta pelos dois autores, o que deve ser questionado é se de fato a construção de relações horizontais é potencializada recorrendo-se à ideia de vanguarda. Não seria este um conceito que continuaria remetendo a alguma diferença hierarquizadora entre investigador e colaboradores da investigação? Mesmo Paulo Freire (2014, p. 252), em seu rico e certamente emancipatório retrato da *Pedago-*

*gia dos Oprimidos*, parece recorrer a uma ideia de relação de dependência do “povo” da “liderança revolucionária”:

*O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz.*

Estaria Freire potencializando ou enfraquecendo sua própria perspectiva emancipatória com esta ideia? Uma Geografia em movimento parte da noção de um diálogo de saberes, onde não haja geração de conhecimento crítico sem prática resistente e onde a prática resistente é condição e fonte do saber-fazer resistente, independentemente do fato de o sujeito atuante ter ou não certa formação (formal) ou desenvolver teoria nos moldes que a conhecemos e reconhecemos. Numa relação emancipatória de diálogo de saberes, não cabe a ideia de um sujeito-cientista ser tido como “mais importante” que outros sujeitos.

A relação de horizontalidade entre saberes e fazeres não vem ou depende da boa vontade política do “pensador revolucionário”, ela se torna a única forma possível para que o conhecimento e a práxis de luta sejam articulados em um projeto emancipatório e libertador. Pensar a emancipação pensando pelo e em nome do outro e como este deve agir não é pensar a emancipação, assim como agir pelo outro ou em nome do outro sem considerar sua opinião não é um fazer emancipatório. Divergindo neste ponto de Freire, que o povo sem a liderança revolucionária não consegue pensar a teoria de sua libertação, entendo que antes, sem a ação libertadora do povo, seria difícil sequer pensar uma teoria de sua/nossa libertação.

Com isso não se descarta, de forma alguma, a importância do pensamento crítico e revolucionário; porém torna-se necessário repensar a relação de saberes e fazeres e, com isso, a relação entre os sujeitos em processos de luta pela transformação radical.

*Como acadêmico com uma história política vinculada à esquerda revolucionária leninista, eu era educada a pensar que conhecimento transformador era desenvolvido através da teorização abstraída da prática. Para o meu doutorado, eu, portanto, optei por uma metodologia crítica realista. O meu*



*questionamento da habilidade de tais quadros de referência terem um papel na transformação social começou quando fui, pela primeira vez, à Argentina durante um mês em 2002.*<sup>24</sup> (MOTTA, 2008).

Sara Motta (Ibid) questiona o que chama de realismo crítico por manter um elitismo conceitual que estaria limitado ao “*criticism*” (criticismo) do real sem alcançar o nível de “*critique*” (crítica) profunda/transformadora. Ela estabelece um diálogo com Foucault afirmando que “as massas” não precisariam de intelectuais para compreender a situação em que se encontram e, muitas vezes, a compreendem melhor do que estes.

Nisso, qual é o possível papel do geógrafo, do militante, do morador, do apoiador nos processos de luta, dos quais cada um(a) somos diversos, compondo os sujeitos em movimento que somos? Dizer que somos ou podemos ser somente uma ou outra coisa é uma mera construção limitadora que restringe as potencialidades dos sujeitos. Assim, o geógrafo é muitas coisas – a Geografia é uma formação que alimenta formas de fazer, e “ser geógrafo” remete mais a um “fazer Geografia”, portanto mais a uma fazer processual do que a um “ser” no sentido identitário-essencial. E a militância é um fazer baseado em uma formação prática e teórica, alimentada por uma combinação de desejos e necessidades por mudança. “Ser militante” remete mais a um “fazer militância” e pensar no mundo como alguém que ativamente participa em processos de luta do que um “ser” no sentido identitário-essencial. Cada sujeito é um sujeito múltiplo.<sup>25</sup>

Talvez seja importante aqui discutir um pouco mais o que podemos entender por militância. Em 2004, o hoje extinto Coletivo Anarquista Luta Libertária discutiu o conceito de militância diante do conceito de ativismo, defendido por setores, à época, do movimento “alterglobalista”:

24 Tradução livre. No original: “As an academic with a political history linked to the Leninist revolutionary left I had been trained to think that transformative knowledge was developed through theorisation abstracted from practice. For my PhD I therefore opted for a critical realist methodology. My questioning of the ability of such frameworks to be able to play a role in social transformation began when I first went to Argentina for a month in 2002”.

25 Sem poder aprofundar essa discussão aqui, vale citar Deleuze e Guattari, que, em *Rizoma*, o texto que introduz a sua obra *Mil plateaus*, apresentam-se da seguinte forma: “Escrevemos o Anti-Édipo a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente”.

*Militância [...] pressupõe um grau de entrega, seriedade e compromisso que geralmente não está presente no ativismo, assim como o desenvolvimento de um trabalho regular que busque envolver na luta revolucionária os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade. Militância também pressupõe um trabalho de longo prazo onde o militante verdadeiramente comprometido vê-se obrigado a reorganizar sua própria vida, abrir mão de muita coisa, enfim transformar sua própria vida em prática militante.*

*Enquanto na militância ela própria passa a ser a vida do militante, no ativismo acontece a relação oposta e a própria vida é que passa a ser a prática ativista. No primeiro caso, a vida pessoal se adapta às necessidades da luta, no segundo caso, é a militância que deve caber na vida pessoal do indivíduo. (COLETIVO ANARQUISTA LUTA LIBERTÁRIA, 2011).*

Um sujeito que se aproxima da luta, podendo ele ser da classe popular na qual assumirá um papel mais ativo na luta ou, como no meu caso, sendo de outra classe social, de origem não popular, entende que tem muito o que aprender com a luta e o movimento no qual se insere e que, em troca, pode somar com o que for possível e desejado. O Coletivo Anarquista Luta Libertária nisso critica formas de ativismo que copiam a atuação ativista dos países do norte global e também critica quando um posicionamento libertário leva à exigência de pureza que, por esta não existir na realidade da luta, acaba por ser uma desculpa pela atuação distante ou desvinculada da luta das classes populares:

*Existe uma infinidade de organizações populares no campo e na cidade, uma outra infinidade de problemas sociais existentes onde ainda se pode trabalhar. Afastar-se de todos eles sob a desculpa esfarrapada de que são hierárquicos, institucionais, de que tem problemas etc. é o mesmo que dizer: “eu só atuo onde tudo for libertário, autônomo”. Mas, neste caso, para que atuar? É uma posição muito cômoda e conformista, não nos envolvermos com nada além de nós. É quase a escolha de atuar por prazer, naquilo que gosto, naquilo que nada me exige além do que eu estou acostumado a fazer, atuar onde estão os meus iguais, minha turma, meus amigos, sem gente diferente, estranha, com outros gostos. (Ibid.).*

Se a militância se realiza baseada num compromisso com e junto à luta do povo e seus movimentos, o mesmo conta para uma Geografia militante.

*Mas, como definitivamente não existe conhecimento neutro, precisamos em algum momento deixar claro [...]: precisamos deixar muito explícito com o que e com quem estamos comprometidos, quais e com quem são nossos compromissos, os sentidos políticos de nossa reflex(ação), pois triste é aquele que não é capaz de se comprometer. Mas não esqueçamos que comprometer-se, mais (ou antes) que “firmar acordos”, significa “tomar partido”, como se diz em português. Além disso, a história não se modifica apenas através de ambivalências e “entre-lugares”. Toda luta que se preze tem seu momento de comprometimento explícito, para que digamos se estamos “mais deste” ou “mais daquele” lado.<sup>26</sup>*

Em diálogo com o que entendo por militância, entende-se o que caracteriza uma Geografia em movimento(s) enquanto Geografia militante. O fato de assumirmos um compromisso de luta leva necessariamente a uma trajetória que é embutida em processos coletivos, apesar de passarmos por muitos momentos individualizados submetidos à lógica acadêmica. O compromisso da IAP, dialogando com Fals Borda, exemplifica o compromisso de uma Ciência Social militante:

*La vivencia ampla aclara para quiên son el concimiento y la experiencia adquiridos: para las bases populares. (BORDA, 1986, p. 129).*

O que une bases<sup>27</sup> e possíveis colaboradores e apoiadores destas bases (militantes, geógrafos ou não) é o propósito de “cumplir metas compartidas de transformación social” (Ibid.). Geografia e militância nisso andam de

<sup>26</sup> Cito Rogério Haesbaert em um e-mail do dia 05/01/2014 no qual se manifesta em um diálogo que tivemos com o geógrafo francês Jacques Levy após uma visita junto ao mesmo às favelas do Alemão. A discussão foi sobre o sentido da instalação do teleférico no Alemão e levou à questão do nosso posicionamento diante de tais intervenções públicas. Neste momento, o teleférico em que andamos à época encontra-se há mais de um ano fora de funcionamento.

<sup>27</sup> “Base” no sentido de que uma luta na base é uma luta da base, pela base e para a base, discussão que é aprofundada no Ciclo III: “Movimentos”.

mãos dadas. Marcelo Lopes de Souza, ao perguntar sobre possíveis formas de cooperar entre geógrafos e movimentos sociais, apresenta dez teses para o debate e distingue claramente entre o intelectual/geógrafo e o militante e defende, entre outros, que:

*[...] um militante, enquanto tal, é movido, acima de tudo, por certezas; se assim não for, será um mau militante [...]. Um cientista, enquanto tal, é movido, acima de tudo, por dúvidas; se assim não for, será um mau cientista [...].*

De alguma forma, esta proposta tira uma linha clara entre o que seriam atributos de um pesquisador e intelectual que participa de um movimento social e o que seria um não intelectual integrante da mesma organização. Com isso surgem dúvidas: à base de quais observações é possível afirmar que integrantes de organizações e movimentos sociais não duvidam e pensam de forma (auto)crítica sobre a sua atuação, assumindo, quando necessário, uma postura bastante crítica e radical (atributo que Souza reserva para o intelectual/pesquisador)? Por que um pesquisador teria uma visão mais crítica do que outros integrantes do grupo? E qual a base que sustenta que militantes não são movidos também, em certos momentos e em certas fases, por dúvidas, tal como cientistas que, quando formulam suas críticas, o fazem com bastante (e devida) certeza? Se então concordamos com boa parte das adjetivações que Souza faz referente à atuação ou militante ou intelectual, a proposta da investigação militante – e, com isso, de uma Geografia em movimento – aponta que essas distinções, quando vinculadas aos sujeitos – cada um *é* uma coisa e não outra –, são construídas. Conforme Souza, a tensão que sempre subsistirá entre o militante e o intelectual pode também ser vista como uma tensão não inter, mas intrassubjetiva, ou seja, podemos atuar como militantes em alguns momentos e pensar como intelectuais em outros. Sujeitos em movimento, com isso, não são sujeitos confusos, sem saberem como se posicionar ou ao que pertencer. São sujeitos que se abrem para atuar e refletir, assumindo postura de militante ou de pesquisador em momentos distintos, com isso articulando o que a própria ciência moderna quis e, em muitos casos, conseguiu (forçadamente) separar – teoria e prática.

O Colectivo Situaciones (2003), ao discutir o papel do militante investigador, compara este papel com o papel, dialogando com Souza, do mili-

tante político por um e do investigador universitário por outro lado, para criticar ambos:

*Y bien, hemos hablado del compromiso y de la militancia. Es que estamos proponiendo acaso la superioridad del militante político respecto del investigador universitario?*

*No lo creemos. La militancia política es también una práctica con objeto. Como tal, ha quedado ligada a una modalidad de la instrumentalidad: aquella que se vincula con otras experiencias con una subjetividad siempre ya constituida, con saberes previos –los saberes de la estrategia –, provistos de enunciados de validez universal, puramente ideológicos. Su forma de ser con los otros es el utilitarismo: nunca hay afinidad, siempre hay “acuerdo”. Nunca hay encuentro, siempre hay “táctica”. En definitiva: la militancia política – sobre todo la partidaria – difícilmente pueda constituirse en una experiencia de autenticidad. Ya desde el comienzo queda atrapada en la transitividad: lo que le interesa de una experiencia es siempre “otra cosa” que la experiencia en sí misma. Desde este punto de vista, la militancia política – y no estamos exceptuando a las militancias de izquierdas– es tan exterior, enjuiciadora y objetualizante como la investigación universitaria.*

Para sair deste dilema, o Colectivo Situaciones propõe a figura, ou assume a posição, do militante investigador, que seria nem um nem outro, nem pesquisador nem militante, mas algo entre ou além, um sujeito que, conforme propõe o coletivo, deveria ficar fiel ao seu “não saber”. Concordando com a crítica que fazem da postura do pesquisador/militante, vale aqui o questionamento se a busca do sujeito que procura, antes de tudo, se acertar em sua própria atuação, não mais restringe do que abre nossas possibilidades de pensar o sujeito e sua capacidade de lutar, agir, pensar. Não seria mais interessante pensarmos sujeitos em movimento que acertam ou erram numa diversidade de formas de atuar e se relacionar com o mundo do que sujeitos que se fixam a uma forma enquanto sujeitos, que representam uma forma de atuar/pensar e não outra, mais uma vez dependendo de definições e limites que seriam meras construções? Sujeitos que agem e refletem, em um momento gerando saberes-com (como pesquisadores), em outros momentos participando da geração de saberes-fazeres, nos processos cole-

tivos e vivos de luta? Sujeitos cuja atuação não é atrelada à outra de forma hierarquizada, no sentido de “participo da luta para poder pesquisá-la” ou “reflito somente em função desta luta”, cada elemento tendo seu lugar, seu momento.

Se argumento aqui que podemos “ser muitos”, não quero dizer com isso que somos “quaisquer uns”... Muito mais entendo que uma luta pela transformação social, na qual o sujeito em luta também transforma-se constantemente, é também um esforço de aproximar os sujeitos que cada um(a) somos, de ir em busca de uma coerência entre e intrassujeitos no sentido de que cada vez menos esteja distante ou até em contradição o que somos e fazemos, o que desejaríamos ser e fazer e o que é possível que sejamos e façamos.<sup>28</sup>

Sob o permanente cuidado de em nenhum momento, por isso, ofuscar ou confundir quem pertence a qual classe, e assim usufrui quais privilégios ou, pelo contrário, sofre quais tipos de opressão (racial, de gênero, etc.) diretamente e sente, assim, na própria pele os avanços e as derrotas de suas lutas diferente de quem mantém seu status independentemente dos avanços destas lutas, a proposta é que possamos estar “juntos” na luta (não por isso forçadamente “misturados”, nas palavras do Funkeiro Manu Teko<sup>29</sup>). Sejam rebeldes que pensam e pensadores que se rebelam:<sup>30</sup> sujeitos em movimento.

28 Vide uma discussão da relação de necessidade, consciência e possibilidade do sujeito em luta no Ciclo II, “Favelas: territórios de resistência”.

29 Texto publicado na revista da ocupação artística das companhias de teatro Cia. Marginal e Cia. Monte de Gente em dezembro 2013/janeiro 2014 no Espaço Cultural Sérgio Porto. A frase em sua íntegra: “Tamo junto, mas não misturados. Sendo capaz de identificar os nossos”.

30 Orlando Fals Borda (2013) cita Oscár Varsavsky (1969) que no livro *Ciencia, politica y cientificismo* propõe de fazer: “[...] una ciencia guerillera [...] La misión del científico rebelde – dice – es estudiar con toda seriedad y usando todas las armas de la ciencia los problemas del cambio de sistema social, en todas sus etapas y en todos sus aspectos teóricos y prácticos. Esto es, hacer ciencia politizada”.



## Referências bibliográficas

- ALQUATI, Romano. Struggle at Fiat (1964). **Viewpoint Magazine**, Issue 3, 2013. Disponível em: <<http://viewpointmag.com/2013/09/26/struggle-at-fiat-1964/>>.
- ARBEITSKREIS MILITANTE UNTERSUCHUNG. Arbeitskreis militante Untersuchung auf dem Workshop in Hamburg. März 1984. **Thekla** 8, p. 17-50, nov. 1987.
- ARNOLD, Heinz. Kritik der sozialgeographischen Konzeption von Benno Werlen. **Geographische Zeitschrift**, ano 89, n. 3, p. 135-157, 1998.
- BAKUNIN, Mikhail. **A ciência e a questão vital da revolução**. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.
- BARBIER, Renée. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.
- BARTHOLL, Timo. **Offene Geografien, offen Räume: Acampamento Intercontinental da Juventude** (Weltsozialforum 2005, Porto Alegre, Brasilien). Experimentstadt auf der Suche nach neuen Formen des gesellschaftlichen Zusammenlebens. Dissertação de “Diplom”, Universidade Eberhard-Karls Tübingen, 2005. Disponível em: <<http://www.theopenunderground.de/@pdf/kapital/schlaraffia/offeneGeografien.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. **Radikal und emanzipatorisch: Geografie mal anders**. Ein Einblick in kritische Geografien. Tübingen, 2008.
- Disponível em: <<http://orango.tango.info/wp-content/uploads/Geografie-mal-anders.pdf>>.
- BELINA, Bernd. Kritische Geographie: Bildet Banden! Einleitung zum Themenheft. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, ano 7, n. 3, p. 335-349, 2008.
- BENSAÏD, Daniel. **Und dennoch kämpfen sie...** In: Jour Fixe Initiative Berlin (org.): Klassen und Kämpfe. Münster: Unrast, 2006. p. 15-31.
- BERTHIER, René. Prefácio. In: SAMIS, Alexandre. **Negras Tormentas**. O federalismo e o internacionalismo na comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 11-23.



- BIRKNER, Martin; FOLTIN, Robert. **(Post-)Operaismus**. Von der Arbeiterautonomie zur Multitude. Geschichte und Gegenwart, Theorie und Praxis. Reihe Theorie.org, Stuttgart: Schmetterling, 2010.
- BLOMLEY, Nikolas K. Activism and the Academy. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 12, n. 4, p. 383-385, 1994.
- BORDA, Orlando Fals. Internationale Perspektiven der Aktionsforschung. In: MOSER, Heinz; ORNAUER, Helmut (Orgs.). **Internationale Aspekte der Aktionsforschung**. München: Kösel, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Conocimiento y poder popular**: lecciones com campesinos de Nicaragua, México e Colombia. Bogotá: Siglo XXI, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Ante la crisis del país**: ideas-accion para el cambio. Bogotá: Áncora, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO, 2009.
- \_\_\_\_\_. La investigación participativa y la geografía. In: FARFÁN, Nicolás Herrera; GUZMÁN, Lorena López. *Ciencia, compromiso y cambio social: Orlando Fals Borda, Antología*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo/Lanzas y Letras/Extensión Libros, 2013a. p. 335-340.
- \_\_\_\_\_. Es posible una sociología de la liberación? In: FARFÁN, Nicolás Herrera; GUZMÁN, Lorena López. *Ciencia, compromiso y cambio social: Orlando Fals Borda, Antología*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo/Lanzas y Letras/Extensión Libros, 2013b. p. 155-160.
- BORDA, Orlando Fals; RAHMAN, Muhammad Anisur (Orgs.). **Action and knowledge**. Breaking the monopoly with participatory action-research. London: Intermediate Technology Publications; New York: Apex Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. La situación actual y las perspectivas de la investigación-acción participativa en el mundo. **Revista Comunicación, Estudios Venezolanos de Comunicación**, ano XXI, p. 14-20, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BREITBART, Myrna (Org.). **Anarquismo y geografía**. Barcelona: Oikos-Tau, 1989.
- BROGIATO, Heinz Peter. Geschichte der deutschen Geographie im 19. und 20. Jahrhundert – ein Abriss. In: SCHENK, WINFRIED & SCHLIEPHAKE, Konrad (Org.). **Allgemeine Anthropogeographie**. Gotha: Klett, 2005. p. 41-82.

- BROWNE, Kath; BAKSHI, Leela; LAW, Arthur. Positionalities: It's not About Them and Us, It's About Us. In: SMITH, Susan J. et al. (Orgs.). **The SAGE Handbook of Social Geographies**. Thousand Oaks/London: SAGE, 2010. p. 586-606.
- BUNGE, William. The first years of the Detroit Geographical Expedition: a personal report. In: Radical geography: alternative viewpoints on contemporary social issues. In: PEET, Richard. **Radical Geography: alternative viewpoints on contemporary social issues**. Chicago: Maaroufa, 1977. p. 31-39.
- \_\_\_\_\_. **Fitzgerald: geography of a revolution**. Athens, Georgia: Schenkman, 2011.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. A geografia crítica brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais. **GEOGRAFIA**, v. 26, n. 3, p. 5-36, 2001.
- CECEÑA, Ana Esther. De saberes y de emancipaciones. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). **De los saberes de la dominación y de la emancipación**. Buenos Aires: Consejo, 2008. p. 15-35.
- CHATTERTON, Paul. Demand the possible: journeys in changing our world as a public activist-scholar. **Antipode**, v. 40, n. 3, p. 421-427, 2008.
- CHATTERTON, Paul et al. Relating action to activism. Theoretical and methodological reflections. In: KINDON, Sara et al. (Orgs.). **Participatory action research methods and approaches: connecting people, participation and place**. New York: Routledge, 2007. p. 216-222.
- COLECTIVO SITUACIONES. **Genocida en el barrio**. Mesa de escrache popular. Situaciones 5 (+1). Colección de mano en mano. Buenos Aires: Tinta Limón, 2001.
- \_\_\_\_\_. Prólogo – sobre el metodo. In: Movimiento de Trabajadores Desocupados de Solano & Colectivo Situaciones. **La hipótesis 891: más allá de los piquetes**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2002. p. 9-14.
- \_\_\_\_\_. **Sobre el militante investigador**. 2003. Disponível em: <<http://eip-cp.net/transversal/0406/colectivosituaciones/es>>.
- \_\_\_\_\_. Algo más sobre la militancia de investigación. Notas al pie sobre procedimientos e (in)decisiones. In: MALO, Marta (Org.). **Nociones comunes**. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Madrid: Traficantes de sueños, 2004. p. 94-110.
- \_\_\_\_\_. Colectivo Situaciones (grupo de reflexión política y militancia). In: SITRIN, Marina. **Horizontalidad**. Voces de Poder Popular em Ar-

- gentina. Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2005. p. 169-170.
- COLETIVO ANARQUISTA LUTA LIBERTÁRIA. **Luta libertária** – militância e ativismo. Primeiro publicado *Combate Anarquista*, n. 37 e n. 38, jul./ago. 2004. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/luta-libertaria-militancia-e-ativismo/>>.
- COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. Teoria e ideologia. **Socialismo Libertário**, v. 2, p. 6-19, 2014.
- COUNTER CARTOGRAPHIES COLLECTIVE. Counter (Mapping) Actions: Mapping as Militant Research. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 11, n. 3, p. 439-466, 2012.
- CRANG, Mike. Qualitative methods: touchy, feely, look-see? **Progress in Human Geography**, v. 27, Heft 4, p. 494-504, 2003.
- CRUZ, Valter do Carmo. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, ano 22, v. 1, n. 26, p. 63-89, 2006.
- \_\_\_\_\_. A teoria como caixa de ferramentas: reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: **Anais do X ENAPEGE**, 07 a 10 de outubro de 2013, p. 4454-4466.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Rhizom**. Berlin: Merve, 1977.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The SAGE handbook of qualitative research**. Thousand Oaks/London: SAGE, 2005.
- EINSTEIN, Albert. **Porquê o socialismo?** Artigo republicado em 2002, versão original escrita em 1949 para o lançamento da revista *Monthly Review*. Disponível em: <[http://resistir.info/mreview/porque\\_o\\_socialismo.html](http://resistir.info/mreview/porque_o_socialismo.html)>.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio e diferencia**. Medellín: UNAULA, 2014.
- FANON, Frantz. **Black skin, white masks**. London: Pluto Press, 2008.
- FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO. **Anarquismo social e organização**. São Paulo: Faísca, 2009.
- FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. **O que é ideologia?** São Paulo: Faísca, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Huerta grande** – a importância da teoria. Disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/huerta-grande-a-importancia-da-teoria-fau/>>.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan/jun. 2005.
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FEYERABEND, Paul. **Erkenntnis für freie Menschen**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Wider den Methodenzwang**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.
- FOLKE, Steen. Why a radical geography must be Marxist. **Antipode**, v. 4, p. 13-18, 1972
- FOUCAULT, Michel. **In Verteidigung der Gesellschaft**. Vorlesungen am Collège de France (1975-76). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FRICKE, Werner. Aktionsforschung in schwierigen Zeiten. In: JOSTMEIER, Milena et al. (Orgs.). **Sozialen Wandel gestalten. Zum gesellschaftlichen Innovationspotenzial von Arbeits- und Organisationsforschung**. Dortmunder Beiträge zur Sozialforschung. Hamburg: Springer, 2014. p. 213-236.
- FRINGS, Christian. **Militante Untersuchung**. In: ABC der Alternativen 2.0. Von Alltagskultur bis Zivilgesellschaft. Hamburg: VSA, 2012. p. 166-167.
- FULLER, Duncan; KITCHEN, Rob (Orgs.). **Radical Theory/Critical Praxis: Making a Difference Beyond the Academy? Praxis (e)press**, 2004. Disponível em: <<http://www.praxis-epress.org/rtcp/contents.html>>.
- GRAEBER, David. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.
- GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/21k6t3fq#page-4>>.
- HAESBAERT, Rogério da Costa. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2012.

- HALDER, Severin. **Gemeinsam die Hände dreckig machen:** Aktionsforschungen im aktivistischen Kontext urbaner Gärten und kollektiver Kartierungen. Bielefeld: transcript, 2018.
- HAO REN et al. A sobrevivência e as lutas coletivas dos trabalhadores nas empresas privadas do litoral chinês desde os anos 1990. In: BARTHOLL, Timo; RUCKUS, Ralf (Orgs.). **China:** avanço do capital e revolta na nova fábrica do mundo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.69-101.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.
- HARVEY, David. **Social justice and the city.** Oxford: Blackwell, 1988.
- HARVEY, David. **Spaces of capital:** towards a Critical Geography. New York: Routledge, 2001.
- HARVEY, David et al. **Occupy:** movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HARVEY, David. “**Listen, anarchist!**” Texto publicado em 10 de junho de 2015. Disponível em: <<http://davidharvey.org/2015/06/listen-anarchist-by-david-harvey/>>.
- HERR, Kathryn; ANDERSON, Gary L. **The action research dissertation.** Thousand Oaks/London/Nova Delhi: Sage, 2005.
- HEYNEN, Nik; BARNS, Trevor. Foreword to the 2011 edition. In: BUNGE, William. **Fitzgerald:** geography of a revolution. Athens (Georgia/EUA): Schenkman, 2011. p. VII-XVI.
- HOLLOWAY, John. Going in the wrong direction or Mephistopheles: not Francis of Assisi. **Historical Materialism**, n. 1, 2002. Republicado em 2011 no site do autor: <<http://www.johnholloway.com.mx/2011/07/30/going-in-the-wrong-direction/>>.
- \_\_\_\_\_. **Change the world without taking power.** The meaning of revolution today. London/Ann Arbor: Pluto Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Crack capitalism.** London/Ann Arbour: Pluto Press, 2010.
- KATZ, Frank. Warten auf die immaterielle Arbeiterbewegung. **Kosmoprolet**, Heft 1, p. 112-128, 2007.
- KELLERMANN, PHILIPPE (Org.). **Anarchismus, Marxismus, Emanzipation:** Gespräche über die Geschichte und Gegenwart der sozialistischen Bewegungen. Berlin: Die Buchmacherei, 2012.

- \_\_\_\_\_. **Anarchismusreflexionen**. Zur kritischen Sichtung des anarchistischen Erbes. Gespräche. Lich: Edition AV, 2013.
- KEMMIS, Stephen; McTAGGART, Robert. Participatory Action Research: communicative action and the public sphere. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *The SAGE handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 559-604.
- LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 2001.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.
- LATHER, Patti. Research as praxis. **Harvard Educational Review**, v. 56, n. 3, p. 257-278, 1986.
- LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Lisboa: Letra Livre, 2012.
- MALO, Marta. Prólogo. In: MALO, Marta (Ed.). **Nociones comunes**. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Madri: Traficantes de sueños, 2004. p. 13-40.
- MARICATO, Ermínia. Posfácio. In: DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 209-224.
- MEZZANDRO, Sandro. Operaísmo e pós-operaísmo. **Lugar Comum**, v. 42, p. 85-92, 2014.
- MILITANT RESEARCH COLLECTIVE (Org.). **Militant research handbook**. New York: New York University/Steinhardt, 2013. Disponível em: <<http://militantresearchcollective.org/MRC/handbook.html>>.
- MITCHELL, Don. The People's Geography Project: popularizing Radical Geography. In: MIZUUCHI, Toshio (Org.). **Critical and Radical Geographies of the Social, the Spatial, and the Political, Urban Research Plaza Research Paper** °1. Osaka: Department of Geography, Osaka City University, 2006; p. 10-21.
- MONCAYO, Victor Manuel. Presentación. Fals Borda: hombre hicotea y sentipensante. In: BORDA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombres/CLACSO, 2009. p. 9-19.
- MONTALDI, Danilo. Introduction to L'operaio americano (1954). **Viewpoint Magazine**, Issue 3, 2013. Disponível em: <<http://viewpoint-mag.com/2013/09/27/introduction-to-loperaio-americano-1954/>>.

- MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Geografia**. Pequena História Crítica. São Paulo: Annablume, 1997.
- MOREIRA, Ruy. Introdução. O saber geográfico: para que/quem serve? In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982a. p. 2-4.
- \_\_\_\_\_. Geografia, ecologia, ideologia: “totalidade homem-meio” hoje (espaço e processo do trabalho). In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982b. p. 99-116.
- \_\_\_\_\_. **O que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 2011.
- MOSER, Heinz. **Aktionsforschung als kritische Theorie der Sozialwissenschaften**. München: Kösel, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Methoden der Aktionsforschung – eine Einführung**. München: Kösel, 1977.
- \_\_\_\_\_. La investigation-accion como nuevo paradigma em ciencias sociales. In: BORDA, Orlando Fals (Org.). **Crítica y política em ciencias sociales**. El debate teoria y practica, Bogota: Punta de Lanza, 1978.
- \_\_\_\_\_. Praxisforschung als Mittel zur Entwicklung von Fachhochschulen. **Beiträge zur Lehrerbildung**, v. 16, n. 1, p. 49-56, 1998.
- MOTTA, Sara. **Epistemologies of the Opressed**. Trabalho apresentado à Conferência Social Moviments in the Post-Colonial (CSSGJ) na Universidade de Nottingham, Junho de 2008.
- MÜMKEN, Jürgen. Anarchismus in der Postmoderne: eine Einführung. In: MÜMKEN, Jürgen (Org.). **Anarchismus in der Postmoderne. Beiträge zur anarchistischen Theorie und Praxis**. Frankfurt: Edition AV, 2005. p. 11-23.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Empire**. Frankfurt am Main: Campus, 2002.
- PAIN, Rachel. Social geography: on action-orientated research. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 5, p. 649-657, 2003.
- \_\_\_\_\_. Social geography: participatory research. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 5, p. 652-663, 2004.

- PEAKE, Linda; SHEPPARD, Eric. The emergence of radical/critical geography within North America. **Revista Online ACME**, v. 13, p. 305-327, 2014.
- PEDON, Nelson Rodrigo. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: balanços e perspectivas. **Terra Livre**, ano 25, v. 2, n. 33, p. 67-84, 2009.
- PEET, Richard. **Radical Geography: alternative viewpoints on contemporary social issues**. Chicago: Maaroufa, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Modern Geographical Thought**. Oxford: Blackwell, 1998.
- PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 6, p.1-17, 2006.
- PIVEN, Frances Fox. Reflections on Scholarship and Activism. **Antipode**, v. 42, n. 4, p. 806-810, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 72-95.
- \_\_\_\_\_. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (Org.). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002a. p. 217-256.
- \_\_\_\_\_. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, Marcos (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/FAPESP, 2002b. p.135-161.
- \_\_\_\_\_. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José (Org.). **Movimientos sociales y conflicto em América Latina**. Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003. p. 261-277.
- \_\_\_\_\_. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgar (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 9-15. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>.
- \_\_\_\_\_. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. (org.). **Los desafíos de las emancipacio-**



- nes em un contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006a, p. 151-197.
- \_\_\_\_\_. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios.** Ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b. p. 377-411.
- \_\_\_\_\_. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana In: CECENÑA, Ana Esther (Org.). **De los saberes de la dominacion y de la emancipación.** Buenos Aires: Consejo, 2008. p. 37-52.
- \_\_\_\_\_. **De geografia, de epistemes e de política e de suas relações.** [S.d.]. p. 1-13.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SILVA, Rodrigo Torquato da. Da lógica do favor à lógica do pavor: um ensaio sobre a Geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. **Polis**, v. 28, p. 1-28, 2011. Disponível em: <<http://polis.revues.org/1295>>.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo.** São Paulo: Imaginário, 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>.
- RAHMAN, Anisur. The theoretical standpoint of PAR. In: BORDA, Orlando Fals; RAHMAN, Muhammad Anisur (Orgs.). **Action and knowledge:** breaking the monopoly with participatory action-research. London: Intermediate Technology Publications/New York: Apex Press, 1991.
- RAHNEMA, Majid; ROBERT, Jean. **La potencia de los pobres.** Chiapas: Cideci Las Casas, A.C., 2008.
- RAMNATH, Maia. **Decolonizing anarchism.** Oakland-Edinburgh: AK Press; Washington, D.C.: Institute for Anarchist Studies, 2011.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra capital, 2014.
- ROGGERO, Gigi. Cinco teses sobre o comum. **Lugar comum**, v. 42, p. 11-30, 2014.

- ROGGERO, Gigi; BORIO, Guido & POZZI, Francesco. Conricerca as political action. In: Coté, Mark; Day, Richard J.F. & Peuter, Greig (orgs.), **Utopian pedagogy: radical experiments against neoliberal globalization**. Toronto: Toronto University Press, 2007, pp. 163-185.
- ROSS, Andrew. Research for whom? In: MILITANT RESEARCH COLLECTIVE (Org.). **Militant research handbook**. New York: New York University/Steinhardt, 2013. p. 8-11.
- ROUTLEDGE, Paul. Activist Geographies. In: Kitchen, Rob & Thrift, Nigel **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, 2009, p. 7-17.
- \_\_\_\_\_. Geography and Social Movements. In: PORTA, Donatella Della; DIANI, Mario (Orgs.). **The Oxford handbook of social movements**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 383-395.
- SAAB, Joan. Scholarly acts of everyday militancy. In: MILITANT RESEARCH COLLECTIVE (Org.). **Militant research handbook**. New York: New York University/Steinhardt, 2013. p. 5-7.
- SAMIS, Alexandre. **Negras Tormentas**. O federalismo e o internacionalismo na comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: MATEUS, João Gabriel da Fonseca; ATAIDES, Marcos Augusto Marques (Orgs.). **A destruição do Leviatã: críticas anarquistas ao estado**. São Paulo: Faísca, 2014. p. 11-20.
- SAMIS, Alexandre; ALVES, Robson. Organização política anarquista: Críticas, autocríticas e aprendizados. **Revista da Biblioteca Terra Livre**, ano 2, n. 3, p. 89-97, 2015. Disponível em: <<http://revistabl.noblogs.org/edicao-atual/>>.
- SAMIS, Alexandre; LIRA, Juliana; MOTTA, Katia. O anarquismo de Proudhon a Malatesta. In: MALATESTA, Errico. **Anarquistas, socialistas e comunistas**. São Paulo: Intermezzo/Imaginário, 2014. p. 9-40.
- SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. In: Moreira, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 3-12.
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Território e sociedade**. Entrevista com Milton Santos por Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrê Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

- SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- SCHROEDTER, Thomas. **Antiautoritäre Pädagogik: zur Geschichte und Wiederaneignung eines verfeimten Begriffes**. Stuttgart: Schmetterling, 2007.
- SCOTT, James. **Seeing like a state**. New Haven/London, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Two cheers for anarchism**. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- SEGBART, Dörte. **Partizipatives Monitoring als Instrument zur Umsetzung von Good Local Governance – eine Aktionsforschung im östlichen Amazonien/Brasilien**. Tübinger Geographische Studien, Heft 147/Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung, Heft 30, 2007.
- SEITHEL, Friderike. **Von der Kolonialethnologie zur advocacy anthropology: zur Entwicklung einer kooperativen Forschung und Praxis von EthnologInnen und indigenen Völkern**. Hamburg: Lit, 2000.
- SHUKATIS, Stephen; Graeber, David (Orgs.). **Constituent Imagination: Militant Investigation // Collective Theorization**. Oakland/Edinburgh/West Virginia: AK Press, 2007a.
- SHUKATIS, Stephen; GRAEBER, David. Introduction. In: SHUKATIS, Stephen & Graeber, David (Orgs.). **Constituent Imagination: Militant Investigation // Collective Theorization**. Oakland/Edinburgh/West Virginia AK Press, 2007b. p. 11-34.
- \_\_\_\_\_. How to Use This Book? In: SHUKATIS, Stephen; GRAEBER, David (Orgs.). **Constituent Imagination: Militant Investigation // Collective Theorization**. Oakland/Edinburgh/West Virginia: AK Press, 2007c, p. 9.
- SMITH, Neill. Marxism and Geography in the Anglophone World. **Geographische Revue**, n. 2, p. 5-21, 2001.
- SOSA SANTOS<sup>1</sup>, Boaventura de. **Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

1 Boaventura de Sousa Santos é referenciado como “Sousa Santos” para facilitar a distinção de outro autor muito citado no trabalho, Milton Santos.

- \_\_\_\_\_. **Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatoria.** Lima: UNMSM, 2006.
- \_\_\_\_\_. Chapter 14: From the postmodern to the postcolonial – and beyond both. In: RODRIGUEZ, Encarnación Gutierrez; BOATCĂ, Manuela; COSTA, Sérgio (Orgs.) **Decolonizing European Sociology.** Transdisciplinary approaches. Farnham: Ashgate, 2010, pp. 225-242.
- \_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Prefácio: um “olhar afrodescendente” sobre as cidades brasileiras. In: CAMPOS, Andreino de. **Do quilombo à favela.** A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 13-17.
- \_\_\_\_\_. **O campo libertário, hoje: radiografia e desafios (2ª parte).** Site Passa Palavra, 2010. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2013/05/78158>>.
- \_\_\_\_\_. Introdução: a geografia, o pensamento e a práxis libertários e a cidade – encontros, desencontros e reencontros. **Revista Cidades**, v. 9, n. 15, p. 9-58, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia libertária.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SPRINGER, Simon. Why a radical geography must be anarchist. **Dialogues in Human Geography**, v. 4, n. 3, p. 249-270, 2014.
- TAPIA, Luis. Movimientos sociales, movimientos societales y los nos lugares de la política. **Cuadernos del pensamiento crítico latinoamericano**, ano 2, n. 17, março de 2009.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986.
- TIBLE, Jean. Marx contra o estado. **Lugar comum**, v. 42, p. 45-76, 2014.
- TOUZA, Sebastián; HOLDREN, Nate. Translator’s introduction. In: Colectivo Situaciones. Something more on research militancy: Footnotes on procedu-

- res and (in)decisions. In: SHUKATIS, Stevphen; GRAEBER, David (Orgs.). *Constituent Imagination: Militant Investigation // Collective Theorization*. Oakland/Edinburgh/West Virginia: AK Press, 2007. p. 73-79.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editores Associados/Cortez, 1990. (O capítulo citado deste livro está disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/014/14m-trag1990.htm>>).
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.
- VARSÁVSKY, Oskar. **Ciencia, política y cientificismo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1969.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2011.
- WASCHKUHN, Anton. **Kritische Theorie: Politikbegriffe und Grundprinzipien der Frankfurter Schule**. Wien/München: Oldenbourg, 2000.
- WERLEN, Benno. Vol. 2: **Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen**. Vol. 2. Globalisierung, Region und Regiobalisierung. Stuttgart: Franz Steiner, 1995.
- \_\_\_\_\_. Vol. 1: **Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen**. Vol. 1. Zur Ontologie von Gesellschaft und Raum. Stuttgart: Franz Steiner, 1997.
- \_\_\_\_\_. Regionalismo e sociedade política. **GEOgraphia**, ano 2, n. 4, p. 5-27, 2000.
- WRIGHT, Steve. **Storming heaven: class composition and struggle in Italian Autonomist Marxism**. London/Sterling: Pluto Press, 2002.
- ZIBECHI, Raúl. **Autonomía y emancipaciones: América Latina en movimiento**. Lima: UNMSM/Programa Democracia y Transformación Global, 2007.
- \_\_\_\_\_. A emancipação como produção de vínculos. In: CECENÑA, Ana Esther (Org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008. p. 115-140.
- \_\_\_\_\_. **Territorios en resistencia**. Cartografía de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Descolonizar**. El pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.









Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro pela Consequência Editora em junho de 2018 e impressa pela Gráfica Vozes. Na composição foram empregadas as tipologias Minion e Helvetica.